

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

DA VILA MUNICIPAL AO ADRIANÓPOLIS: PERCEPÇÃO,
REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

PAULA DE MELO BITTENCOURT

MANAUS
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

PAULA DE MELO BITTENCOURT

DA VILA MUNICIPAL AO ADRIANÓPOLIS: PERCEPÇÃO,
REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente,
área de concentração Políticas Públicas e Gestão Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra do Nascimento Noda

MANAUS
2007

Para André Luiz Gonçalves Bittencourt, minha vida, meu amor.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, a quem tudo devo: o que sou, o que fiz e o que Ele me permitir fazer.

Pelo apoio incondicional, por todo carinho e amor dedicado, **André Luiz Gonçalves Bittencourt**, com quem compartilho toda a satisfação de mais essa vitória.

Por compartilhar suas vivências com tanta emoção e veracidade, **Celeste Cavalcante Coelho**, minha avó, que inspirou a todo esse trabalho, desde a escolha do tema até a conclusão dos resultados.

Minha **mãe** e **irmã** que suportaram a minha ausência durante a execução da pesquisa e me fortaleceram com seu amor e incentivos constantes.

Aos **moradores de Adrianópolis** que me confiaram suas histórias de vida e seus sentimentos pelo bairro, meu sincero agradecimento.

A toda **Família Bittencourt** que dedicou toda a compreensão e solidariedade que precisei. Obrigada.

À **Profa. Dra. Sandra do Nascimento Noda** pela orientação que, ultrapassando os limites físicos da academia, acolheu-me no seu coração amoroso, solidário e compreensivo. Recordarei seus ensinamentos para sempre.

À **Profa. MSc. Annunziata Donadio Chateaubriand**, minha amiga e sempre professora, agradeço por essa e por outras vitórias conquistadas com seu apoio. Obrigada por acreditar.

A **Carolini Guedes**, amiga fiel e devotada que muito me ajudou nos momentos mais difíceis.

Á amiga paulistana, companheira na luta diária contra as adversidades da vida, **Walkyria Figueiredo**, por seu exemplo de vontade, força e luta que deixa transparecer em cada palavra e atitude. Obrigada pela inspiração.

Aos **professores do curso** de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM, pelos ensinamentos transmitidos.

Ao **CNPq**, pela concessão da indispensável bolsa de pesquisa.

À **Universidade Federal do Amazonas**, pela oportunidade da realização do curso.

Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.
Sentir tudo de todas as maneiras.
Sentir tudo excessivamente,
Porque todas as coisas são, em verdade, excessivas
E toda a realidade é um excesso, uma violência,
Uma alucinação extraordinariamente nítida
Que vivemos todos em comum com a fúria das almas,
O centro para onde tendem as estranhas forças centrífugas
Que são as psiques humanas no seu acordo de sentidos.
Quanto mais eu sinta, quanto mais eu sinta como várias pessoas,
Quanto mais personalidade eu tiver,
Quanto mais intensamente, estridentemente as tiver,
Quanto mais simultaneamente sentir com todas elas,
Quanto mais unificadamente diverso, dispersadamente atento,
Estiver, sentir, viver, for,
Mais possuirei a existência total do universo,
Mais completo serei pelo espaço inteiro fora.
Mais análogo serei a Deus, seja ele quem for,
Porque, seja ele quem for, com certeza que é Tudo,
E fora d'Ele há só Ele, e Tudo para Ele é pouco...

ÁLVARO DE CAMPOS (HETERÔNIMO DE FERNANDO PESSOA)

RESUMO

O objetivo do trabalho foi compreender a produção do espaço físico e social pelos moradores do bairro de Adrianópolis (Manaus/AM). Buscou-se nas representações dos moradores com dez anos ou mais de residência no bairro, o conteúdo que induz a produção social daquele espaço. Os participantes foram escolhidos pelos próprios moradores e “legitimados” como “guardiões da história do bairro”. Esse fato determinou a seleção dos 16 moradores classificados segundo a região topográfica de sua residência (Alto/Baixo Adrianópolis e Ladeira da rua Paraíba). Trabalhou-se a hipótese – que foi confirmada – de que a produção do espaço, em sua forma e funções, é conduzida pelas representações sociais dos moradores, as quais são construídas mediante as finalidades da acumulação capitalista, determinando as idéias constitutivas da identidade do bairro e fomentando a exclusão sócio-espacial daqueles que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos pela lógica do capital. Os instrumentos para a pesquisa de campo foram: a entrevista semi-estruturada, com cinco temas que objetivaram levantar as proposições dos participantes a cerca da identidade e do significado do bairro, bem como, a forma como convivem com as mudanças físicas e sociais ocorridas no bairro; a técnica da narração da história de vida, que permitiu estabelecer uma relação das representações sociais do sujeito com sua experiência de vida; a técnica fotográfica, na qual os participantes foram expostos a fotografias dos diversos locais identificados, quando do pré-teste dos instrumentos, como representativos do bairro. A opinião emitida foi agrupada com o discurso proferido na entrevista e correlacionada com as informações relevantes da história de vida do sujeito. Além das técnicas citadas, foi solicitado aos participantes que representassem o bairro de Adrianópolis por meio de desenho(s) que foram analisados como complemento dos dados obtidos nas demais técnicas. A estratégia teórico-metodológica da pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem sistêmica, considerando o fenômeno em toda a sua complexidade; na *práxis* do materialismo histórico-dialético, aproximando-se da realidade por meio da contextualização histórica das relações sociais no bairro, ao mesmo tempo em que considerou as manifestações do vivido por meio do levantamento da percepção ambiental, ou seja, a realidade cognoscível, aquela apresentada à consciência pelos sentidos. A análise dos dados mostrou que, não obstante a re-apresentação que produz e molda a realidade, é necessário um complexo processo que vai desde o contato com uma realidade (socialmente construída e re-construída) e a percepção sensorial que a distorce até, finalmente, materializar-se em uma re-apresentação grupal do que lhes foi antes apresentado e apreendido. Assim sendo, percepção ambiental que confere identidade e significação ao “lugar”, neste caso ao Adrianópolis, também é a base sobre a qual constroem-se as representações sociais que darão forma a esse espaço. A percepção da realidade dos moradores de Adrianópolis resulta em diferentes representações sobre o espaço, conforme a articulação de cada grupo social com as finalidades da lógica capitalista. A pesquisa demonstrou que os moradores do Baixo Adrianópolis, mais sintonizados com as novas funções do espaço moldado pelo capital, têm representações sociais que re-produzem a finalidade da acumulação capitalista, enquanto que os moradores do Alto Adrianópolis e da Ladeira representam a resistência a esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Ambiental, Representação Social, Espaço Urbano, Bairro de Adrianópolis.

ABSTRACT

The objective of the work was to understand the production of the physical and social space for the inhabitants of the square of Adrianópolis (Manaus/AM). One searched more than in the representations of the inhabitants with ten years or more than of residence in the square, the content that induces the social production of that space. The participants had been chosen by the proper "legitimated" inhabitants and as "guardian of the square history". This fact determined the election of the 16 inhabitants classified topographical region of its residence (high/low Adrianópolis and slope of the street Paraíba). It worked hypothesis - that it was confirmed - that the production of the space, in its form and functions, is lead by the social representations of the inhabitants which are constructed by means of the purposes of the capitalist accumulation, determining the constituent ideas of the identity of the square and fomenting the exclusion partner-space of that they are not incased in the standards daily pay-established for the logic of the capital. The instruments for the field research had been: the semi-structured interview, with five subjects that had objectified to raise the proposals of the participants to about the identity and the meaning of the square, as well as, the form as they coexist occured the physical and social changes in the square; the technique of the narration of the life history, that allowed to establish a relation of the social representations of the citizen with its experience of life; the photographic technique, in which the participants had been displayed to photographs of the diverse identified places, when of the daily pay-test of the instruments, as representative of the square, the emitted opinion was grouped with the speech pronounced in the correlated interview and with the excellent information of the history of life of the citizen. Beyond the cited techniques, he was requested to the participants who represented the square of Adrianópolis by means of desenho(s) that they had been analyzed as complement of the data gotten in excessively the techniques. The strategy theoretician-methodology of the research was developed on the basis of the system approach, considering the phenomenon in all its complexity; in the *práxis* of the materialism description-dialectic, coming close itself to the reality by means of the historical context of the social relations in the square, at the same time where it considered the manifestations of the lived one by means of the survey of the environmental perception, or either, the apprehended reality, that one presented to the conscience for the directions. The analysis of the data showed that not obstante the re-presentation that produces and molds the reality, is necessary a complex process that goes since the contact with a reality (socially constructed and reconstructed) and the sensorial perception that even distorts it, finally, to materialize itself in a group representation of that before it was presented them and apprehended. Thus being, environmental perception that confers identity and significação to the "place", in this in case that to the Adrianópolis, also is the base on which the social representations are constructed that will give form to this space. The perception of the reality of the inhabitants of Adrianópolis results in different representations on the space, as the joint of each social group with the purposes of the capitalist logic. The research demonstrated that the inhabitants of the low Adrianópolis, more syntonized with the new functions of the space molded for the capital, have social representations that they reproduce the purpose of the capitalist accumulation. While that the inhabitants of the high Adrianópolis and the slope represent the resistance to this process.

WORDS KEY: Environmental perception, Social Representation, Urban Space, Square of Adrianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1 - Modelo francês da relação: Espaço das posições sociais vs. espaço da tomada de posição.

Figura 2 – Esquema das variáveis.

Capítulo 3

Figura 3 – Divisão administrativa da cidade de Manaus

Figura 4 – Ocupação das unidades nas regiões administrativas da cidade de Manaus classificada segundo o uso.

Figura 5 – Topografia do bairro de Adrianópolis.

Figura 6 – Crescimento populacional na cidade de Manaus do ano de 1970 a 2006.

Figura 7 – Base cartográfica de Manaus 1892.

Figura 8 – Projeto urbanístico para a “Vila Municipal Operária” (1901).

Figura 9 – Fachada do “Castelinho” no projeto arquitetônico / Fotografia da residência.

Figura 10 – Residência construída em 1901. Propriedade da família Monassa, localizada à rua Fortaleza.

Figura 11 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, década de 50.

Figura 12 – Rua Paraíba (trecho próximo ao colégio Ida Nelson) no final da década de 50.

Figura 13 – Década de 50 - Estrada do Aleixo – Km 4 / Rua Álvaro Maia – bairro São Francisco.

Figura 14 - Evolução da cidade de Manaus (1890 – 1990)

Figura 15 – Construção da pavimentação da Ladeira da rua Paraíba / O Baixo Adrianópolis – final da déc. de 60.

Figura 16 – Ladeira da rua Paraíba / Rua Paraíba no trecho Baixo Adrianópolis.

Figura 17 – Antigo restaurante “Chapéu de Palha”

Figura 18 – Antiga “Chácara São Saturnino”.

Figura 19 – Antiga “Vila Tocaia”

Figura 20 – Esquema da rede urbana da rua Paraíba

Figura 21 – Cruzamento da rua Paraíba com Av. André Araújo

Figura 22 - Moradores remanescentes da classe operária da borracha.

Figura 23 - Ocupação resultante do processo de expansão urbana no período da Zona Franca de Manaus a partir de 1967 e do processo de verticalização do bairro.

Figura 24 – Delimitação da área de estudo

Figura 25 – Localização aproximada da residência dos participantes da pesquisa.

Capítulo 4

Figura 26 – Esquema da estratégia metodológica adotada na pesquisa.

Figura 27 – Procedimento de aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo.

Capítulo 5

Figura 28 – Quadro-síntese da classificação dos participantes segundo a região de moradia.

Figura 29 – Gráfico Tempo de residência/grupo.

Figura 30 – Gráfico Elementos identificados como representativos do bairro de Adrianópolis.

Figura 31 - Gráfico Tema 1 – Resultado Geral.

Figura 32 – Gráfico Tema 1 – Resultado por grupo.

Figura 33 - Gráfico Tema 2 – Resultado Geral.

Figura 34 – Gráfico Tema 2 – Resultado por grupo.

Figura 35 - Gráfico Tema 3 – Resultado geral.

Figura 36 – Gráfico Tema 3 – Resultado por grupo.

Figura 37 – Nota publicada em: Jornal Acrítica, 21 de janeiro de 2007 / Reportagem publicada em: Jornal Correio Amazonense, 24 de setembro de 2005.

Figura 38 – Publicado em: Jornal Acrítica, 03 de julho de 2005.

Figura 39 – Publicado em: Jornal Acrítica, 24 de setembro de 2005.

Figura 40 - Desenho de M.G.S.M./58 anos – Alto Adrianópolis, com a inscrição: “Pés de mangueira é a recordação do plantio aqui no Bairro de Adrianópolis” / Desenho de R.C.R.S./56 anos – Alto Adrianópolis, com a inscrição: “Jaqueira”.

Figura 41 - Foto da residência da moradora / Desenho de C.C.C./82 anos – Ladeira da rua Paraíba. Título do desenho: “O bairro de Adrianópolis”.

Figura 42 – Desenho de C.C.C. – 82 anos. Título: “A minha Casa”.

Figura 43 – Desenho de C.S.O./75 anos – Ladeira da rua Paraíba. Sem título.

Figura 44 – Desenho de F.E.D.P.B../54 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “Minha Vida”.

Figura 45 – Desenho de A.M.F.M.G./66 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “Utilidades”.

Figura 46 – Desenho de R.S.B./68 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “O bairro moderno”.

Figura 47 - Gráfico Tema 4 – Resultado geral.

Figura 48 – Gráfico Tema 4 – Resultado por grupo.

Figura 49 - Gráfico Tema 5 – Resultado geral.

Figura 50 - Gráfico Tema 5 – Resultado por grupo.

Figura 51 – Desenho de C.C.C. – 82 anos. Título: “A casa agora”.

Figura 52 – Jornal Correio Amazonense, 06 de novembro de 2005 (grifo do autor).

Figura 53 – Anúncio publicado no Jornal Correio Amazonense, 09 de abril de 2006. Grifo nosso.

Figura 54 – Propaganda em impresso do empreendimento: *The Future – Manaus Flat*. Impresso em: março de 2001.

Figura 55 – Anúncio de empreendimento localizado no bairro de Adrianópolis. Publicado no Jornal Folha Imobiliária, 11 a 17 de novembro de 2005.

Figura 56 – Esquema do modelo do espaço social do bairro de Adrianópolis.

Figura 57 – Esquema do processo de re-construção social da realidade: da percepção a representação.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS	6
INTRODUÇÃO.....	12
1. A cidade capitalista: as contradições no espaço da re-produção	19
1.1 A re-produção do espaço urbano e o surgimento dos não-lugares	22
1.2 A produção do espaço social	30
2. Representações sociais: gênese, estrutura e relações.....	36
2.1 A Teoria das Representações Sociais: Serge Moscovici	37
2.2 A realidade socialmente construída: da percepção à representação	39
3. O bairro de Adrianópolis na cidade de Manaus	43
3.1 Topografia	44
3.2 Da “Vila Municipal Operária” ao Adrianópolis: as transformações contextualizadas no desenvolvimento urbano da cidade de Manaus	46
3.3 Delimitação da área de estudo	67
4. Estratégia metodológica	70
4.1 As referências teóricas: o materialismo histórico-dialético e a abordagem sistêmica	70
4.2 A estrutura da pesquisa: o estudo de caso	72
4.3 A coleta de dados: o trabalho de campo	73
4.4 Procedimentos para análise dos dados: a análise quali-quantitativa	75
5. Análise dos resultados	77
5.1 O significado e a identidade do Adrianópolis	82
5.2 A relação espaço-sujeito: como os moradores relacionam-se com o Adrianópolis	101
5.3 A socialização das representações: o poder de transformar o espaço	112
5.3.1 A produção sócio-espacial da política estatal.....	113
CONCLUSÃO.....	126
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho foi buscar compreender o processo de produção social do espaço no bairro de Adrianópolis (Manaus/AM). O propósito foi desvendar as representações sobre o bairro de Adrianópolis presentes entre os moradores e a forma como essas representações influenciam na produção e re-produção do espaço físico e social do bairro de Adrianópolis.

Trabalhou-se com a hipótese de que a produção do espaço, em sua forma e em suas funções, pode estar sendo conduzida, ainda que de forma inconsciente, pelas representações sociais dos moradores forjadas pelas finalidades da acumulação capitalista, replicando de maneira automática nas idéias constitutivas da identidade do bairro e fomentando a exclusão sócio-espacial daqueles que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos pela lógica do capital.

O tema das cidades é hoje um dos tópicos centrais das preocupações teóricas e políticas do planejamento urbano. Vislumbra-se uma tendência nacional de buscar uma solução para os problemas das contradições urbanas causadas pela expansão do modo de produção capitalista.

Registre-se que, desde que este estudo foi proposto, a cidade de Manaus, em especial a região desse estudo, passou por consideráveis intervenções urbanas, com concessões de uso e ocupação do solo estabelecidas e reguladas pelo Plano Diretor.

O pano de fundo que situou o objeto de pesquisa dentro de um aporte ético e tematicamente complexo teve nos trabalhos de Edgar Morin uma referência. Como o assunto exigiu uma ótica amplificadora, a idéia do caos organizador – ordem, desordem e organização – representa as etapas necessárias à real compreensão e conhecimento do fenômeno.

Na mesma linha, foi aprofundada a idéia de que o estudo das representações dos moradores do bairro de Adrianópolis é um processo sistêmico, a exigir da ciência um esforço para além da análise tradicional e simplificada.

A produção e re-produção do espaço, a sua moldagem, a decisão sobre sua função e sua estrutura revelam as relações sociais como sendo produto e produtor do processo ao mesmo tempo. O que forma o sustentáculo das motivações dos sujeitos envolvidos nesse processo parece ser de grande importância para a construção das tendências norteadoras do caminho a seguir no planejamento do espaço urbano. Compreender essas representações significa trazer para esse debate a visão idealizada do espaço homogeneizado pela elite, que segrega e priva o diferente, aquele que não se adequa aos “padrões”, do direito ao espaço, ou como quer Lefebvre, do direito à cidade.

Esse caminho sinaliza a complexidade crescente que Morin diagnostica na produção do conhecimento e, talvez, signifique o estágio do ingresso na desordem. Essa que desconstrói o objeto culturalmente pré-estabelecido para que retrate mais fielmente a realidade.

Considerando que o objeto focal do estudo foi a produção do espaço, o primeiro capítulo debruçou-se sobre esse conceito. Sob a ótica marxista, abordou-se o conceito de cidade e de espaço urbano, bem como as implicações do modo de produção capitalista, com a substituição do valor de uso pelo valor de troca, transformando o espaço em mercadoria. Henri Lefebvre, David Harvey e Pierre Bourdieu foram os principais condutores nessa viagem teórica.

No segundo capítulo, Serge Moscovici figurou como a principal referência. Ele analisa as representações sociais como criações internas, mentais, decorrentes do próprio processo coletivo e que passam a ser determinantes no pensamento individual. Segundo afirma, as representações sociais são de tal natureza que aparecem para nós como que objetos materiais, pois são produtos de nossas ações e comunicações.

Não obstante a contribuição de Moscovici, a respeito da base conceitual da Teoria das Representações Sociais, são acrescentadas à análise as proposições da sociologia do conhecimento de Berger & Luckmann e a teoria sobre memória coletiva de Halbwachs demonstrando a totalidade do processo de construção social da realidade.

A proposta foi expor o referencial teórico dentro de uma abordagem sociológica expandida. Outras disciplinas são chamadas para o diálogo, mas a Sociologia é utilizada como ponto central, considerando sua capacidade de desvendar os subterrâneos e desfazer imagens que, a princípio, parecem claras.

O terceiro capítulo caracterizou o cenário onde se colheu as representações sociais, bem como os sujeitos envolvidos na pesquisa. A área de estudo foi delimitada geograficamente e caracterizada quanto à topografia, visto a denominação freqüentemente utilizada pelos moradores de “Alto” e “Baixo” Adrianópolis.

A escolha do bairro Adrianópolis como tema da pesquisa teve por finalidade não apenas revelar os modos de produção e re-produção do espaço, mas essencialmente resgatar lembranças e compará-las com as ações, com as representações do presente.

Os participantes da pesquisa foram criteriosamente escolhidos e indicados pelos próprios moradores. A trajetória em busca dos informantes foi uma fase crucial da pesquisa, pois se entendeu que a procedência da indicação fornece a posição dos informantes na estrutura das relações sociais. Assim, os indicados foram reconhecidos como as pessoas “naturalmente legitimadas” para “historiar o bairro” e que somente pela experiência adquirida ao longo dos anos morando no bairro tiveram suas histórias reconhecidas e legitimadas perante os demais moradores.

Nos capítulos quatro e cinco, adentrou-se diretamente no empírico. Esclareceu-se a metodologia utilizada, bem como, foram apresentados os dados quantitativos e qualitativos colhidos no bairro, ao longo do ano de 2006.

Procedendo-se ao necessário recorte da realidade, foram examinados os atores, no sentido de esclarecer o que pensam sobre o bairro. As seguintes proposições foram averiguadas:

- a) o espaço físico é meio, produto e produtor da sociedade;
- b) o espaço não é homogêneo;
- c) cada grupo social produz e re-produz o espaço conforme suas percepções sobre o mesmo.

Foram analisados os resultados colhidos e apresentadas as conclusões a respeito das representações dos moradores do bairro de Adrianópolis, revelando a forma como constroem a realidade do lugar onde vivem ao produzir e re-produzir o espaço.

Como sustenta Pedro Demo, o conhecimento só encontra real importância em sua produção quando vinculado à capacidade de intervenção na realidade. Precisa estar voltado à cidadania e não à exclusão. O tema da produção social do espaço já foi explorado por vários autores no nível teórico. Porém, a aplicação prática apresenta poucos exemplos, desenvolvidos por Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri e no âmbito regional, José Aldemir de Oliveira. Percepção, representação, memória e experiência também foram abordadas por diversos autores, em destaque: Vicente Del Rio, Yi-fu Tuan, Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi.

O ineditismo desta pesquisa está na metodologia utilizada, bem como, no objeto e sujeitos estudados. Utilizando-se uma metodologia que mesclou o materialismo histórico-dialético com técnicas do etnoconhecimento, orientadas pelo paradigma sistêmico, foi possível alcançar tanto as condições objetivas como as subjetivas.

A maioria dos estudos sobre o urbano tem como foco os espaços de exclusão, buscando as causas sociais, a origem do problema e possíveis soluções. Neste trabalho, propôs-se agregar uma visão a respeito das representações dos que elaboram a regra e com ela estabelecer o que é ou não passível de mudança do ponto de vista urbano. Aqui, o espaço

físico, o ambiente construído foi abordado com a mesma intensidade e importância dispensada às relações sociais. O resultado foi a compreensão do todo, bem como, das particularidades de cada fragmento, de cada grupo, de cada parte formadora.

Foi com o enfoque de viabilizar um ambiente de atualização para a ciência, alinhado a uma intrínseca tendência inovadora, que se propôs trazer, para o debate acadêmico a respeito do urbano, a busca pela definição sobre o que os moradores do bairro de Adrianópolis pensam a respeito das transformações físicas e sociais processadas nos últimos 25 anos naquele espaço. Essas representações podem repercutir na base da construção das leis de planejamento urbano daquele espaço de grande destaque dentro da rede urbana que se delineia na cidade de Manaus.

Motivação pessoal também permeou a realização desta pesquisa, afinal o pesquisador nunca é totalmente isento no que pesquisa, no que escreve. A verdade é que se busca conhecer o que nos é desconhecido e o que, no fundo, nos é importante.

Assim, a partir da observação de contradições entre as aspirações e laços familiares com o bairro e a disputa pelo espaço fomentada pela pressão imobiliária, procurou-se confrontar algumas situações que pareciam tão comuns e tão simples no passado (talvez as contradições não se deixavam vislumbrar tão claramente) com o que se apresenta agora: um cenário de contradições disfarçadas pelas ideologias dominantes. Por exemplo, há 25 anos parecia impossível de admitir um bairro de Adrianópolis altamente disputado no setor imobiliário.

Há mais de 50 anos residindo no bairro, minha família parecia estar segura, firme de que nada os tiraria de lá, pois ali era o seu “lugar”, o espaço no qual cultivava, nos dizeres de Yi-Fu Tuan, uma relação topofílica. Tudo no Adrianópolis parecia como uma extensão da própria casa.

Quando minha família foi morar na Vila Municipal, a parte baixa do Adrianópolis ainda não existia, ou pelo menos, não como espaço habitável. Da metade da Ladeira da rua

Paraíba para baixo, uma extensa floresta drenada pelo igarapé do Mindú impunha limites aos poucos moradores que se aventuravam a penetrá-la em busca, quase sempre, de uma carne de caça. Macacos, pacas e até onças eram encontradas facilmente no Baixo Adrianópolis e serviam de alimentação aos corajosos desbravadores. Meu tio era um deles.

O novo cenário - a rua Paraíba como espaço de fluxo - tornou-se um total desconhecido, um intruso para os moradores da antiga Vila Municipal. Espigões que saltam entre residências do século passado, comércios variados que disponibilizam aos ávidos consumidores desde comida chinesa até materiais de construção. A cada ano, um prédio de serviços públicos contribui para o congestionamento de veículos.

Poucas árvores restaram. Algumas resistem bravamente às mudanças, como para reavivar as lembranças. Muitas das antigas residências já foram destruídas. E junto com os escombros, foram-se também as memórias. Poucos dos antigos moradores ainda estão vivos. Quando morrem, também morrem suas experiências. Perda incalculável.

Minha avó e os poucos que restam da minha família, morando ali há mais de 50 anos, são pressionados pelo avanço do capitalismo a sair, a se mudar, a apagar essas lembranças. Isso parecia impossível de acontecer há 25 anos.

Contraditoriamente e concomitantemente a esse processo, parece haver uma conveniência em manter alguns dos antigos moradores, na medida em que são eles que cultivam a idéia do Adrianópolis arborizado, tranquilo, familiar e de clima ameno, a imagem da Vila Municipal.

Com toda a modernidade, com toda a arquitetura moderna dos novos empreendimentos que se multiplicam no bairro, a Vila Municipal parece ser mais atrativa para os investidores imobiliários que o Adrianópolis. As propagandas dos novos empreendimentos tentam resgatar os atrativos físicos que já não mais existem.

O objeto que aqui serviu de estudo é o espaço do bairro Adrianópolis. Não somente o espaço físico do bairro, mas sobretudo o espaço social que dá forma ao físico. Os sujeitos envolvidos no estudo são os pertencentes a esse espaço social, ou seja, os que produzem e re-produzem o espaço no Adrianópolis. Para isso, buscou-se na memória dos mais idosos ou até mesmo da memória pessoal da pesquisadora, enquanto ex-moradora do bairro, as informações que vão além dos dados registrados na história oficial.

Assim, não se pretendeu produzir apenas uma pesquisa científica. Muitas vezes, o que o leitor encontrará nestas páginas não é do campo científico e sim do campo das emoções. Histórias de vida. Histórias de dor, de alegria, de decepções, de amores e principalmente de reencontros com um passado que já não mais existe. Pelo menos não concretamente.

São essas lembranças de existências que não deixam que as essências se percam no passado. As lembranças lutam, buscam incessantemente a retomada do passado. Esse reencontro às vezes é duro, triste e amargo. Mas em outras vezes, ele é prazeroso e confortável. Em muitos casos, o reencontro com o passado é como um bálsamo para as dores do presente.

Foi assim que foram vivenciadas as entrevistas e as histórias de vida dos entrevistados. Muitas vezes, um reencontro pessoal: um passado inconsciente, no entanto ativo.

Assim, ao término da pesquisa, ambos estavam revigorados: observadora e sujeitos. E a observadora já não era apenas observadora, mas sujeito. E os sujeitos já não eram apenas sujeitos, mas também passaram a enxergar o que antes lhes era ocultado.

1. A cidade capitalista: as contradições no espaço da re-produção

O tema de estudo dessa pesquisa sugere a produção social do espaço, mas como explicar a gênese social do espaço? A qual conceito de espaço está se referindo? Por que se diz “produção” e não “construção”? O que está “embutido” no termo “produção” que se faz necessário para a análise da formação e estruturação do espaço?

A temática urbana é rica em abordagens teóricas das mais diversas áreas do conhecimento, entre elas a Geografia e a Sociologia. Não obstante a utilização de alguns termos da Geografia e até mesmo da Antropologia objetivando estabelecer uma diferenciação entre os conceitos, o aporte teórico-metodológico apoiou-se fortemente na perspectiva sociológica, pois se acreditou ser o tema das cidades o objeto de estudo privilegiado da modernidade o cenário dos estudos da Sociologia.

A Sociologia Urbana apresenta diferentes tradições de pensamento - ou escolas de pensamento - que não somente se desenvolveram paralelamente, no tempo e no espaço, mas também se influenciaram mutuamente em suas teorias sobre a cidade, configurando uma verdadeira pesquisa interdisciplinar. Assim, as pesquisas e publicações de pensadores alemães como Marx, Engels e Weber em muito influenciaram sociólogos franceses como Henri Lefebvre e Maurice Halbwachs, exemplos de pensadores que têm suas obras transitando livremente entre as culturas, permitindo uma compreensão da modernidade nos mais diferentes contextos urbanos. Todas essas “leituras” revelam traços comuns em suas análises da cidade dentro do contexto do modo de produção capitalista.

Dentre os teóricos da escola francesa, tomou-se como referência Henri Lefebvre, o grande representante da sociologia urbana francesa. Sua obra oferece um campo amplo e fecundo para embasar o conhecimento do mundo moderno. Lefebvre re-contextualizou as

idéias marxistas a respeito da formação do espaço urbano, de modo a considerar as antigas e novas contradições que continuam movimentando o mundo moderno.

A ciência, para Marx, visa “des-cobrir” as relações essenciais (não percebidas necessariamente pelos agentes sociais) com o objetivo de transformação da sociedade. Essa é sua metodologia abrangente: captar a totalidade, aparência e essência, desde as estruturas da produção material da vida até as formas culturais e ideológicas que as reproduzem.

O pensamento marxista foi uma das fontes mais importantes, senão a principal, na formação do pensamento de Lefebvre. Para ele, o espaço só pode ser explicado pelas relações sociais nele evidenciadas e o “fenômeno urbano” deve ser entendido por meio da observação da centralidade da cidade. É na centralidade que as pessoas se relacionam em busca da produção das condições materiais de sobrevivência, da reprodução do lazer e do consumo e da ocupação do espaço. A centralidade constrói-se sobre uma base de relações sociais em que uma parcela da sociedade determina o curso dessas relações de produção em função da propriedade que exerce sobre os bens de produção (Lefebvre, 1999, p.110).

Escolheu-se as proposições de Lefebvre para aporte teórico da pesquisa devido ao perfeito enquadramento conceitual de suas proposições com os objetivos desta pesquisa.

Lefebvre, apesar de pertencer à escola francesa, foge em muito dos modelos racionalistas e utópicos tão comuns a essa tradição de pensamento, e volta-se para os estudos empíricos das cidades-satélites, das periferias urbanas e dos bairros das grandes metrópoles, estudando a vida na cidade, a organização dos cidadãos e a mobilização da cidadania. Em sua obra, denuncia o surgimento de uma nova utopia: a expansão urbana da sociedade capitalista, a qual muitas vezes é idealizada como uma forma de progresso, acabando por evidenciar suas inúmeras contradições resultantes dos interesses econômicos associados.

Essa viagem conceitual continua com David Harvey, aqui novamente, a obra extrapola as fronteiras disciplinares ampliando a compreensão da temática urbana, porém

mantendo a linha de raciocínio do espaço como produto e produtor da sociedade capitalista. Harvey equilibra o radicalismo das proposições de Lefebvre, avaliando com generosidade a carga utópica crítica de seus textos, chamando-nos sempre à necessidade de um realismo equilibrado. O próprio Harvey, utilizando-se da expressão de Marx, admite “friccionar os blocos conceituais para produzir fogo intelectual” referindo-se a inovação teórica por ele conquistada ao balancear as teorias lefebrianas (Harvey, 2005, p.23).

Milton Santos faz uma re-leitura da obra de Lefebvre, pensando o espaço histórico com base na experiência colonial, na vivência secular da opressão e na rebeldia latente de povos permanentemente subjugados. Dessa forma, o direito à cidade de Lefebvre é compreendido como o direito do colonizado, do marginalizado de ocupar o seu espaço justo e merecido, rebelando-se contra as hierarquias pré-estabelecidas.

Da mesma forma como as condições objetivas (externas ao homem), devem ser consideradas como influentes no fenômeno da produção do espaço, as condições subjetivas, captadas por meio da percepção e da representação dos sujeitos envolvidos. Elas fazem parte da realidade social, portanto, não devem ser tratadas, metodologicamente, como fator perturbante e inconveniente.

Isto posto, procurou-se em Yi-Fu Tuan a referência para se abordar o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção dos sujeitos. Para o geógrafo humanista, o lugar é, antes de tudo, um repositório de significados.

Se a produção do espaço está fundada sobre questões econômicas, culturais, políticas e filosóficas, como referem os autores acima citados; se o planejamento urbano é fruto da aplicação automática e impensada de valores internalizados (por vezes invisíveis a nós mesmos); o desafio da intervenção parece centrar-se em uma ética cidadã, a ser recuperada, reconstruída e elaborada. Seguindo a linha proposta e buscando mergulhar no caos que

primeiro desconstrói, para só então recompor, em novas bases, é que se passou à próxima etapa do trabalho, que foi a de buscar definir cidade, espaço urbano e suas derivações.

1.1 A re-produção do espaço urbano e o surgimento dos não-lugares

Esta abordagem inicia-se pela compreensão do conceito de cidade, pois é na cidade que as representações tomam forma e se materializam na morfologia urbana.

Como mencionado anteriormente, a cidade é tratada enquanto objeto de estudo da sociologia urbana. Sabe-se, pois, que a reflexão sobre a cidade estende seus tentáculos às mais diversas áreas do conhecimento, no entanto, por razões práticas e sobretudo por compatibilidade teórica, esta abordagem se limita aos autores que entendem a cidade como produto social no contexto do modo de produção capitalista.

Apesar de se constituir como habitat no mundo da modernidade, a cidade ainda é algo enigmático que se reveste de muitos significados ligados ao mundo econômico, à vida social, à cultura, atingindo as subjetividades dos modos de vida no cotidiano.

Na transição do século XIX para o século XX, pensadores como Engels (1975) ilustravam como a cidade espelhava as contradições do modo de produção capitalista.

Em toda parte, bárbara indiferença, dureza egoísta, de um lado miséria indestrutível, por outro, em toda parte guerra social, a casa de cada um em estado de sítio, em toda parte pilhagem recíproca a coberto da lei e tudo com um cinismo e uma franqueza tais que nos assustamos com as consequências do nosso estado social [...]
(ENGELS, ob.cit., p.57)

Estudos como esse denunciavam os problemas urbanos decorrentes da propriedade privada do solo urbano, da acumulação capitalista: a desigualdade de acesso aos equipamentos, aos serviços urbanos, o espaço tratado como mercadoria.

Para Lefebvre (2001), a questão central para a compreensão do fenômeno urbano está na observação da centralidade da cidade. É na centralidade que as pessoas se relacionam em busca das necessidades humanas de produção das condições materiais de sobrevivência, de reprodução do lazer e do consumo e de ocupação do espaço. É nessa centralidade, no espaço vivido, que nasce a troca, a aproximação, ou seja, as relações.

É exatamente nesse ponto que Lefebvre afasta-se das abordagens estruturalistas que concebem pouca importância à prática dos atores - os agentes de produção seriam apenas suporte de estruturas.

Ao contrário, a abordagem marxista, adotada por Lefebvre (ob.cit.), considera que o conceito de espaço se explica pela sua própria produção.

Marx une a objetividade dos fatos sociais com a subjetividade das ações sociais e as redefine como a práxis do materialismo histórico na forma do sujeito social como agente produtor dos fenômenos e para os quais dá significado. Significado este que, quando socializado, torna-se real na medida em que se materializa nas ações.

Nesse processo, o espaço é ao mesmo tempo produto e produtor de quem o produz. Mas quem o produz? A sociedade. É ela quem divide o espaço físico, aquilo que se vê, ou seja, a paisagem em diferentes usos e fazendo isso cria uma “organização” e conceitua essa “organização” de espaço. Para Harvey (1980) a cidade é a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico.

Para Santos (1991), o processo de produção do espaço é uma combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função. Isto porque os movimentos da lógica econômica modificam as relações sociais, alterando os processos e demandando funções. Esse

movimento é dialético e opera sobre as formas e funções estabelecidas, fazendo com que os lugares tornem-se combinações de variáveis que se diferenciam ao longo do tempo. Ou seja, o espaço produzido é efêmero, pois se modifica conforme as transformações da sociedade que o conforma. Essa operação tem um caráter sistêmico unindo as partes com o todo em uma organização dialética.

A expressão “re-produção do espaço” explica-se pelo fato do espaço ser produto e não obra da sociedade, por isso ele é “produzido” e não “construído”, e é re-produzido conforme influencia nas relações sociais.

A utilização desse termo “produção” leva ao conceito de “relações de produção”, a qual envolve a separação entre a consciência e o trabalho, a “alienação”, onde os próprios produtores do espaço (os grupos sociais) não se reconhecem na sua obra. Ora, e nem poderiam, já que não é obra, é produto e como tal, a matéria é separada de sua finalidade.

O sujeito que produz a matéria física não é o mesmo que lhe dá significado, com isso, o sujeito produtor aliena-se do seu produto. Isso explica porque as permanências, as “rugosidades²” não se reconhecem nos novos espaços apesar de participarem da produção do mesmo produto final: o bairro, a cidade. O espaço total produzido não lhes é familiar como o “lugar” que eles produziram (a sua casa) com a finalidade de prover as suas necessidades conforme seus interesses.

Na estruturação desse processo, a cidade acaba por gerar um sistema de significações e de sentido, que reúne e segrega de acordo com identidades. Esse “sistema” é definido pelos grupos que organizam a política, controlam a produção, viabilizam o comércio, orientam a forma e a função do espaço na cidade.

² A expressão “rugosidades”, conforme entendida por Santos (1980, p.138), denota a memória do espaço construído. São as marcas deixadas na paisagem criada, manifestadas por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados. Para Santos (ob.cit), o espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. As rugosidades são as formas espaciais do passado, produzidas em momentos distintos do modo de produção.

Assim, o ponto crucial da análise da cidade capitalista deve focar não apenas a característica inerente às cidades, qual seja a aglomeração dos meios de produção e de troca, mas sobretudo o modo específico de aglomeração dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho, as quais definem a ocupação do espaço por grupos sociais específicos.

Em Bourdieu (2003), encontra-se que esses grupos sociais unem-se em torno de um interesse comum. Essa união é fomentada por uma força externa, geralmente política, com o interesse de impor uma visão do mundo social. Nessas ocasiões, tem-se então a formação de classes sociais que lutam entre si por interesses diversos, a “classe para si”.

Neste caso, a luta de classes passa a ter uma função preponderante na produção do espaço, pois cada uma delas tentará impor sua visão do mundo social, sua ideologia. E quem vencerá? A vencedora, ou seja, a classe que conseguirá impor seus interesses como interesses universais, dependerá da capacidade de dominação dos instrumentos de legitimação ideológica, como: a política, as leis, o sistema educacional e a religião, os quais tornarão mais eficaz sua re-produção social e, conseqüentemente, o seu modelo de re-produção espacial, a sua forma de uso do solo.

O Estado unifica toda a diferenciação das experiências, das sensações e das leituras sobre a vida urbana em um único “sistema”, criando o que Lefebvre (2001, p.61) chama de “isotopia”, ou seja, dentro do “sistema” todos buscam e se orientam da mesma forma para o trabalho, para o lazer e para a ocupação do espaço. No entanto, como esse processo é contraditório (o diverso é tratado como uno), essa isotopia acaba produzindo e revelando a “heterotopia”. É na heterotopia que se formam os sistemas secundários, revelando as desigualdades da estrutura social.

Dessa forma, o Estado funciona como regulador e articulador das forças em jogo, atuando em vários níveis. Pode, por exemplo, atuar como promotor da indústria da construção civil e ou racionalizador do ambiente construído, mediante políticas de planejamento de uso e

ocupação do solo. Ou ainda, canalizar o consumo em uma determinada direção, de modo que as mercadorias sejam mais lucrativas, utilizando-se para isso dos mais variados veículos de comunicação de massa para criar necessidades de consumo. Em síntese, a verdadeira intenção do Estado, no processo de re-produção do espaço urbano, é fazer emergir uma nova modalidade do conflito de classes.

Aqui, o direito à cidade, a apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões, perde totalmente o sentido. O “usuário” é reduzido a consumidor e, cego, torna-se passivo, condizente com as exigências do mercado. O valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso e a re-produção das relações sociais consuma-se.

Movido pela contradição fundamental do modo de produção capitalista, o urbano resume a luta de classes. A urbanização (entendida aqui não como fato demográfico, mas como processo de tomar como modo de vida o cotidiano das cidades, ou seja, o urbano) precede o capitalismo. Porém, Marx evidencia que é na cidade (manufatura, fábricas, meios de comunicação e transporte, abrigo para a força de trabalho, meios de consumo coletivo etc.) que o capitalismo busca os meios de sua re-produção pela acumulação.

Ao considerar a dominação do capitalismo sobre o urbanismo, Harvey (2005) separa-se de Lefebvre . De fato, o que se observa é que a urbanização oferece as oportunidades para o capital industrial dispor dos produtos que cria e por isso é impulsionada por ele.

A cidade, como meio ambiente que é, sofre as modificações da produção, representando simultaneamente o receptáculo e a condição, o lugar e o meio da re-produção social.

Na cidade e pela cidade, a natureza cede o seu lugar à natureza segunda. A cidade percorre assim os modos de produção, processo que se inicia logo que a comuna urbana substitui a comunidade (tribal ou agrária) ligada de perto à terra. A cidade torna-se assim, o grande laboratório das forças sociais, em vez da terra, como se diz [...] (LEFEBVRE, 1972, p. 89).

A substituição do meio ambiente natural pelo ambiente construído faz-se por meio das alterações de propriedade, produção e troca. O valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) é gradualmente substituído pelo valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos).

Lefebvre (ob.cit.) assinala três momentos da industrialização nas cidades: no primeiro momento, a realidade prática e ideológica preexistente é assaltada e saqueada; num segundo momento, a nova realidade urbana instalada expande-se e generaliza-se; no terceiro momento, a cidade passa a ser vista como “centro de decisões”, carregando consigo uma nova racionalidade, agora tecnicista e organizatória. É essa racionalidade que predomina desde o século XX e vem se manifestando no planejamento urbano.

A globalização da economia e da cultura, aliada à revolução das tecnologias de informação, vem provocando processos contraditórios, excludentes, homogeneizadores, revolucionando completamente a vida econômica, o espaço, as questões sociais e, em especial, a cidade. A questão urbana na cidade atual traz um desenrolar de novas questões e dificuldades que desafiam os estudiosos dos temas urbanos. O aumento da mobilidade, tanto da informação quanto das pessoas, assume conotações, no mínimo, passíveis de reflexão.

Oposições como urbano vs. rural, centro vs. periferia e público vs. privado desaparecem, dissipam-se com a revolução dos transportes e dos meios de comunicação. Surgem novas interpretações do cotidiano. A distância entre os opostos desaparece, começa então, a homogeneização da economia, da cultura, dos espaços e enfim dos cidadãos. Mas esse processo não é livre de contradições. A característica marcante das cidades modernas passa a ser a presença de imensos contrastes.

Embora aparente concentração de poder e riqueza, a cidade moderna não é o espaço da fartura e prosperidade. Ao contrário, há sempre novas manifestações de pobreza e formas cruéis de exclusão social, sugerindo a idéias de fragmentação e segmentação urbana.

A internacionalização e transnacionalização das cidades globais acabam por produzir sua antítese: o lugar do desencontro. A globalização causou um desenraizamento das pessoas com o espaço.

Para Augé (1994), se o lugar antropológico é a construção concreta e simbólica do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identiários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentimento de pertencimento, a desintegração desse espaço pode ser referida como não-lugar antropológico. Retrato da nossa época, o não-lugar existe mesclado ao lugar (AUGÉ, ob.cit., p.37).

Yi-Fu Tuan (1980), ao tentar relacionar os estudos sobre percepção, atitudes e valores ambientais, propôs o termo “topofilia”, definindo-o como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico".

O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem" (TUAN, ob.cit). O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar.

Dessa forma o lugar é - para o grupo - o meio, o produto e o produtor de suas relações sociais.

A cidade exprime o conjunto das contradições advindas das relações sociais de produção, sendo fruto, portanto, da dialética, que imprime no contexto da cidade formas distintas de paisagem de acordo com a realidade histórica, ou melhor, com a conjuntura dessas relações sociais de produção.

É no ambiente construído que se desenrolam os conflitos entre as classes sociais, abrangendo desde a produção até o consumo do espaço como mercadoria. A criação do espaço é necessária para as finalidades da produção, não obstante a força de trabalho necessitar do espaço para viver. É o trabalhador requisitando os valores de uso necessários às suas condições de reprodução, porém lhe é oferecido o valor de troca, o espaço como mercadoria, longe, muito longe do seu nível de consumo.

A luta pelo espaço, cada vez mais raro, separa o “trabalhar” e o “viver”. Além do espaço para a habitação, o transporte, o lazer, os equipamentos urbanos, o acesso à rua compõem esse espaço do viver. Esses elementos representam o mais importante meio de consumo coletivo e são fundamentais para a reprodução da força de trabalho, daí o interesse do mercado imobiliário que procura lucro com a produção dessa mercadoria (o espaço do viver, da habitação).

O mercado imobiliário procura então agregar ideologias a esse ambiente construído. Envolvido na máscara da “qualidade-de-vida”, a mercadoria (o espaço) produz grande lucratividade. Não se produz para o uso, mas para o lucro. Essa é a grande jogada da produção do espaço pelo capital. Apoiando-se nas palavras de Lefebvre (1999): “A cegueira consiste em não se ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético [...] no fato de só ver coisas, operações e objetos [...]” (LEFEBVRE, ob.cit., p.47).

A luta entre o uso (o desejo do uso pleno dos espaços) e a troca (o valor de troca, o conjunto de coações que inibem o uso pleno do espaço) torna a cidade o sustentáculo do sonho, do imaginário, do utópico que explora todas as possibilidades. Nas palavras de Lefebvre, “a cidade é o lugar do possível”.

1.2 A produção do espaço social

Pierre Bourdieu (2003) traz uma contribuição importante, expondo a forma como as relações sociais acontecem numa sociedade capitalista: o papel dos *habitus* nos “espaços sociais” moldando o urbano.

Para Bourdieu (ob. cit.), o espaço social é diferente do espaço físico, ou melhor, este é o espelho do outro, sendo constituído de um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas das outras e que se definem, exatamente, por essa exterioridade mútua e também por relações de ordem, como acima ou abaixo, sendo objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra posição.

O espaço social é uma realidade invisível que não pode se mostrar nem se tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes ou grupos, os quais são distribuídos no espaço conforme suas posições sociais, caracterizadas de acordo com dois princípios de diferenciação: o capital econômico e o capital cultural, que juntos formam o capital global.

A distribuição física espacial é realizada de acordo com o volume total de capital (econômico + cultural) que o grupo possui. Já a distribuição social é realizada de acordo com o peso relativo dos dois tipos de capital, ou seja, de acordo com o que for mais significativo para o grupo entre o econômico e o cultural no volume total de seu capital. Desse modo, o espaço social se traduz no espaço de tomada de posição, no espaço da ação.

A cada posição, tem-se o que Bourdieu (ob.cit.) chama de *habitus* (práticas e gostos, com características intrínsecas e relacionais, de uma posição, que se transformam em estilo de vida) produzido pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente. Os *habitus* são produto das posições sociais, das hierarquias sociais. São diferentes e diferenciadores, na medida em que são encarados de forma diferente pelos agentes.

A Figura 1, adaptada do modelo de espaço social construído por Bourdieu (ob.cit), mostra o espaço das posições sociais vs. espaço da tomada de posição política na França. As cores azul e vermelha diferenciam a opção política dos diversos grupos sociais, os quais estão distribuídos no diagrama conforme seus *habitus*, que por sua vez são definidos de acordo com a significação dada ao capital cultural e ao capital econômico.

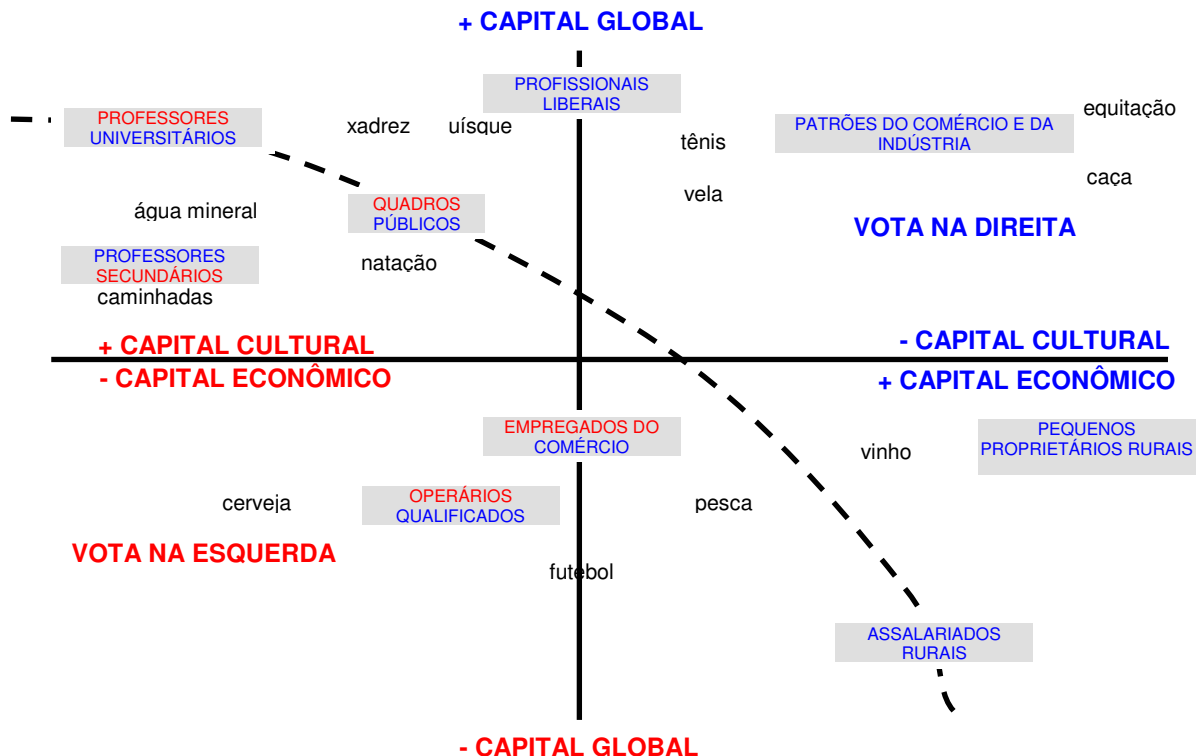


Figura 1 - Modelo francês da relação: Espaço das posições sociais vs. espaço da tomada de posição.
FONTE: Adaptado de Bourdieu (2003).

O princípio classificatório é o seguinte: descreve-se o conjunto das realidades classificadas no espaço social, as quais são utilizadas para prever outras propriedades. Assim, por exemplo, um grupo que esteja no Alto e à esquerda do diagrama tende a se relacionar com grupos que estejam na mesma posição ou próximos a ele, por suas propriedades e suas disposições, seus gostos. Em contrapartida, terá mais dificuldade de se relacionar com grupos que estejam abaixo do diagrama e à direita, por exemplo.

Construir o espaço social significa propiciar a construção de classes tão homogêneas quanto possível na perspectiva do capital cultural e do capital econômico e de todas as propriedades que daí decorrem.

O espaço social de Bourdieu (ob.cit.) revela a "diferenciação" (propriedade adquirida socialmente) das "distinções" (qualidades intrínsecas dos indivíduos). Isso quer dizer que a distinção, como propriedade distintiva, só se transforma em diferença (diferenciação, separação) quando é percebida por alguém capaz de estabelecer socialmente essa diferença (Figura 2). Ou seja, a distinção só passa a constituir um signo, na linguagem simbólica, ao se aplicar o princípio da diferenciação por meio da percepção do agente, onde estão presentes os esquemas classificatórios. A influência da percepção do agente, na construção da realidade social, será mais amplamente abordada no próximo capítulo.

As diferenças percebidas pelos agentes sociais, associadas às posições diferentes, às hierarquias diferentes, transformam-se numa verdadeira linguagem, uma linguagem de sistemas simbólicos constituído de signos distintivos, os quais irão configurar o espaço físico (Figura 2).

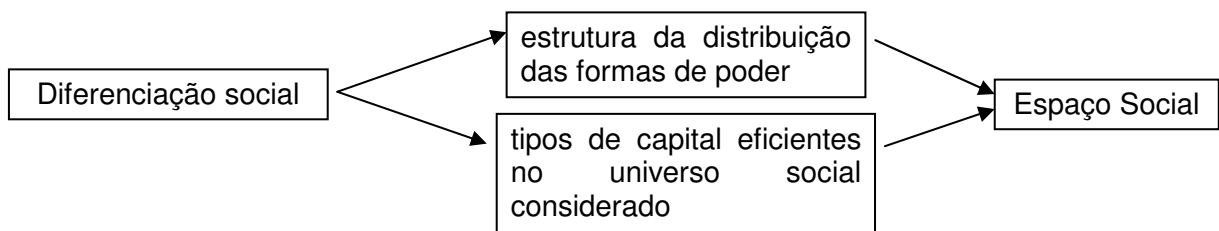


Figura 2 – Esquema das variáveis.

O espaço social e o espaço simbólico devem ser identificados de modo a definir os princípios fundamentais de diferenciação (cultural e econômico) e sobretudo os princípios de distinção (os *habitus*).

Os princípios de diferenciação dos espaços sociais não são os mesmo em todas as épocas e nem em todos os lugares. Mas com exceção das sociedades menos diferenciadas,

todas se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podem ser compreendidas verdadeiramente, a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder, ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado e que, portanto, variam de acordo com o lugar e o momento.

O posicionamento e a divisão dos grupos no espaço social não necessariamente significa uma representação de classes, no sentido de Marx, isto é, um grupo mobilizado por objetivos comuns e contra uma outra classe. No entanto, esses grupos sociais como classes teóricas estão predispostas a se tornarem classes sociais, no sentido de Marx, pois a posição no espaço social determina afinidade ou diferenças que podem se tornar políticas. O que não quer dizer que a proximidade no espaço social engendre a unidade automaticamente: ela define uma potencialidade de unidade e não uma determinação de unidade. O espaço social nega a existência de classes, porém afirma a diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e, eventualmente, enfrentamentos coletivos entre os agentes situados em posições diferentes do espaço social.

Para Bourdieu, as classes sociais não existem, não na realidade, apesar dos esforços de Marx terem contribuído para torná-las realidade. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, como algo que pode vir a ser traçado pelos agentes.

No modelo social de Bourdieu, as classes sociais são apenas classes teóricas na delimitação de um conjunto relativamente homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; mas para se tornarem classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, necessitariam de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação. A criação de classes sociais, como existência real, estaria relacionada com a lógica da luta política, no que diz respeito a: construir grupos reais, por meio da mobilização e

expressar os interesses desse grupo. A existência do grupo conferiria legitimidade àqueles que expressam seus interesses. Assim, segundo Bourdieu (ob.cit), a ciência social não deve construir classes, mas sim espaços sociais, no interior dos quais, as classes podem ser recortadas.

Com relação à realidade percebida, Bourdieu (ob.cit.) acredita não ser possível capturar a lógica do real sem mergulhar nas particularidades empíricas, historicamente situadas e datadas. Porém, a compreensão desta particularidade seria apenas “um caso particular do possível”, isto é, uma figura em um universo de configurações possíveis, “é o invariante da estrutura variante observada”.

O modelo de construção social da realidade, proposto por Bourdieu, diferencia conceitos substanciais - resultantes do estruturalismo (causa-efeito) - dos conceitos relacionais - que levam em conta todas as relações envolvidas no fenômeno social -, separando assim, o que é resultante da estrutura, ou seja, o que é estruturado, do que é *habitus* (aquilo que se encontra no coletivo, no social).

O modo de pensar substancialista é determinístico e compartilha da idéia de que o comportamento tem sua gênese apenas no biológico, ou ainda, cultural. Bourdieu alerta que é preciso cuidar para não transformar em propriedades intrínsecas de um grupo qualquer as propriedades que lhes cabem em um dado momento a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis.

Por outro lado, o modo de pensar relacional trata os fenômenos sociais como um conjunto de posições sociais legitimadas por atividades ou bens, mas que são relacionalmente definidos por meio de um sistema.

Essa é, segundo Bourdieu, a fórmula para analisar a relação entre as posições sociais e as tomadas de posição, o comportamento, as escolhas que os agentes sociais fazem nos mais diversos domínios da prática. Ele lembra que a comparação só é possível entre “sistemas”,

caso contrário, arrisca-se a fazer identificações entre estruturas diferentes e distinções em estruturas idênticas.

A noção de espaço, proposta por Bourdieu, contém o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: de fato, afirma que toda a “realidade” representada reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se tratem de indivíduos, quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença. Isto é, a ocupação de posições relativas em um espaço de relações, invisível e difícil de expressar empiricamente representa o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos.

A estrutura construída do espaço social não é imutável e deve-se ter uma análise das formas de conservação e transformação da estrutura. O espaço social também é um campo de forças que impõem aos agentes a necessidade de conservação ou de transformação de sua estrutura (Bourdieu, ob.cit.)

2. Representações sociais: gênese, estrutura e relações

A criação de imagens mentais do mundo externo é parte fundamental do exercício de se reconhecer no mundo e conseqüentemente, se ajustar a ele dominando-o física e intelectualmente. Algo como colocar o mundo “dentro de si”, de maneira a catalogá-lo, antecipando situações de risco e elaborando estratégias de ação para a adaptação.

Porém, não se vive sozinho. A existência dos outros seres humanos, por vezes serve de apoio e em outros momentos representa conflito. Compreender o mundo viabiliza que se possa administrá-lo ou enfrentá-lo. Nesse sentido, as representações sociais são muito importantes no dia-a-dia, visto que, estão ligadas a praticamente todas as áreas de atuação, assim como, às imagens que se tem sobre o “urbano”, a “cidade”, o “bairro”, o “lugar”, falando mais diretamente ao objeto de estudo dessa pesquisa.

Nesta pesquisa, o que se coloca é buscar desvendar essas imagens no *locus* onde o próprio espaço é definido, ou seja, no cotidiano (conforme visto, no capítulo anterior). Justifica-se, portanto, buscar compreender que tipo de imagens prevalece entre os moradores do Adrianópolis a respeito do lugar onde vivem. Não se trata apenas da busca por um conceito socializado de espaço, mas essencialmente, da forma como os sujeitos produzem e re-produzem esse “lugar” continuamente. Quais estruturas eles se utilizam para promover, difundir e transformar o lugar onde vivem.

A Teoria das Representações Sociais será útil para que se possa compreender o que são, como elas se estruturam e qual a sua função, de maneira a subsidiar o trabalho aqui proposto: revelar a forma como os moradores do bairro de Adrianópolis re-produzem o espaço físico e social.

2.1 A Teoria das Representações Sociais: Serge Moscovici

O termo representação social foi criado por Serge Moscovici para designar a elaboração de um objeto social pela comunidade (Moscovici, 1963, p.251). Para esse autor, as representações, sustentadas pelas influências sociais, constituem as realidades das vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais os indivíduos ligam-se uns aos outros.

Diferentes autores já discutiram a aplicação do conceito de representação social, inclusive as calorosas divergências existentes entre os conceitos de representação social e percepção ambiental.

O universo de pesquisa das representações sociais não está restrito à orientação teórica inaugurada por Moscovici, ao contrário, delineiam-se diversas perspectivas de estudo do processo de construção dessas representações. Algumas dessas orientações teóricas (ou partes delas) encontram-se incorporadas à “escola moscoviciana” ou às correntes específicas dentro desta. Não obstante, diferentes pesquisadores não vinculados a esta escola podem dar ênfase a outras orientações quando empenhados na construção de seus respectivos objetos de pesquisa (Sá, 1998, p.62-64).

Sá (ob. cit, p.65), destaca que a “grande teoria”, de origem moscoviciana, desdobra-se em três correntes teóricas complementares, quais sejam, a de **Denise Jodelet**, a de **Willem Doise** e a de **Jean-Claude Abric**.

Denise Jodelet apresenta uma sistematização mais objetiva da teoria moscoviciana, mantendo, no entanto, a necessidade de uma ampla base descritiva dos fenômenos de representação social, como na teoria original de Moscovici.

Jodelet (1984), citada por Sá (ob.cit.), enfatiza os suportes pelos quais as representações são veiculadas na vida cotidiana. Esses suportes são basicamente os discursos

das pessoas e grupos que mantêm tais representações e sobretudo seus comportamentos e as práticas sociais nas quais esses se manifestam. Os meios de comunicação em massa retro-alimentariam essas representações, contribuindo para sua manutenção ou sua transformação. Para Jodelet, o fato constatado tem obrigatoriamente predominância sobre a teoria (ob. cit, p.73-74).

Em sua abordagem teórica, Willem Doise (1990), citada por Sá (ob.cit.), integra proposições de Pierre Bourdieu afirmando que a posição ou a inserção social dos indivíduos e grupos é o determinante de suas representações (Sá, ob.cit, p.75-76). Para Doise, o que é “social” não é a representação como ação, mas o princípio gerador da mesma, ou o *habitus*, conforme Bourdieu.

Para Jean-Claude Abric (1994), citado por Sá (ob.cit.), o conteúdo da representação social organiza-se em um sistema central e um sistema periférico, com características e funções distintas. Das três abordagens teóricas derivadas da teoria original de Moscovici, a abordagem de Abric foi a única a se configurar como uma teoria estrutural, a chamada teoria do núcleo central (ob.cit, p.76-77). A teoria do núcleo central de Abric resolveu o problema da instabilidade das representações que ora se apresentavam rígidas, ora flexíveis, ora estáveis, ora mutáveis. Abric atribuiu aos elementos do núcleo central as características de estabilidade e rigidez, enquanto que os elementos periféricos teriam o caráter mutável e flexível.

As abordagens acima expostas resumidamente não são concorrentes, mas complementares, mesmo porque são derivadas da mesma teoria, qual seja, a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici. Todas têm em comum o conceito de representação social como sendo um conteúdo mental estruturado, isto é, cognitivo, avaliativo, efetivo e simbólico, sobre um fenômeno social relevante que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social.

Deixe-se claro que as representações sociais, a que se refere o conjunto de autores mencionados e que subsidiam essa pesquisa, são vistas em um sentido mais amplo do que meras construções mentais de um objeto. Elas comportam um caráter social ou simbólico, circulam nas relações humanas e são formas de conhecimento. Figuram como peças fundamentais na compreensão do mundo, do outro e do próprio indivíduo. Influem na coletividade e estão na base da formulação das regras e das políticas sociais. Envolve o conjunto de crenças que cada um possui, construído, entretanto, no processo de socialização e transformado no âmbito da sociedade.

Esse conjunto de imagens representa um “reconhecimento” do mundo exterior, mesclado entre a subjetividade e os valores da cultura do grupo social a qual cada um pertence. Assim, passa-se a apresentar e a compartilhar ou socializar o próprio “reconhecimento” do que se percebe do mundo. O resultado é o que se chama de re-apresentação social ou representação social.

A percepção é parte do processo de construção da representação social. Primeiramente, o sujeito percebe o objeto para depois então reapresentá-lo, conforme sua avaliação e simbolismos construídos coletivamente.

No próximo capítulo, foi apresentado como a representação social resulta da percepção inicial, elaborada conscientemente e re-apresentada na forma de um discurso ou de uma ação. Abordou-se também a maneira pela qual esse discurso passa a fazer parte do conhecimento dos indivíduos ou dos grupos sociais por meio da socialização.

2.2 A realidade socialmente construída: da percepção à representação

O que se percebe é real? O que são essas “imagens” que constituem as representações? Como a realidade percebida materializa-se sobre o real? Para responder a

essas perguntas faz-se necessário explicitar o entendimento conceitual utilizado do que é realidade e como ela se configura.

Para Berger & Luckmann (1985, p.11-14), apoiados na sociologia do conhecimento, a realidade é socialmente construída. E da mesma forma como há diferentes sociedades, a realidade pode ser entendida diferentemente, conforme a sociedade que lhe dá existência. Assim, o conceito de realidade é inseparável do contexto social em que está inserida.

O conceito de realidade socialmente construída fomenta a discussão sobre o poder do pensamento utópico, ou seja, das imagens que constituem as representações, possibilitando a transformação da realidade na imagem utópica que dela faz.

O processo de construção da realidade é consciente, intencional e acontece por meio da socialização das ideologias, localizando todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma “memória” que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade (Berger & Luckmann, ob.cit., p. 140). Dessa forma, a realidade social resulta de um mundo construído no pensamento e na ação de um dado grupo social e por ele afirmado como real.

Para Halbwachs (2004, p.41), a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva formada pelas lembranças do grupo. A memória individual é sempre um ponto de vista em relação à memória coletiva e tem estreita relação com a posição ocupada pelo sujeito no interior do grupo.

A partir da vivência em grupo, o sujeito constrói sua memória individual com lembranças que podem ser re-construídas ou simuladas. Assim, o sujeito recria o passado baseado em lembranças de outras pessoas, internalizando as percepções da memória socializada. A lembrança, segundo Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens” (Halbwachs, ob.cit., p. 76-78).

O discurso do sujeito, a re-apresentação da experiência, torna-se um apanhado de percepções do grupo, as quais são sopesadas e transformadas, pelo sujeito que as expõem, em novas experiências para quem ouve o discurso, recomeçando assim, o ciclo da construção social da realidade, o qual acontece em dois momentos: a **percepção**, o processo cognitivo-sensitivo e a **representação**, o processo cognitivo-motor (Berger & Luckmann, ob.cit).

No momento da percepção, o real - que é biológico existindo independente dos sentidos humanos - é sopesado pelos sentidos e “filtrado” pelos condicionantes sociais ideológicos e simbólicos. Esse processo é sensitivo e tem como produto o pensamento utópico, ou seja, a percepção do real modificado pelos sentidos e que tem poder de transformação e de materialização da percepção distorcida do real. O pensamento utópico cristaliza-se na experiência do cotidiano e passa a integrar a memória, encerrando assim, o processo cognitivo-sensitivo e dando início ao segundo momento do ciclo: o processo cognitivo-motor.

É no processo cognitivo-motor que o pensamento utópico - formado durante o primeiro momento do ciclo - utiliza seu poder de transformação da realidade e a modifica conforme sua percepção do real.

Mas, para que essa modificação prossiga e tome uma forma concreta e cristalizada na memória coletiva, é necessário que a mesma seja socializada. Então, a percepção do real, ou seja, a realidade distorcida, é tornada pública por meio do discurso do sujeito ou de seu comportamento, passando a subsidiar a próxima re-construção que será realizada por quem ouve o discurso ou assiste a ação.

Mas não são todas as percepções que são socializadas a ponto de se transformarem em memória coletiva. Um exemplo que pode contribuir muito para a compreensão da relevância dessa questão é cogitar-se a respeito das razões pelas quais os próprios agentes elaboradores da regra se vejam, por muitas vezes, contrários a ela. Trata-se da forma como a realidade é “produzida” dentro de cada indivíduo e no grupo social ao qual ele pertence.

Para que a socialização tenha eficácia, os grupos buscam, dentre os acontecimentos do passado, os símbolos que emprestem mais sentidos às suas necessidades do presente. É nítida, como se verá nesse trabalho, a relação entre as apropriações do passado e a construção de memórias coletivas com a posição política que os grupos querem ocupar dentro dos quadros sociais do presente, configurando o que Bourdieu (2003) chama de “espaço social”.

A construção da realidade social é um processo ininterrupto, ou seja, a realidade reconstruída é reformulada a cada ciclo. Isso explica o fato dos discursos dos sujeitos envolvidos serem por vezes diferentes da história oficial, a qual representa a síntese do conjunto de memórias coletivas analisando os fatos e acontecimentos relevantes a um conjunto de cidadãos como se tivesse igual importância para cada um deles, sem considerar as especificidades de cada grupo, o “vivido”, aquilo que informa se o acontecimento, o local e o período foram realmente significantes para o grupo em questão (Berger & Luckmann, ob.cit).

Para Halbwachs, as lembranças são incorporadas pela história na medida em que as mesmas deixam de existir, por exemplo, pela morte dos indivíduos que as socializavam. A memória, as lembranças não podem ser fixadas por escritos, pois, ao fazê-lo a continuidade inerente do processo de re-construção social é interrompida e a memória que se cristaliza no papel passa a ser história e não lembrança.

Mas além das lembranças cristalizadas pela história, tem-se o que Pollak (1989, p.3-15) chamou de “as memórias subterrâneas [...] elas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível [...] afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados [...]”. A emergência dessas memórias ocasiona uma disputa entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, as quais enfrentam um embate pela afirmação, pela socialização de uma identidade marginalizada por pertencer à minoria.

3. O bairro de Adrianópolis na cidade de Manaus

O bairro de Adrianópolis está localizado na Zona Centro-Sul (Figura 3). Limita-se com os seguintes bairros: ao Norte com o Parque Dez de Novembro, a Leste com o Aleixo, a Oeste com o Nossa Senhora das Graças e ao Sul com a Praça 14 de Janeiro.

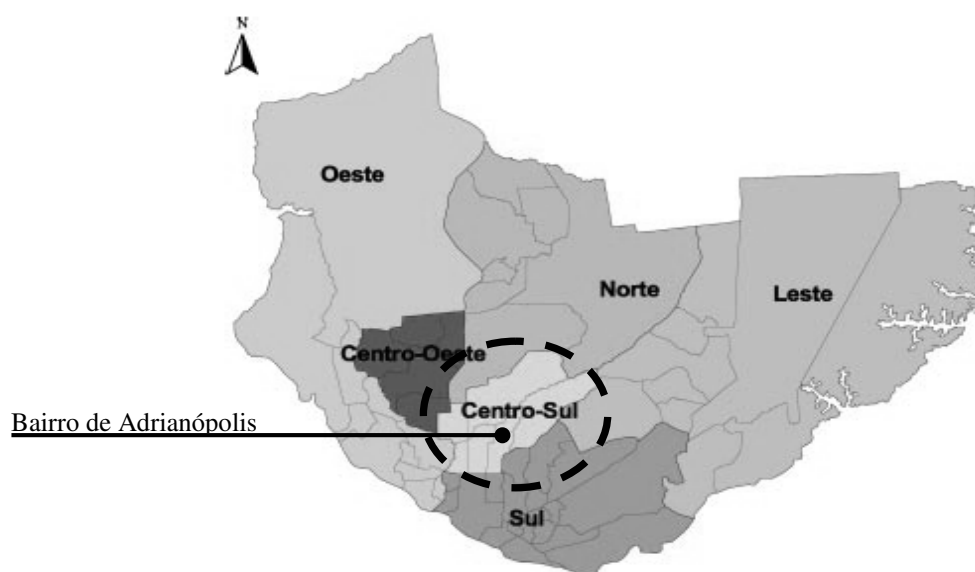


Figura 3 – Ilustração da Divisão administrativa da cidade de Manaus

FONTE: Adaptado de: Plano Diretor da Cidade de Manaus. Prefeitura Municipal de Manaus, 2002.

Com uma população de 123.987 pessoas³, a Zona Centro-Sul concentra apenas 8% da população urbana de Manaus, tendo o bairro de Adrianópolis sido registrado no ano de 2000, com 9.150 moradores⁴.

Segundo publicação⁵ da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁶ na região

³ IBGE, *Senso Demográfico/2000*.

⁴ FONTE: http://www.perspectiva.inf.br/novo/indicadores_populacionais.php#9

⁵ Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan). *Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus*. Vol.1.

⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o estágio de desenvolvimento de um país com base em indicadores, nas dimensões da educação, longevidade e renda. O IDH varia entre 0 e 1, com a seguinte classificação: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,49); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,79) e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma adaptação do IDH para o nível municipal, seguindo os mesmos princípios e formulações.

do bairro de Adrianópolis era de 0.943, valor equiparado com o índice da Noruega, país com mais Alto IDH, segundo Relatório da ONU.

A região também apresentou como uma das maiores rendas per capita do município, com valor igual a R\$ 1.356,87, 16 vezes maior que a renda per capita identificada na região do bairro Jorge Teixeira.

A Zona Centro-Sul caracteriza-se como a área de melhor infra-estrutura e com mais equipamentos urbanos. Sua posição geográfica estratégica e de fácil acessibilidade facilita a convergência de atividades para os bairros que a integram.

Os bairros localizados nesta zona são predominantemente residenciais, como mostra a Figura 4. Porém, o corredor viário que separa a Zona Centro-Sul da Zona Centro-oeste, formado pela avenida Djalma Batista, está se transformando em um eixo de atividades de comércio e serviços, com a implantação de shoppings centers e grandes empreendimentos imobiliários.

Zonas	Unidades Cadastradas								
	Totais Parciais	Ocupadas	Sem Uso	Unidades Ocupadas Segundo Uso					
				Residencial	Com./Serv	Industrial	Lazer	Saúde	Outros
Zona Sul	62.806	62.332	474	52171	8.347	449	51	19	1.228
Zona Centro Sul	32.348	31.510	838	27.796	3.166	99	25	7	352
Zona Centro Oeste	21.700	20.985	715	18.198	2.501	24	18	13	187
Zona Oeste	54.924	54.223	701	50.357	2.965	65	77	19	668
Zona Leste	171.778	169.050	2.728	148.522	4.295	637	171	58	618
Zona Norte	23.648	23.390	258	21.951	1.192	20	13	8	170
	367.240	361.490	5.714	318.995	22.466	1.294	355	124	3.223

Figura 4 – Ocupação das unidades nas regiões administrativas da cidade de Manaus, classificada segundo o uso.
FONTE: Secretaria Municipal de Economia e Finanças – SEMEF. Cadastro Imobiliário, 2001. Elaboração: IBAM/DUMA.

3.1 Topografia

O bairro de Adrianópolis está localizado em cotas de até 75m (no chamado Alto Adrianópolis), com um desnível de aproximadamente 25m, evidenciado pela Ladeira da rua Paraíba, onde alcança a cota de 50m e segue com cotas menores até aproximadamente ao conjunto Vila Municipal, onde alcança novamente a cota de 50m. A carta topográfica da região (Figura 5) mostra a variação do relevo na paisagem de Adrianópolis.

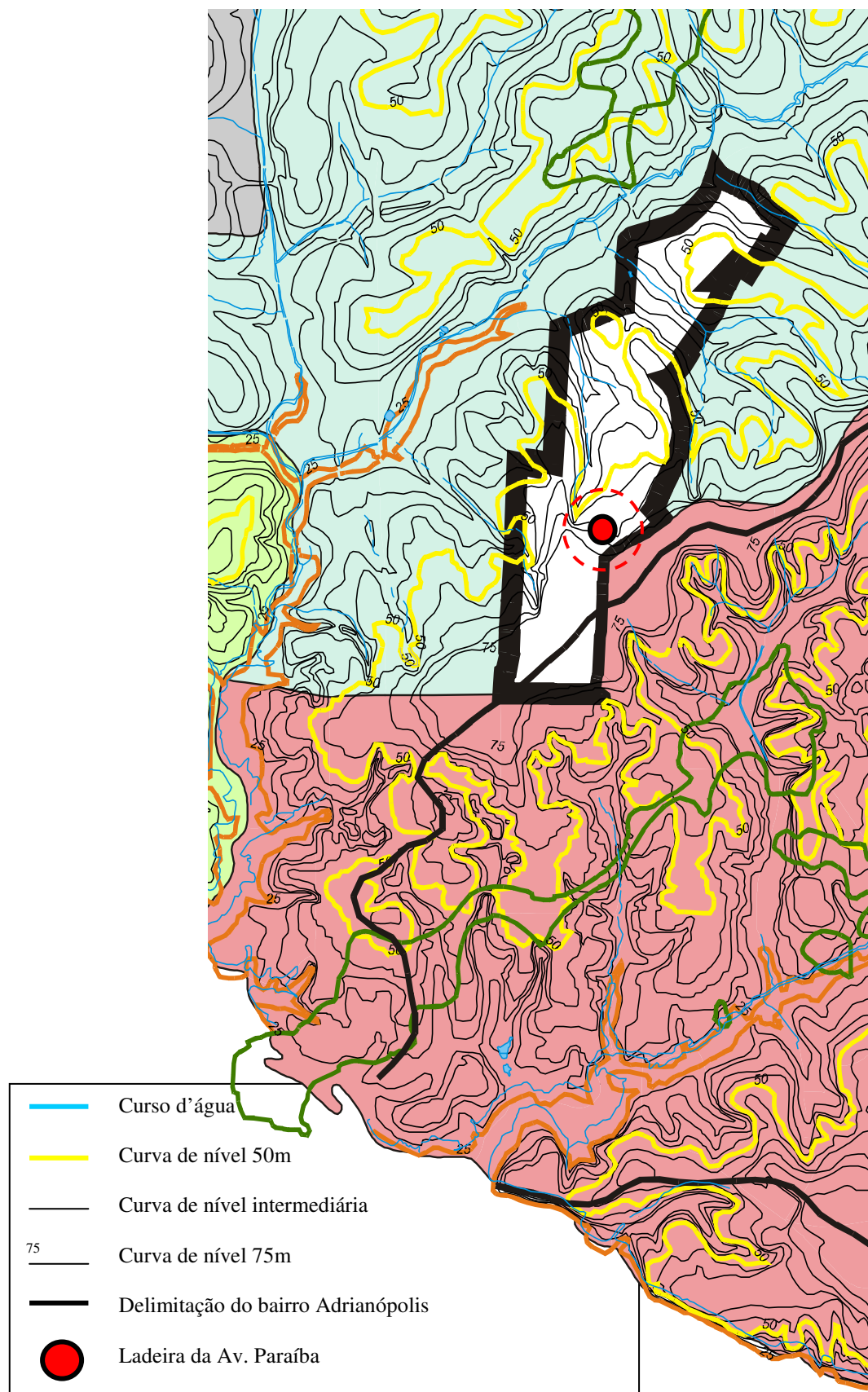


Figura 5 – Topografia do bairro de Adrianópolis.

FONTE: Adaptado de: *Carta Topográfica e das Bacias Hidrográficas*. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, 2002.

3.2 Da “Vila Municipal Operária” ao Adrianópolis: as transformações contextualizadas no desenvolvimento urbano da cidade de Manaus

Até o final dos anos 1880, não se podia falar em evolução urbana em Manaus, mesmo se considerando que a cidade já contava com uma população de 38.720 habitantes⁷. Nessa época, a configuração urbana era caracterizada pela simplicidade das casas, pela improvisação do arruamento e pela dispersão espacial da população.

A evolução da atividade extrativa da borracha marca um momento ímpar para a modernização do espaço urbano em Manaus. Foi nesse período que a pequena sociedade manauara viveu “a Belle Époque”. Grandes reformas urbanas vão transformar a pequena “aldeia” em uma cidade moderna. Grandes avenidas, chamadas boulevards, redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e um sistema de telégrafo subfluvial vão surgir para garantir a comunicação da cidade com os principais centros mundiais de negociação da borracha e contribuir para a formação de uma sociedade local. Destaque-se, porém, que todas essas reformas beneficiaram, quase que exclusivamente, a elite mercantil da época.

A alta sociedade reivindicava a construção de espaços destinados à manutenção de uma vida social. Assim, seriam construídas obras portentosas, que retratam a riqueza daquele momento: Teatro Amazonas, Alfândega, Palácio da Justiça, Mercado Municipal, Biblioteca Pública e o Porto Flutuante.

Uma evolução impressionista de progresso, aos olhos dos viajantes europeus, tomava conta da cidade de Manaus na época.

Já na década de 50, a área urbana de Manaus começava a se interiorizar, espalhando-se em várias direções. No final década de 60, o advento da Zona Franca de Manaus marcou a

⁷ IBGE, *Anuário estatístico do Brasil 1963*. Rio de Janeiro: v.24, 1963.

transição da sociedade mercantilista manauara para uma sociedade industrial decorrente da instalação de inúmeras indústrias na cidade.

O novo modelo de desenvolvimento da cidade fomentou a imigração de pessoas de outros estados e o êxodo rural, causando um crescimento populacional descontrolado (Figura 6), que refletiu de maneira negativa no espaço urbano de Manaus.

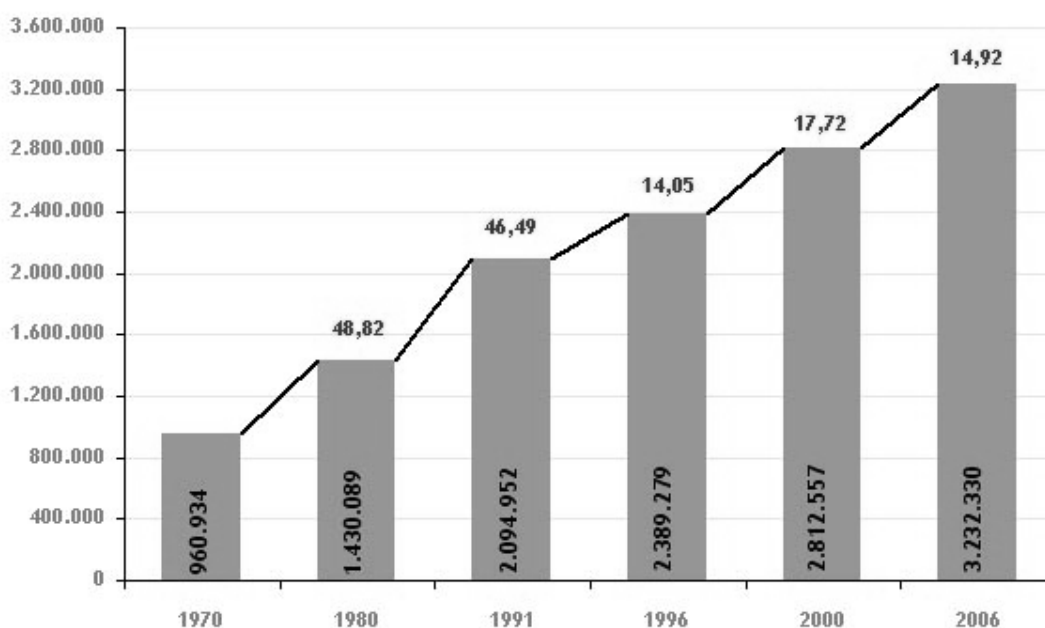


Figura 6 – Crescimento populacional na cidade de Manaus do ano de 1970 a 2006.

FONTE: http://www.perspectiva.inf.br/novo/indicadores_populacionais.php#9. Acesso em: janeiro/2007.

A grande massa de imigrantes, advindos dos diferentes estados do país, foi se alojando como pôde pelos bairros. A abertura de loteamentos populares, em áreas distantes do centro antigo, e as invasões, realizadas tanto em lotes urbanos não ocupados quanto em terrenos conquistados pela derrubada de áreas florestadas e localizadas quase sempre na periferia, tornaram-se uma situação constante na cidade.

Estas formas de ocupação foram responsáveis por uma significativa expansão das fronteiras da área urbana ocupada, gerando inúmeras situações de conflito e de desequilíbrio no contexto urbano e ambiental.

A abertura de loteamentos, a construção de condomínios horizontais e conjuntos habitacionais destinados à classe média configuraram novos espaços articulados aos interesses dos promotores imobiliários que abriram novas frentes para seus empreendimentos.

Em 1995, a Lei Municipal n.º 283 redimensionou as Regiões Administrativas da cidade e a Lei Municipal n.º 287 redelimitou os bairros de Manaus, instituindo-se, assim, a atual configuração geográfico-administrativa da cidade.

O texto a seguir registra a paisagem da então Vila Municipal em meados de 1900:

Em meados de 1900, a então Vila Municipal era o ponto final da cidade ao norte e o fim da linha dos bondes, os quais iniciavam a rota no bairro da Cachoeirinha e chegavam somente até o reservatório do Mocó (localizado atrás do cemitério São João Batista).

Para se chegar à Vila Municipal, o percurso tinha que ser feito em charretes ou a pé, onde pouquíssimas residências pareciam bonitos sítios ou chácaras. Era um verdadeiro quadro verde, na opinião dos moradores mais antigos. (Jornal Diário do Amazonas, 23 de março de 1987)

Ao se percorrer a história oficial do bairro de Adrianópolis, identificam-se três fases de profundas transformações na paisagem desse espaço. São elas:

FASE 1 - (1892 – 1960): Nos arrebaldes da cidade: as chácaras da Vila Municipal

Monteiro (2006), em sua obra sobre a evolução da arquitetura amazonense, explica que a residência do tipo “vila” foi inserida no contexto amazônico durante o século XIX pelos imigrantes europeus que, escandalizados com a promiscuidade facilitada pelo tipo de habitação dos indígenas (as malocas) que reunia, às vezes, mais de dez indivíduos em cada unidade, trouxeram o estilo de “habitação coletiva”. Conforme a forma arquitetônica e a classe social do morador, poderiam assumir os seguintes nomes: “estâncias” (cortiços), “vilas” (avenida) e “vilas” (mansões).

[...] a residência primitivista do amazoníndio era constituída de apenas uma habitação, fosse cônica ou quadrada. Ali dormiam o chefe, sua(s) esposa(s), lado a lado ou ele em cima, e os filhos distantes. O fornicácio verificava-se noite adentro.

[...] Certamente que aquela referência atrás emitida por nós, no sentido de casas coletivas, tem muito a ver com a depurada ética cristã, mais do que com a negligente administração civil.

[...] Esse tipo de promiscuidade (que não incluía certamente a poligamia autorizada pela norma social indígena) não agradava à Igreja cristã e talvez não agradasse ao poder civil, que passou a exigir mais separação de corpos, a fim de facilitar a identificação dos vizinhos e talvez para evitar conluíus, a “imoralidade” da hipocrisia cristã.

[...] Considero necessário aqui um breve excurso a fim de coonestar a prática da promiscuidade entre civilizados, gerada não por influência indígena, que já era praticada na Ibéria, as chamadas alfamas, que ainda se observam em Lisboa. Iremos mais logo tomar conhecimento, rapidamente, daquilo que o leitor conhece pelos nomes de “estância” (cortiço) e “vila” [...] (MONTEIRO, ob.cit., p. 80-81)

O autor segue esclarecendo as diferenças físicas e sociais dos modelos de habitação coletiva inseridos pelos europeus:

[...] Não confundindo a “estância” com a “vila”, e esta poderá também confundir-se com outro tipo de habitação nobre, a “vila” tratada, *hic et hoc* (sic), representa um grau acima da “estância”, porque suas casas são mais bem-acabadas, constituídas de maiores espaços funcionais e com sanitários individuais, além de que seus moradores são indivíduos geralmente funcionários públicos de categoria, burgueses bem situados com elevado índice de moralidade.

[...] A “estância”, pelo contrário, é ocupada por trabalhadores, militares, de pré-mundanas acoitando a fauna dos indesejáveis, embora admita-se haver gente decente [...] (MONTEIRO, ob.cit., p. 84. Grifo nosso).

Portanto, entende-se que as “vilas” como habitação nobre, ou como mansões, foram projetadas, urbanizadas e construídas para os funcionários do Alto escalão que trabalhavam nas empresas européias instaladas no Amazonas.

Como exemplo dessas “vilas” de casas particulares, projetadas para moradia dos funcionários das empresas estrangeiras, está a “Vila Municipal Operária”, hoje o bairro de Adrianópolis como registra Monteiro (ob.cit.):

Por “vila” é também conhecida em Manaus um grupo de residências particulares e independentes, todas do mesmo estilo, porém de perímetro reduzido: são a “Vila Lisboa” no Plano Inclinado, demolidas as casas para a construção do bloco energético; e a “Vila Municipal Operária” também chamada hoje Adrianópolis [...] (MONTEIRO, ob.cit., p. 90. Grifo nosso)

No final do século XIX, com o plano de expansão e melhoramentos para a cidade elaborado pelo governador Eduardo Ribeiro, a cidade de Manaus se expandiu em direção ao norte e teve sua paisagem profundamente alterada. No ano de 1892, a base cartográfica da cidade, já mostrava a configuração da “Vila Municipal Operária”, como mostra a Figura 7.

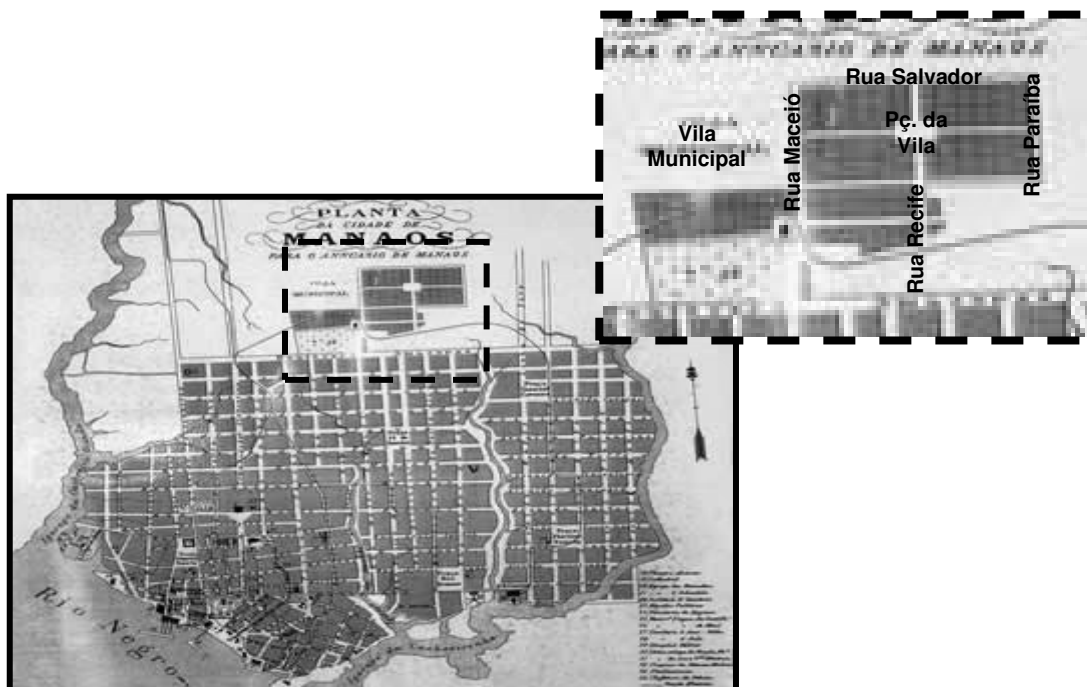


Figura 7 – Base cartográfica de Manaus 1892.

FONTE: Adaptado de: <http://www.bv.am.gov.br>. Acesso em: 29/10/2005.

Segundo Mendonça⁸, a “Vila Municipal Operária” foi instalada em terras do patrimônio municipal, situadas no bairro do Mocó. O terreno de cerca de 431.148 m² havia sido adquirido pelo governo de Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e se destinava à construção de uma Penitenciária, a mesma que resultou edificada na avenida Sete de Setembro.

Em 1901, durante o governo de Silvério Nery, a área foi cedida ao município por meio do Decreto Estadual n.º 520, de 26 de setembro de 1901, com o objetivo de expansão urbana. Acrescentou-se ao terreno de 431.148 m², a área comprada para o engenheiro civil João Miguel Ribas, autor do projeto urbanístico da “Vila Municipal Operária”.

Monteiro (2006, p.262-263) registra que o projeto arquitetônico da “Vila Municipal Operária” foi de autoria do engenheiro e arquiteto francês Victor Amadée Derbes, enquanto que o projeto urbanístico foi assinado pelo engenheiro civil João Miguel Ribas, sendo aprovado pela Lei Municipal n.º 218, de 30 de maio de 1901, ainda pelo prefeito Arthur César Moreira de Araújo, que esteve à frente da prefeitura até o ano de 1902, quando foi sucedido pelo coronel Adolpho de Miranda Lisboa, conforme Mendonça (ob.cit.). A Figura 8 mostra o projeto urbanístico da “Vila Municipal Operária”, hoje bairro de Adrianópolis.

Executados o arruamento e o traçado das ruas pelo engenheiro Lopo Gonçalves Bastos Neto, auxiliado pelo colega Antônio Paiva e Melo, a deliberação da Lei Municipal n.º 243, de 12 de dezembro de 1901 nomeou as ruas homenageando capitais nordestinas (MENDONÇA, ob.cit.).

⁸ MENDONÇA, Roberto. *Centenário da Vila Municipal*. Biblioteca Virtual do Amazonas: www.bv.am.gov.br. Acessado em: 29/10/2005.

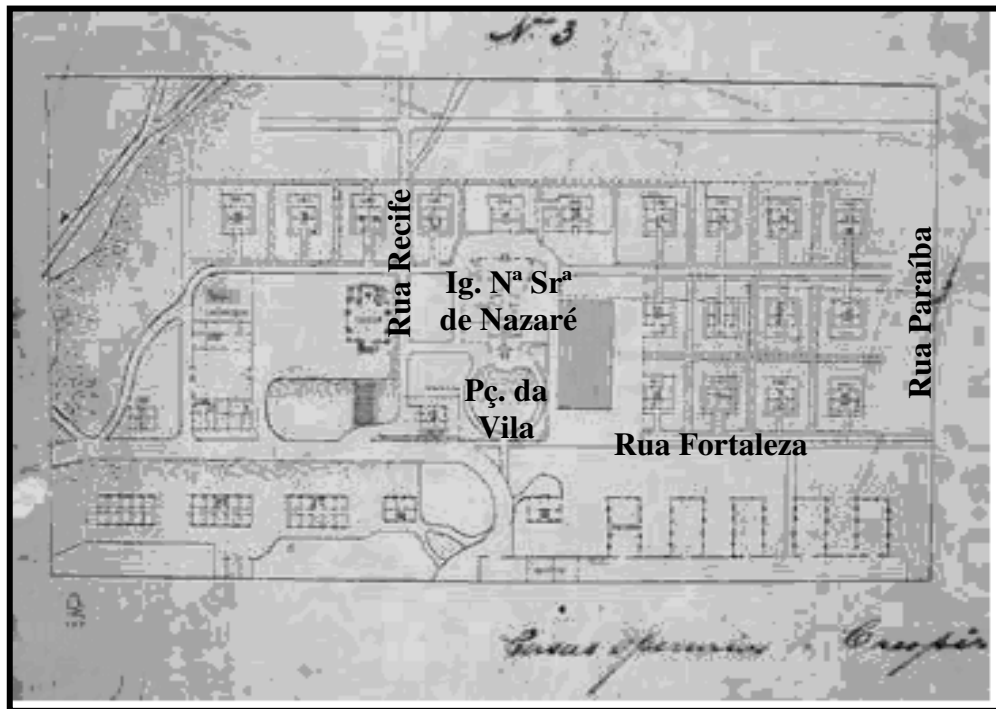


Figura 8 – Projeto urbanístico para a “Vila Municipal Operária” (1901).

Fonte: Adaptado de: www.bv.am.gov.br. Acesso em: 29/10/2005.

Mendonça (ob.cit.) registra que a Lei Municipal n.º 239, de 30 de novembro de 1901, regulou a construção das residências. Porém, com os aforamentos dos terrenos da região, concedidos pela prefeitura à burguesia amazonense interessada em adquirir os terrenos ali localizados, empreenderam-se verdadeiras disputas pelas terras localizadas naquela área, conforme registra Monteiro (2006):

[...] Da segunda só chegaram a construir uma casa, pois o vasto terreno foi logo disputado, apesar de já haverem moradores explorando o gênero chácara, ou as “rocinhas” [...] (MONTEIRO, ob.cit., p. 91).

A única residência, a qual se refere Monteiro (ob.cit.), do projeto original da “Vila Municipal Operária” que chegou efetivamente a ser construída foi a residência do próprio coronel Adolpho Lisboa e que ficou conhecida pelo nome de “Castelinho” (Figura 9).

O “Castelinho” foi construído na rua São Luís, em um terreno de 5.500 m² durante o terceiro mandato de Adolpho Lisboa (1905-1907). Alguns autores como Monteiro (ob.cit.) e

Bittencourt (1973) registram o “Castelinho” como “Vila Zulmira”, uma suposta homenagem à esposa do coronel. Porém, Mendonça (ob.cit.) afirma que o chalé edificado por Lisboa não recebeu o nome da esposa do coronel, que por sinal não se chamava Zulmira, e sim Laura, a denominação correta seria “Vila Alcida” em homenagem à filha do coronel.



Figura 9 – Acima fachada do “Castelinho” no projeto arquitetônico. FONTE: www.bv.am.gov.br. Acesso em: 29 out. 2005.

À direita fotografia da residência.
FONTE: ANDRADE, 1985.



O projeto original da “Vila Municipal Operária” não se concretizou, porém diversos tipos de habitação no estilo “vila” ou ainda as “chácaras” proliferaram naquela região que deixou de ser a “Vila Municipal Operária” passando a ser o bairro da Vila Municipal, que teve sua inauguração oficial em 1912 (MENDONÇA, ob.cit.).

O termo “mansões” associado às “vilas” particulares nem sempre se referia às residências com Alto padrão de luxo. Em muitas das vezes, as habitações que aparecem com a nomenclatura de “vilas” eram na verdade as “rocinhas”, uma evolução do “tapiri” (habitação indígena), como esclarece Monteiro (ob.cit.):

[...] Não raro essas mansões são até vazias de encantos, de uma singeleza rural quase desprezível. [...] naquele tempo, o povo chamava ‘rocinha’ para esses retiros edificadas fora do perímetro urbano[...] (MONTEIRO, ob.cit. p.91).

O tipo de moradia acima descrito tem na “Vila Glicínia” - a chácara de Alberto Rangel, situada próximo à praça Chile, onde Euclides da Cunha morou por três meses - o exemplo registrado por Monteiro (ob.cit.):

Ainda na Vila Municipal Operária quedava a “Vila Glicínia”, cuja casinha de taipa socada coberta de telhas vãs e beiral escorrido ficava dentro de um pomar. Toda encalada, era de azul a pintura viva dos batentes da única porta e das janelas, poucas. Essa “vila”, onde residiram os escritores Euclides da Cunha e Alberto Rangel, sobreviveu até depois da Segunda Guerra Mundial [...] (MONTEIRO, ob.cit. p. 89).

A residência construída de tábuas, em substituição ao “tapiri” de palha, também era encontrada em meio às habitações da Vila Municipal. Essa “evolução” na forma construtiva do tapiri é descrita abaixo por Monteiro (ob.cit.):

O tapiri é o protótipo nacional da arquitetura popular amazonense, sendo inventado pelo índio e mestiçado pelo caboclo. Universalizou-se, projetando-se horizontalmente na cultura não pela sua simples pobreza, porém pelo seu estilo, pela sua função econômica, pela sua presença irreversível em qualquer concentração ativa, pela graça de sua estrutura, semelhante a casa de boneca [...]

O tapiri é na ordem hierárquica da habitação familiar mas não comunal, um grau mais elevado que se dissocia para o modelo de madeira dotado de portas e janelas [...] (MONTEIRO, ob.cit., p. 124)

Ainda hoje, encontram-se exemplos do tipo de habitação referida por Monteiro (ob.cit.) no bairro de Adrianópolis, como mostra a Figura 10.



Figura 10 – Residência construída em 1901. Propriedade da família Monassa, localizada à rua Fortaleza.
FONTE: Foto da autora em janeiro/2007.

Não obstante o projeto original não ter ido adiante, os avanços na infra-estrutura da Vila Municipal continuaram e os recursos da modernidade chegavam com antecipação em relação ao restante da cidade.

Em 1911, sob a administração do prefeito Jorge de Moraes, a Vila Municipal recebe a instalação de luz elétrica e, no mesmo ano, a empresa Manóas Tramways & Light Co Limited inaugura a linha de bondes Vila Municipal.

O custeio dos melhoramentos urbanos era garantido pela farta arrecadação de recursos, derivada dos Altos tributos impostos às atividades econômicas. A euforia econômica do início do século XX, fomentada pelo enriquecimento rápido de alguns comerciantes, repercutiu na orientação do assentamento residencial.

Em 1913, Washington Saturnino da Cruz, funcionário da Alfândega, comprou um terreno (todo o quarteirão entre as ruas Natal e Fortaleza) com aproximadamente 1.000 m², com frente para a rua Paraíba, a chácara “São Saturnino” (em homenagem ao santo padroeiro

da Alemanha, seu país de origem), construindo ali a primeira capela da Vila Municipal, que também se chamava São Saturnino.

O frei José de Leonissa, então vigário da Igreja de São Sebastião, foi o primeiro padre a celebrar uma missa na capela de São Saturnino e no ano seguinte, tendo recebido como doação um terreno localizado próximo à praça Nossa Senhora de Nazaré, resolveu transferir a pequena capela de São Saturnino para o local. Inicialmente, a igreja foi erguida em madeira e foi inaugurada em 1942.

Os padres do Pontifício Instituto Missioni Ester (PIME) de Milão encomendam do engenheiro civil Enrique José Moers o projeto da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Figura 11), implantada no mesmo local onde já existia a capela de São Saturnino. Em 1948, o bispo do Amazonas Dom João da Mata Andrade e Amaral deu a benção de inauguração.

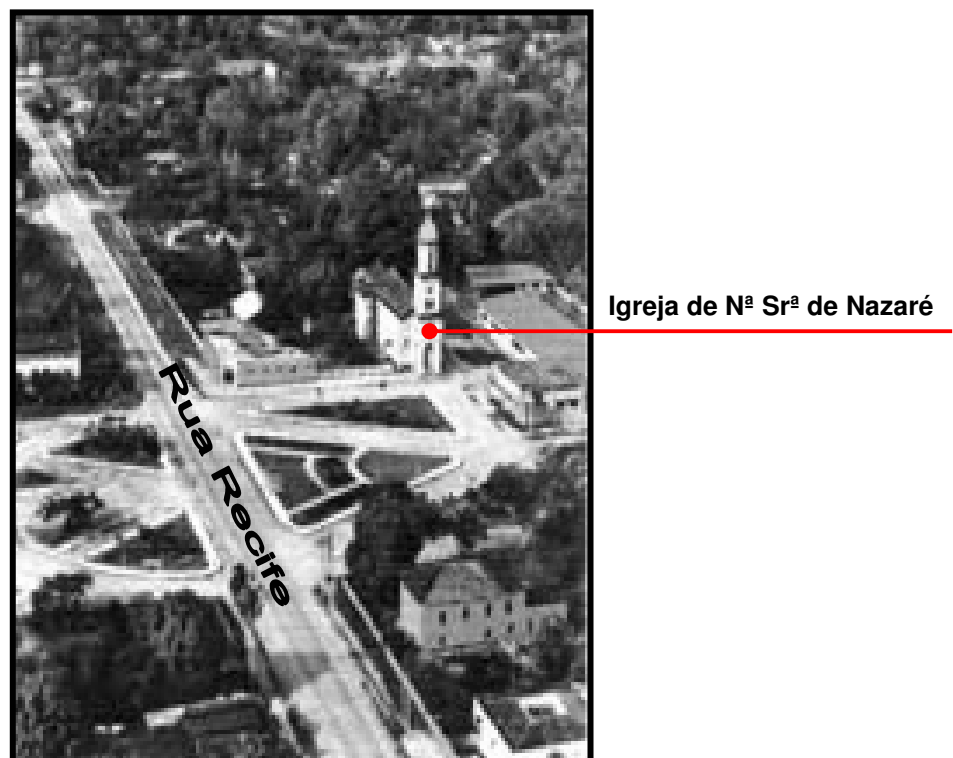


Figura 11 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, década de 50.
FONTE: Adaptado de MENDONÇA, ob.cit.

Novos tempos desceram sobre Manaus, a Vila Municipal do alvorecer do século XX havia se expandido, como desejaram seus idealizadores. Mas quando a Vila Municipal é renomeada bairro de Adrianópolis, em homenagem a um ilustríssimo morador, o falecido médico Adriano Augusto de Araújo Jorge, certamente é sinalizada uma outra etapa dessa História.

Na década de 50, a preferência por áreas que apresentavam melhores condições topográficas e contíguas ao centro urbano deixava alguns vazios de difícil urbanização. A Vila Municipal atraía pelo clima ameno proporcionado pela diversidade de árvores que ali existiam. No entanto, o local ainda era visto como distante, inacessível à maior parte da população.



Figura 12 – Rua Paraíba (trecho próximo ao colégio Ida Nelson) no final da década de 50.
FONTE: ANDRADE, 1985.

Assim como o Adrianópolis, os bairros do entorno também começam a ganhar infraestrutura, como mostra a Figura 13.



Figura 13 – Década de 50 - À esquerda: Estrada do Aleixo – Km 4. À direita: rua Álvaro Maia – bairro São Francisco.

FONTE: ANDRADE, 1985.

FASE 2 - (1960 – 1980): A expansão da cidade: Adrianópolis um bairro residencial

No final da década de 60, com a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial, a ocupação do solo se intensificou e a cidade continuou crescendo no sentido norte, onde foram construídos grandes conjuntos habitacionais, de forma a atender à demanda de grande contingente populacional proveniente de todo o país.

Nos anos 70, Manaus expandiu suas fronteiras para muito além dos limites do bairro Adrianópolis (Figura 14).

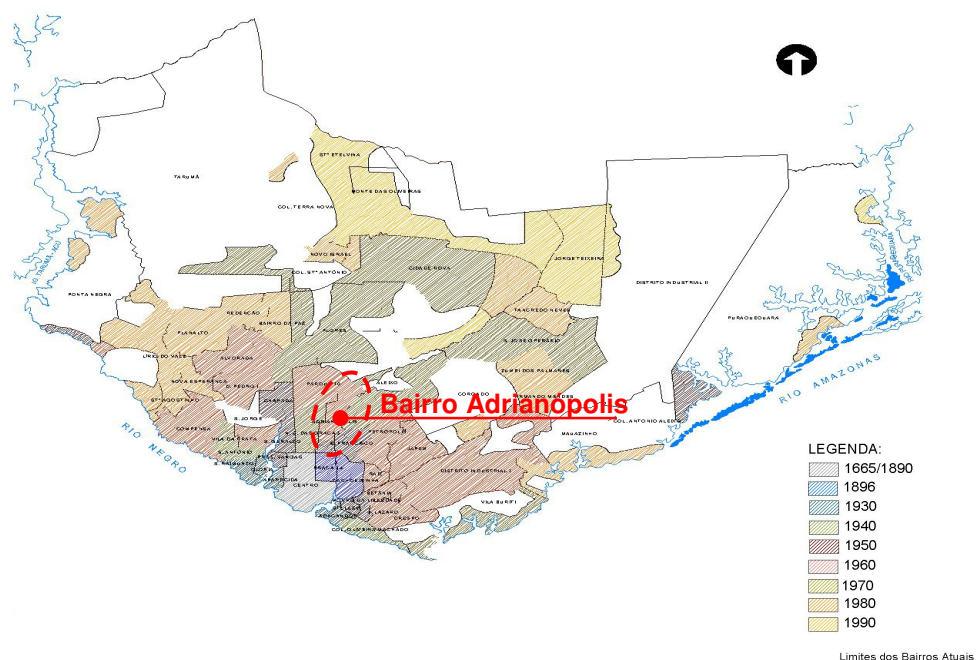


Figura 14 - Evolução da cidade de Manaus (1890 – 1990)

Fonte: Adaptado de: Plano Diretor da Cidade de Manaus. Prefeitura Municipal, 2002.

O bairro de Adrianópolis, que até a década de 50 representava o limite norte da cidade, passa a ter uma localização intermediária entre o centro da cidade e os bairros da classe média alta. Essa nova configuração muda por completo a paisagem desse espaço (Figura 15).



Figura 15 – À esquerda: construção da pavimentação da Ladeira da rua Paraíba; à direita: o Baixo Adrianópolis – final da déc. de 60.

FONTE: Acervo familiar da autora.

FASE 3 - (1980 – 2000): A rede urbana da cidade de Manaus: Adrianópolis o espaço de fluxos

Até meados dos anos 80, Adrianópolis apresentava uma característica estritamente residencial. No início dos anos 90, essa paisagem começa a mudar sensivelmente, quando a rua Paraíba passa a se consolidar como um típico “espaço de fluxos”, permitindo o acesso facilitados não apenas aos bairros mais elitizados e estruturados da cidade, mas também às universidades, prédios de serviços públicos e ao principal shopping center da cidade.

Nas modificações efetuadas no bairro de Adrianópolis, observam-se as seguintes tendências:

- reconfiguração das vias de transporte, permitindo o acesso facilitado aos diversos pontos da cidade;

- aproximação dos outros “espaços de fluxos”, como por exemplo, da Av. Djalma Batista, no bairro Chapada, e da Rua João Valério, no Conjunto Vieirals;
- criação de um território descontínuo, em vista das diferenças nas condições gerais de produção social em todo o bairro;
- verticalização das unidades habitacionais.

A especulação imobiliária estende-se a todo o bairro. Conforme o diretor da Platinum Construções, Ricardo Benzecry⁹, os bairros de Vieirals, Parque 10 e Adrianópolis têm centralizado o maior volume de lançamentos no mercado imobiliário. Nessas regiões, o metro quadrado de terreno pode custar até R\$ 2,2 mil. Até o final de 2007, a referida construtora inaugurará seis novos empreendimentos, entre edifícios habitacionais e comerciais.

Na opinião do gerente de vendas da Nortimóveis Imobiliária, Ailton Cordeiro, as áreas mais valorizadas continuam sendo a Morada do Sol, Adrianópolis, Parque Dez, Vieirals e Ponta Negra. Outra particularidade apontada pelo representante da Nortimóveis é a preferência dos compradores de imóveis pelas construções verticais devido às questões de segurança, conforto e comodidade¹⁰.

Em 2007, o grupo Sonae Sierra começa a construção de um novo shopping que ocupará uma área total de 62 mil m² entre as ruas Recife e Paraíba¹¹.

As transformações físicas do bairro (Figura 16), resultantes da mudança de valores (do valor de uso para o valor de troca), implicaram em mudanças no cotidiano, nas relações, na re-produção do espaço pela sociedade. Nesse processo, a identidade - antes topofílica - foi-se diluindo na efemeridade do tempo, instalando-se as relações instantâneas e distantes do valor de troca e, junto com ele, a homogeneização física e social do bairro.

⁹ FONTE: http://www.rotina.com.br/noticias_interna.asp?pk=57
<http://200.160.121.40:8080/conteudo.do?method=montaPaginaPrincipal&id=1858> . Acesso em: janeiro/2007.

¹⁰ FONTE: <http://www.jcam.com.br/materia.php?idMateria=33865&idCaderno=2>.

¹¹ FONTE: Jornal do Commercio,
<http://200.160.121.40:8080/conteudo.do?method=montaPaginaPrincipal&id=3759>



Figura 16 – À esquerda: Ladeira da rua Paraíba; à direita: rua Paraíba no trecho Baixo Adrianópolis.
FONTE: fotos da autora em 2005.

A paisagem que se vê na rua Paraíba não é mais a mesma do início da década de 80. O chapéu de palha, construído pelo arquiteto Severiano Mário Porto (premiado nacionalmente pela arquitetura regionalizada e dotada de identidade com a região), transformou-se em um posto de gasolina e um centro comercial (Figura 17); a chácara São Saturnino, onde em 1913 foi construída a primeira capela da Vila Municipal, em homenagem a São Saturnino, hoje é um depósito de carcaças de automóveis (Figura 18); antigas casas foram demolidas para abrigar prédios luxuosos de vários andares (Figura 19): esses são apenas alguns exemplos das transformações.



Figura 17 – Antigo restaurante “Chapéu de Palha”



Figura 18 – Antiga “Chácara São Saturnino”.



Figura 19 – Antiga “Vila Tocaia”
FONTE: Fotos da autora em 14/05/2005

Mas apesar disso, e também por isso, o processo de modernização segue seu curso e a espacialidade vai se concretizando. No entanto, ela possibilita a existência de espaços com características tradicionais. A própria paisagem do espaço urbano revela traços e elementos culturais que têm resistido à inevitável passagem do tempo, continuando vivos não apenas nas atividades de trabalho, de lazer, mas sobretudo no imaginário dos seus moradores. Constituem-se em verdadeiras ilhas de resistência e teimam em se manter inalteradas, como se fossem imunes ao intenso processo de transformação e de valorização do capital. Cabe, então, perguntar até quando tal resistência será possível.

A Ladeira da rua Paraíba, talvez pela topografia que inviabiliza a construção ou por algum interesse da sociedade hegemônica do bairro, ainda abriga remanescentes dos operários da borracha. Diante dessas transformações, esses moradores não mais reconhecem seu espaço, sentem-se alienados dessa produção na medida em que o mesmo não foi produzido por eles e nem para eles. Estão presos à representação do espaço da antiga Vila Municipal de clima ameno que atraía os ingleses; dos grandes terrenos, “como se fossem sítios”. A seguir, as Figuras 20 a 23 sintetizam a situação atual da paisagem do bairro de Adrianópolis.

BAIRROS
“ELITIZADOS”

SHOPPING
CENTER



Ocupação resultante do processo de expansão urbana no período da Zona Franca de Manaus, a partir de 1967 e do processo de verticalização do bairro.

BAIXO ADRIANÓPOLIS



Moradores remanescentes da classe operária da borracha.

LADEIRA



HOSPITAIS

PÓLO
INDUSTRIAL
DE MANAUS



CRUZAMENTO
RUA
PARAÍBA/AV.
ANDRÉ
ARAÚJO



COMÉRCIOS

CENTRO DA
CIDADE

BAIRROS
“ELITIZADOS”



ESCOLAS

ALTO ADRIANÓPOLIS

Figura 20 – Esquema da rede urbana da rua Paraíba
Fotos da autora em: 14 dez. 2005.

ALTO ADRIANÓPOLIS



Figura 21 – Cruzamento da rua Paraíba com Av. André Araújo
Fotos da autora em: 14 dez. 2005.

LADEIRA DA RUA PARAÍBA



Figura 22 - Moradores remanescentes da classe operária da borracha.
Fotos da autora em: 14 dez. 2005.

BAIXO ADRIANÓPOLIS



Figura 23 - Ocupação resultante do processo de expansão urbana no período da Zona Franca de Manaus a partir de 1967 e do processo de verticalização do bairro. Fotos da autora em 14/12/2005.

3.3 Delimitação da área de estudo

Considerando que este trabalho foi desenvolvido sob a metodologia do estudo de caso, para a qual a generalização dos resultados obtidos é analítica (da teoria a qual a hipótese da pesquisa está embasada) e não estatística da amostra (Yin, 2001, p.54), delimitou-se a área de estudo de forma a desenvolver um maior envolvimento com os sujeitos entrevistados a partir de uma unidade de análise menor, (Figuras 24).

Nossa construção teórica de contextualização começou na seleção dos participantes da pesquisa. Os participantes foram indicados pelos próprios moradores, durante o procedimento de pré-teste dos instrumentos de pesquisa, como sendo os “capacitados” a falar sobre o bairro e sobre a experiência do “viver no bairro”. Considerou-se esse “recorte” social realizado pelos moradores de fundamental importância e ponto de partida para a análise da fundamentação teórica desenvolvida no decorrer da pesquisa.

A fim de garantir a experiência do “lugar” entre os participantes da pesquisas, selecionou-se entre os indicados os moradores que tinham no mínimo 10 anos de residência no bairro.

Assim, obteve-se 16 participantes divididos em 3 grupos segundo a região de moradia: Alto Adrianópolis, Ladeira da rua Paraíba e Baixo Adrianópolis, distribuídos conforme mostra a Figura 25.



Figura 24 – Delimitação da área de estudo

FONTE: Adaptado de: Base Cartográfica da cidade de Manaus. Prefeitura Municipal de Manaus, 2000.

Fotos da autora em 14/12/2005.

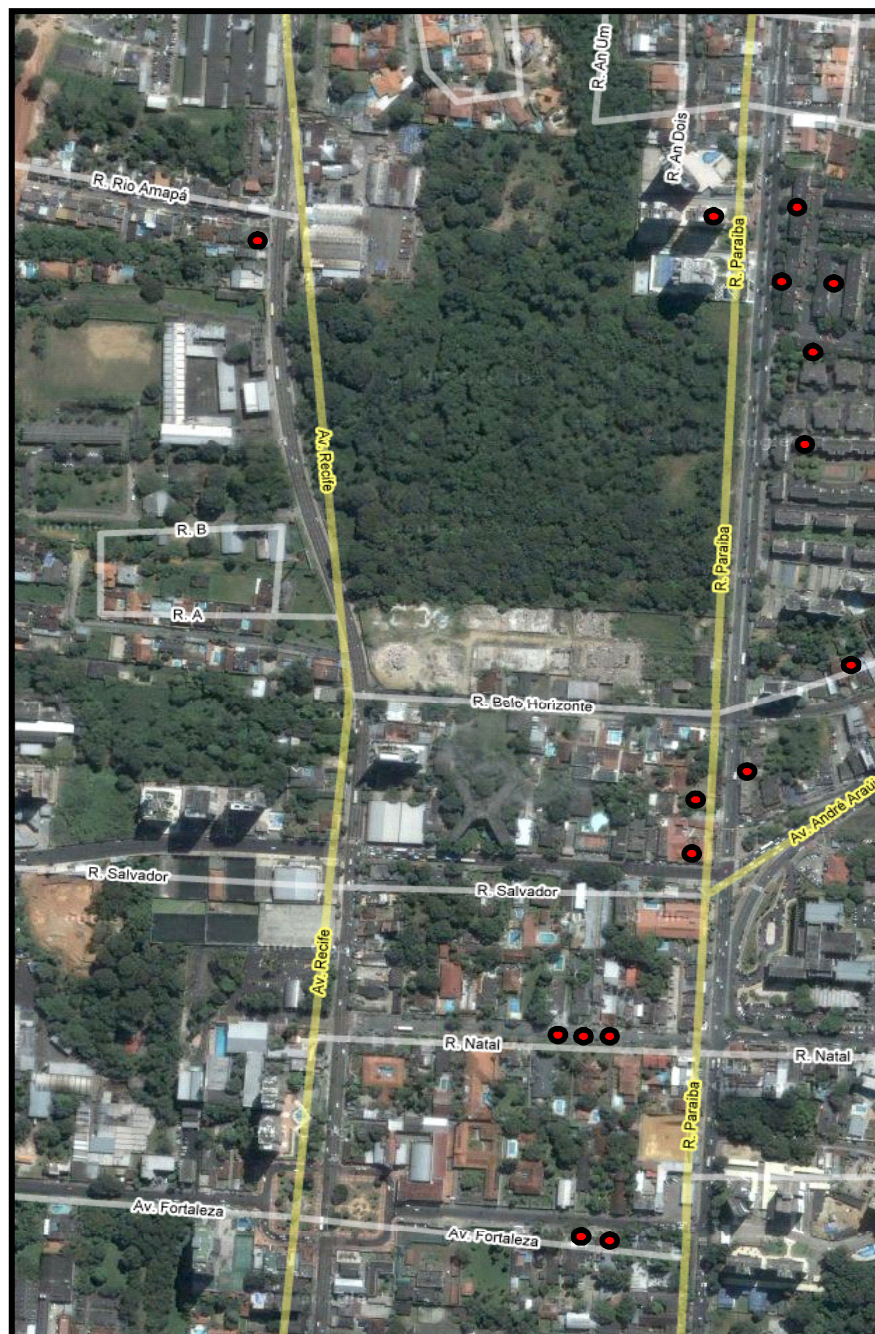


Figura 25 – Localização aproximada da residência dos participantes da pesquisa.

FONTE: Adaptado da foto de satélite gerada em janeiro/2007 em www.googleearth.com.br

4. Estratégia metodológica

A estratégia metodológica foi sistematizada da seguinte maneira:

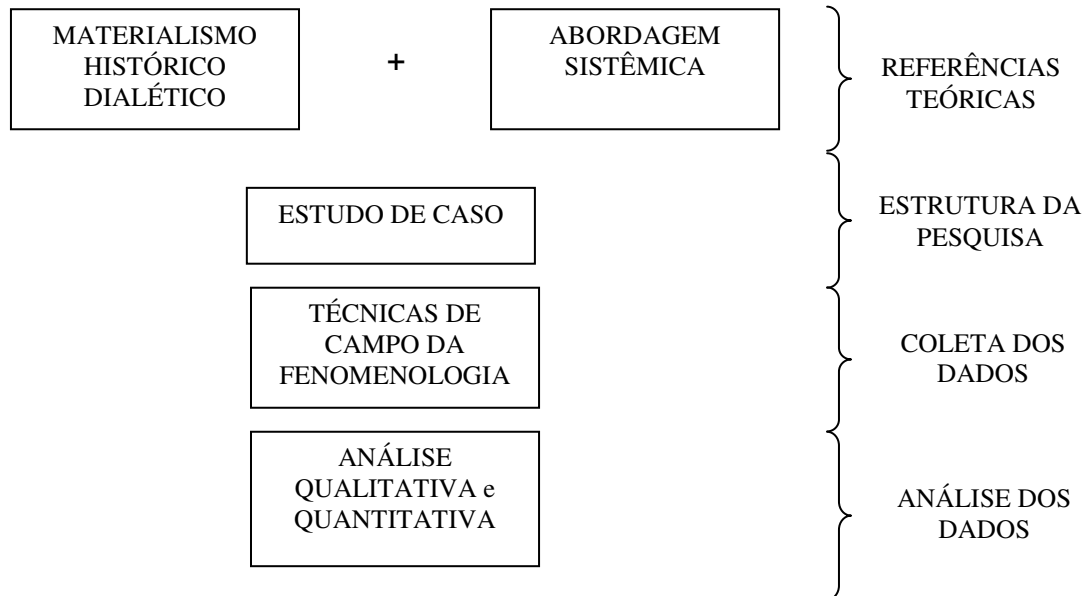


Figura 26 – Esquema da estratégia metodológica adotada na pesquisa.

4.1 As referências teóricas: o materialismo histórico-dialético e a abordagem sistêmica

O estudo em questão foi baseado nos preceitos do materialismo histórico, o que significa dizer que segue o método histórico-dialético.

Quando se analisa o objeto por esse método, parte-se do que é mais abstrato, ou mais simples, ou mais imediato, daquilo que se oferece à observação (a tese) para então se percorrer o processo contraditório da sua constituição real (a antítese), até que finalmente se atinge o concreto, aquilo que é o mais próximo do real (a síntese) e faz-se isso por meio da dialética, ou seja, mediações entre as contradições.

Este estudo seguiu o mesmo caminho: partiu do que é observável no espaço, ou seja, as formas e as funções e percorreu a história¹¹, buscando a origem das contradições observadas no presente e assim construindo a estrutura social do fenômeno, ou melhor, identificando a organização social, as relações sociais (entendidas aqui como relações de produção) que deram origem às contradições observadas no presente.

Considerando que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e ecológicas, durante toda a pesquisa foi adotada a abordagem sistêmica.

No conceito de sistema, como compreendido por Morin (2002), está presente a idéia de rede relacional: com suas partes isoladas o objeto transforma-se em sistema onde todas as partes inter-relacionam-se ao mesmo tempo em que se relacionam com o exterior.

A pesquisa em questão encontra a base indispensável para entender a idéia de produção e reprodução social do espaço no paradigma sistêmico de Morin (2002), ou seja, nos conceitos de: sistema (exprime a unidade complexa do todo e sua relação com as partes), interação (exprime o conjunto das relações que se efetuam dentro do sistema) e organização (regula e mantém as interações), além do conceito de organização recursiva, cujos efeitos e produtos são necessários a sua própria produção.

Ao utilizar o método da abstração, próprio da abordagem dialética, esse estudo ao mesmo tempo em que num primeiro momento separou as partes do todo para melhor compreender o fenômeno, procurou abordar todos os fatores externos ao fenômeno. Dessa forma, o paradigma sistêmico em conjunto com o materialismo histórico dialético possibilitou uma maior aproximação do real no estudo de caso em questão.

¹¹ A história a qual se refere, trata-se dos dois sentidos da palavra história, ou seja, a história falada, aquela que colhemos com os sujeitos da pesquisa, bem como, a história oficial, aquela encontrada nas fontes documentais.

4.2 A estrutura da pesquisa: o estudo de caso

Segundo Yin (2001), a estratégia de estudo de caso é escolhida quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes e essencialmente quando se pretende preservar as individualidades existentes no fenômeno. O objetivo primordial do estudo de caso é esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões.

O fenômeno aqui estudado, qual seja, a maneira como as relações sociais dão forma ao espaço, é multideterminado e interessou conhecer de modo profundo e abrangente a singularidade de cada um dos 16 moradores do bairro de Adrianópolis.

O produto da análise foi uma generalização analítica da teoria sobre produção e reprodução do espaço, o que significa dizer que, a partir da análise dos casos (os 16 moradores), obteve-se uma aproximação daquela realidade específica e então se generalizou a teoria para aquele universo estudado, o que é bem diferente da generalização estatística, onde “os casos” tornam-se amostras, as quais, quando quantificadas, darão validade à hipótese formulada para um universo maior representado pelos “casos”.

Por trabalhar com “casos” e não amostras representativas, o estudo de caso facilitou o entrosamento entre observador e observado e possibilitou o vislumbre da experiência sentida pelo sujeito exposto ao fenômeno, permitindo uma maior profundidade na análise de cada caso.

Buscou-se confrontar a situação no campo com a teoria sobre produção e reprodução do espaço. A cada caso, a teoria era evocada para estruturar e organizar os novos achados.

4.3 A coleta de dados: o trabalho de campo

Considerando que é no cotidiano das relações sociais que o espaço toma forma e adquire funções, como revelar o que há por de trás dessas formas e funções? O que há além do que se vê no espaço físico e social do Adrianópolis?

Em busca de respostas para o enigma acima descrito, buscou-se na fenomenologia técnicas para coleta de dados que permitissem, quando na análise, sopesar¹² as representações dos sujeitos envolvidos, a fim de se aproximar da essência do fenômeno.

A importância conferida à experiência subjetiva, analisando como as pessoas experimentam o mundo que compartilham e constroem em interação, foi singular na escolha pela perspectiva fenomenológica para a coleta dos dados em campo.

Foram entrevistados 16 moradores do bairro de Adrianópolis, distribuídos entre a parte alta e baixa (ver perfil topográfico) do bairro. Por entender-se que a percepção e conseqüente representação à respeito do lugar tem como variável fundamental a experiência, optou-se por entrevistar moradores com 10 anos ou mais de residência no bairro. A idade dos participantes variou entre 48 e 88 anos.

A coleta de dados ocorreu mediante a combinação de quatro técnicas:

- história de vida: os participantes relataram, de forma resumida, os fatos relevantes de sua vida, com ênfase aos acontecidos no bairro;
- entrevista semi-estruturada com cinco temas, quais sejam:

Tema 1 - Gostaria que o sr.(a) falasse sobre o lugar onde mora. O que lhe primeiro vem à mente quando pensa no bairro de Adrianópolis?

Tema 2 – Comente sobre o que o bairro tem de melhor.

¹² O processo de sopesar equivale, aqui, a uma redução fenomenológica.

Tema 3 - Comente sobre o que o bairro tem de pior.

Tema 4 – Comente sobre como era o bairro quando o sr.(a) veio morar aqui.

Tema 5 - No bairro há construções com diferentes formas (arquitetura das casas e dos prédios) e funções (residenciais e comerciais). Gostaria que o sr.(a) comentasse sobre essas diferenças.

- exposição de fotografias: os participantes foram expostos a fotografias de diversos locais do bairro e emitiram suas impressões a respeito dos mesmas;
- desenho temático: foi solicitado aos participantes que desenhasse algo que melhor representasse o local de sua moradia.

Todos os discursos foram devidamente registrados em gravador e posteriormente transcritos na íntegra. A transcrição e a organização dos dados coletados foram feitas na mesma ordem em que as técnicas foram aplicadas. O esquema a seguir demonstra o procedimento adotado em campo:



Figura 27 – Procedimento de aplicação dos instrumentos de pesquisa de campo.

4.4 Procedimentos para análise dos dados: a análise quali-quantitativa

Os dados coletados para análise constavam de opiniões, crenças, informações, imagens, percepções e atitudes ora explícitas, ora implícitas, contidas nos discursos de cada participante. Como decodificar tais discursos? Como sopesá-los e deles extrair a essência do fenômeno, da re-produção social do espaço, no caso, o espaço físico e social do bairro de Adrianópolis? Para tanto, foi necessária uma análise que permitisse “ver nas entrelinhas”, ir ao fundo daqueles discursos e “descobrir” o que os sujeitos queriam dizer, o que estava por de trás de suas falas.

Mais do que quantificar as respostas, precisava-se compreendê-las à luz da abordagem teórica escolhida. Tal feito só foi possível por meio do tratamento qualitativo dos dados coletados, sem desprezar, contudo, a objetividade dos resultados obtidos com a análise quantitativa.

Muitas são as resistências apresentadas no âmbito acadêmico a pesquisas que envolvam metodologia qualitativa. A propósito dessas objeções, é lícito esclarecer que cresceram de forma expressiva os estudos voltados para a construção de métodos que norteiem essa ferramenta.

A técnica qualitativa de análise temática do discurso é descrita por Lefèvre (2005) como a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), a qual se caracteriza pela reconstrução a partir das respostas individuais de um discurso-síntese que expresse uma representação social, ou seja, um discurso coletivo.

A confecção do discurso do sujeito coletivo se dá pela junção de fragmentos das respostas dos entrevistados. Esses fragmentos são as expressões-chave e se constituem do que é essencial dentro de um tema central (representado por cada questão da entrevista). Articulando-se os diferentes conjuntos de expressões-chave relativos a um tema chega-se à

diferentes discursos-síntese. O conjunto desses discursos seria a revelação da base coletiva da fala de cada um dos sujeitos da pesquisa, isto é, o discurso do sujeito coletivo (DSC). Em síntese, para Lefèvre (2005), o DSC é como se o discurso de todos fosse o discurso de um.

As questões levantadas na técnica da entrevista semi-estruturada serviram como tema central, ao redor do qual, os discursos se desenvolveram nas demais técnicas aplicadas. Assim, as respostas obtidas com as técnicas de história de vida, entrevista semi-estruturada e exposição à fotografia foram reunidas com o objetivo de se complementarem. As respostas foram organizadas, conforme o tema, em quadros esquemáticos, destacando-se as expressões-chave, bem como a idéia central do discurso de cada participante.

Para cada tema (questões da entrevista semi-estruturada), encontrou-se um conjunto de idéias centrais nos discursos, as quais foram organizadas em categorias, conforme a semelhança das expressões utilizadas. Dessa forma, tornou-se possível não somente a quantificação dos dados, mas sobretudo a estruturação de um texto que reúne todos os discursos representantes de cada categoria.

Além dessas considerações, buscou-se agregar a interpretação dos desenhos à análise, com os participantes expressando livremente o significado do lugar onde moram.

O valor narrativo do desenho tem, sobretudo, um significado simbólico, já que o desenho é o reflexo de um mundo imaginário que não se pode dizer com palavras, mas muitas vezes, podem se expressar nas cores e nas formas dos objetos nele representados. Portanto, as análises e interpretações são melhores quando não se contentam em estudar um desenho isolado, mas quando se procede uma análise comparativa e contextual, procurando-se os temas comuns. Assim, o resultado obtido com a análise do material coletado por meio da técnica do mapa mental foi utilizado como complemento à análise dos DSC.

5. Análise dos resultados

A coleta dos dados para essa pesquisa teve como objetivo captar os três momentos da representação, quais sejam: a percepção da realidade, a ação sobre a realidade e a socialização da realidade percebida. Os resultados passíveis de análise neste capítulo foram provenientes das seguintes técnicas escolhidas para aplicação em campo: a entrevista semi-estruturada, a história de vida, a técnica fotográfica e o desenho com tema definido.

Os resultados obtidos com a entrevista semi-estruturada, com a história de vida e com a técnica fotográfica foram reunidos em um só bloco de discurso para cada participante. A análise dos desenhos complementou a primeira análise, afirmando-a ou contestando-a, porém sempre atuando como complementação da reflexão sobre os resultados das técnicas anteriores.

No capítulo 4 foi apresentada a diferenciação, não apenas na localização e na topografia, mas sobretudo a diferenciação claramente estabelecida pelas relações sociais no Alto e no Baixo Adrianópolis, bem como na Ladeira da rua Paraíba. Em vista disso, fez-se necessário o enquadramento dos participantes em grupos, classificados segundo a região de moradia (Alto Adrianópolis, Baixo Adrianópolis e Ladeira da rua Paraíba). Inicialmente, a exposição dos resultados expõe o perfil dos sujeitos que participaram da entrevista. A figura 28 apresenta um quadro-síntese da configuração dos grupos estudados.

Os participantes da pesquisa foram criteriosamente escolhidos e indicados pelos próprios moradores. A trajetória em busca dos informantes foi uma fase crucial da pesquisa, considerando que as representações, como ensinam Moscovici (1976, 2005) e Jodelet (2001), são constituídas a partir do processo de socialização, pois a procedência da indicação fornece a posição dos informantes na estrutura das relações sociais.

Higuchi et al. (2005) explica que por meio da vivência sensório-motora e das interações sociais, os sujeitos constroem impressões, avaliações e significados sobre a

realidade. Junto com os aspectos físicos do ambiente estão agregados valores, significados e experiências.

A percepção do ambiente pelo sujeito constitui a base da representação social, a qual permite a compreensão do comportamento social. Porém, para que a análise das percepções venha possibilitar esse acesso às práticas sociais, é necessário que o sujeito tenha uma experiência de vivência e interação com o lugar, com o cenário formado e formador dessas práticas.

Buscando a adequação com o que foi acima exposto, procurou-se “validar” a escolha dos sujeitos selecionando-se, entre os moradores apontados como os “historiadores do bairro”, os residentes há dez anos ou mais no bairro.

Grupo/Região	Participante	Sexo	Idade	Tempo de residência no bairro (anos)
Alto Adrianópolis	A.M.P.	F	65	mais de 50
	B.R.S.	F	80	mais de 50
	D.T.B.	F	59	31
	F.L.P.N.	M	81	mais de 50
	M.G.S.M.	F	58	mais de 50
	R.C.R.S.	F	56	mais de 50
Ladeira da rua Paraíba	C.C.C.	F	82	34
	C.S.O.	F	75	mais de 50
Baixo Adrianópolis	A.D.C.	F	48	23
	A.M.F.M.G.	F	66	16
	A.B.F.	M	77	mais de 50
	F.S.B.	F	61	23
	F.E.D.P.B.	F	54	10
	J.L.	M	52	25
	M.N.C.L.	F	79	24
	R.S.B.	M	68	12

Figura 28 – Quadro-síntese da classificação dos participantes segundo a região de moradia.

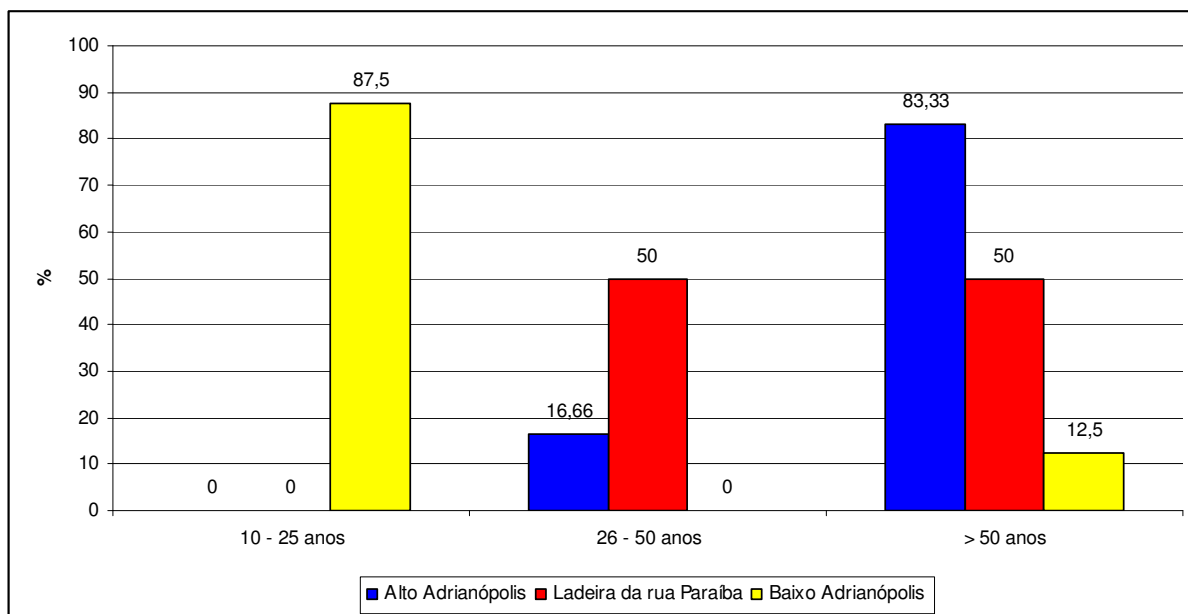


Figura 29 – Gráfico Tempo de residência/grupo.

Assim, os indicados foram reconhecidos como as pessoas “naturalmente legitimadas” para “historiar o bairro” e que somente pela experiência adquirida ao longo dos anos morando no bairro, tiveram suas histórias reconhecidas e legitimadas perante os demais moradores.

A maioria (com exceção de um) dos participantes do Alto Adrianópolis reside no bairro há mais de 50 anos.

Naturalmente, os participantes do Baixo Adrianópolis residem em sua maioria (com exceção de um) de 10 a 25 anos no bairro, pois, como foi exposto no capítulo 3, a região em questão somente passou a ser efetivamente ocupada no final da década de 60, com o advento da Zona Franca de Manaus.

Entre os moradores dos três grupos caracterizados, há participantes com algumas especificidades, que são as exceções citadas entre parênteses:

- apenas um dos participantes do Baixo Adrianópolis reside no bairro há mais de 50 anos. É um representante remanescente dos poucos moradores da classe

operária que habitavam a região topograficamente mais baixa do bairro no início do século XX;

- dos dois participantes moradores da Ladeira da rua Paraíba, um deles reside há 34 anos no topo da Ladeira (próxima à região do Alto Adrianópolis), fato que, como se vê adiante, influenciou de forma marcante suas percepções e conseqüentes representações do local;
- apenas um dos participantes moradores do Alto Adrianópolis reside há menos de 50 anos no bairro. Há 31 anos no local, a moradora veio para o bairro pelos mesmos motivos que atraíram os moradores do Baixo Adrianópolis.

Essas especificidades contribuíram para o resultado geral, bem como para os resultados de seus respectivos grupos. Porém, os dados coletados com esses participantes foram destacados individualmente quando da análise final dos resultados de cada grupo.

A análise dos dados compõe-se dos dísticos resultante da entrevista, dos depoimentos da história de vida, bem como dos comentários acerca das fotografias exibidas durante a aplicação da técnica fotográfica. Esses dados foram analisados e categorizados em conjunto, utilizando-se para tanto, a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo descrita no capítulo 4.

Adicionados à análise dos dados oriundos dos discursos acima mencionados, foi feita a análise dos desenhos solicitados aos participantes, com o tema: “O bairro de Adrianópolis”.

Ao serem solicitados a desenhar um símbolo do lugar onde moram, os participantes puderam evocar essas imagens mentais as quais se relacionam à percepção do ambiente do bairro. Quatro elementos foram recorrentes nos desenhos dos participantes, como mostra a figura 30:

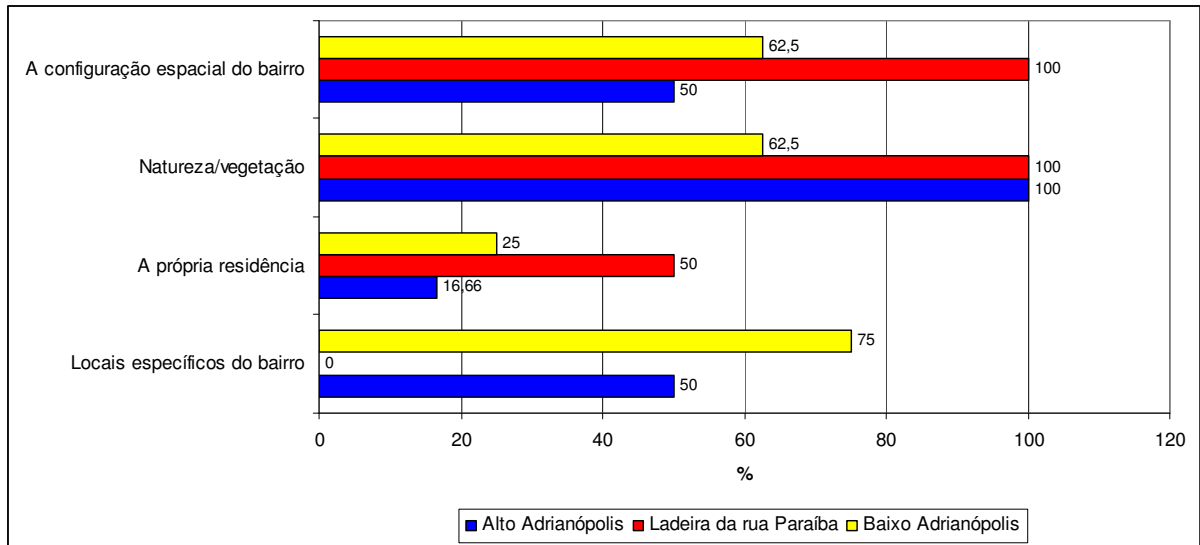


Figura 30 – Elementos identificados como representativos do bairro de Adrianópolis.

Todos os participantes residentes na Ladeira da rua Paraíba representaram em seus desenhos elementos relacionados à natureza (vegetação em geral, representações de solo gramado ou argiloso) e à configuração espacial do bairro (logradouros, comércios em geral, edifícios, meios de transporte, etc.) como símbolos do bairro. Destaca-se ainda que 50% desses moradores desenharam a própria residência como elemento identificador do bairro. Nenhum residente da Ladeira simbolizou o bairro de Adrianópolis por um local específico do bairro.

No Alto Adrianópolis, o elemento que recebeu maior destaque também foi a vegetação, seguida por representações de locais específicos do bairro e de sua configuração espacial.

Entre os locais específicos do bairro, o mais representado pelos moradores do Alto Adrianópolis foi a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e a praça, com 50% das representações.

No Baixo Adrianópolis, a representação que teve maior incidência foi a de “locais específicos no bairro”, em especial o supermercado DB, que apareceu em 50% dos desenhos.

A configuração espacial do bairro também foi destacada pelos moradores do Baixo Adrianópolis.

A análise do conteúdo dos desenhos foi complementar à análise dos demais instrumentos de pesquisa. Assim, os resultados obtidos com a técnica do desenho temático são mais amplamente discutidos ao longo das abordagens acerca dos resultados desta pesquisa.

5.1 O significado e a identidade do Adrianópolis

Como afirmam os autores abordados no capítulo 2, o discurso do sujeito, a re-apresentação da experiência é antes um apanhado de percepções do grupo, sopesadas e transformadas em novas experiências para quem ouve o discurso pelo sujeito que as expõem, recomeçando assim, o ciclo da construção social da realidade, o qual acontece em dois momentos: a **percepção**, o processo cognitivo-sensitivo e a **representação**, o processo cognitivo-motor.

É durante o processo cognitivo-sensitivo que se dá o registro dos índices do objeto, como cor, quantidade e forma, enquanto que no processo cognitivo-motor, o objeto recebe um juízo de valor diretamente associado às relações sociais mantidas pelo sujeito.

Husserl, representante maior da fenomenologia, explica que “toda consciência é consciência de alguma coisa”. O conceito de intencionalidade é recorrente na fenomenologia. De tal forma que é a intencionalidade da consciência, nas suas diferentes apresentações, que confere significado ao objeto percebido.

Para Tuan (1980, p.26), um símbolo é uma parte que tem como poder a sugestão do todo.

Lynch (1999) conceitua imagem ambiental como um quadro mental generalizado do mundo físico, que tem como finalidade interpretar as informações e orientar ações. A imagem mental pode ser decomposta em três elementos: significado, identidade, e estrutura.

Uma palavra ou um objeto também podem ser interpretados como símbolos quando projetam significados não muito claros e trazem à mente uma sucessão de fenômenos que estão relacionados entre si, analógica ou metaforicamente. Assim é que em um esquema mental, uma palavra, uma cor, uma atitude podem imediatamente sugerir um ambiente. É o ato de “doação de sentido”, como prefere Husserl.

Os **temas 1, 2 e 3** da entrevista semi-estruturada foram elaborados com a finalidade de esclarecer quais os elementos que retomam a imagem do bairro de Adrianópolis à mente dos participantes. O significado atribuído pelos moradores ao bairro e os elementos que definem a identidade do Adrianópolis perante aos demais espaços da cidade de Manaus foram a compreensão almejada ao abordar os temas citados. Abaixo, estão sintetizados os resultados obtidos:

TEMA 1 - Gostaria que o sr.(a) falasse sobre o lugar onde mora. O que lhe primeiro vem à mente quando pensa no bairro de Adrianópolis?

O **tema 1** fala a respeito do significado atribuído pelos moradores ao bairro de Adrianópolis. Três idéias centrais foram recorrentes no discurso dos participantes. Foram elas:

- A - O bairro de Adrianópolis é sinônimo de bairro de elite;
- B - Homenagem ao Dr. Adriano Jorge, médico, pessoa simples e solidária;
- C - Homenagem ao Dr. Adriano Jorge, médico e morador ilustre do bairro.

As três alternativas estão fundadas sobre um significado de cunho social, pois: as alternativas A e C se assemelham quanto ao teor simbólico elitista, enquanto que na alternativa B, foram classificados os dísticos que apresentaram expressões-chave ligadas às idéias de simplicidade, humildade e solidariedade associadas à pessoa do médico Adriano Jorge, que residiu no bairro.

Quando se plotou o resultado geral dos participantes, observou-se que a alternativa A, que identifica o Adrianópolis como bairro de elite, foi a de maior prevalência, seguida das alternativas B e C igualadas com a mesma participação. O gráfico abaixo resume o comportamento dos dados no âmbito geral.

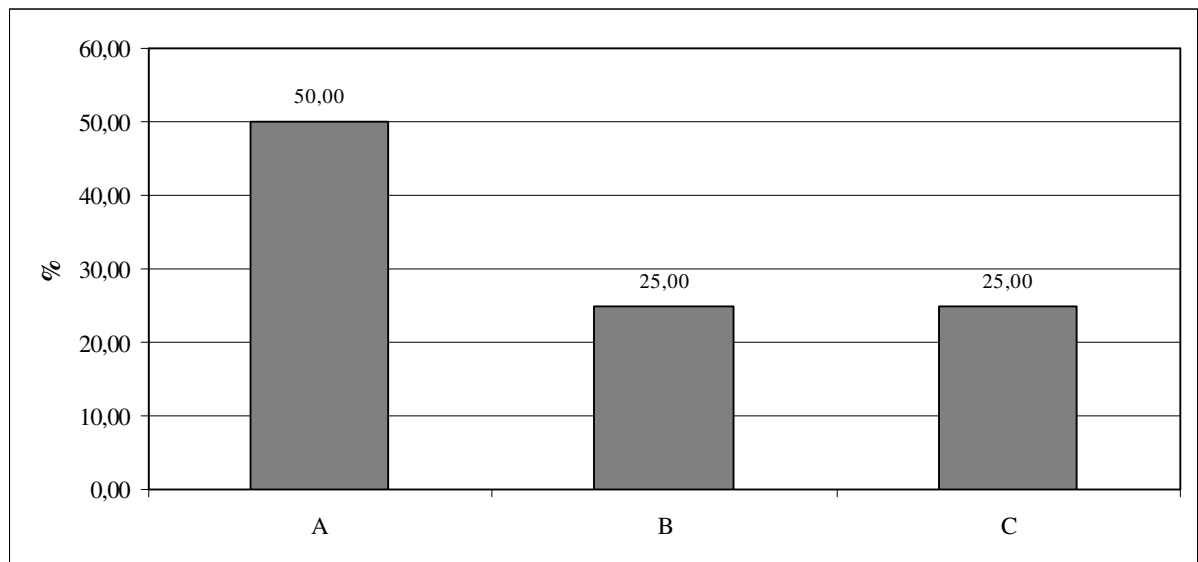


Figura 31 - Gráfico Tema 1 – Resultado Geral.

Ao se voltar para o resultado por grupos, o comportamento modifica-se: no Alto Adrianópolis, a alternativa A continua prevalecendo, mas em segundo lugar ficou a alternativa B e por último a alternativa C. Para a Ladeira da rua Paraíba, as alternativas A e B dividiram o total de participação. Nenhum dos participantes foi categorizado na alternativa C. No Baixo Adrianópolis, a alternativa A também teve maior prevalência, porém em segundo lugar apareceu a alternativa C e em terceiro a alternativa B. Como mostra o gráfico:

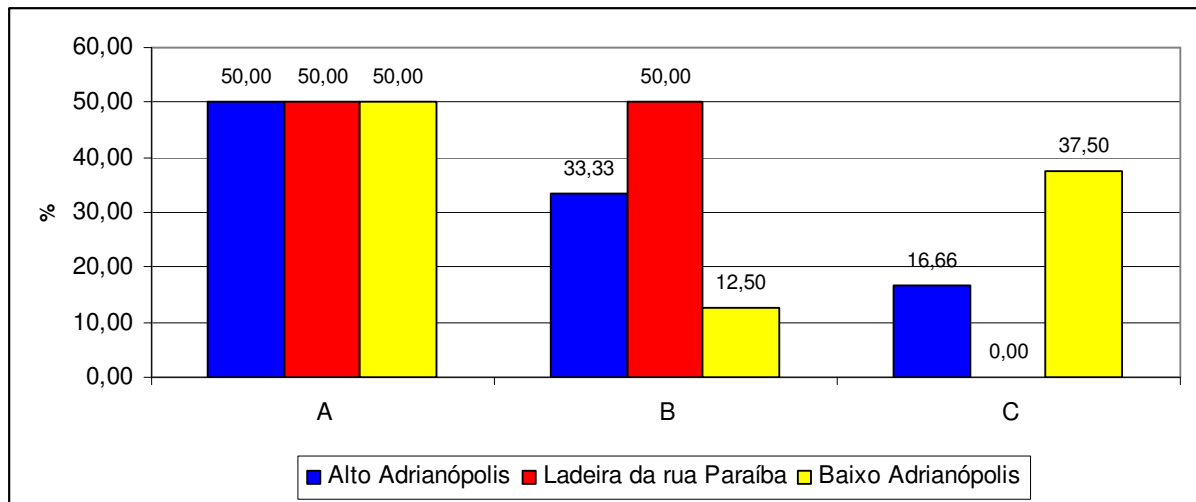


Figura 32 – Gráfico Tema 1 – Resultado por grupo.

TEMA 2 - Comente sobre o que o bairro tem de melhor.

O **tema 2** expõe os elementos que, segundo os moradores, distinguem o Adrianópolis dos demais espaços da cidade. É a identidade do bairro. Dois conjuntos de características foram destacados nos dísticos dos participantes:

A – A localização privilegiada e a segurança;

B – A minha casa, as amizades, a tranquilidade e a segurança.

O comportamento dos resultados, quando da análise geral, apresentou a alternativa A com maior prevalência. Conforme o gráfico.

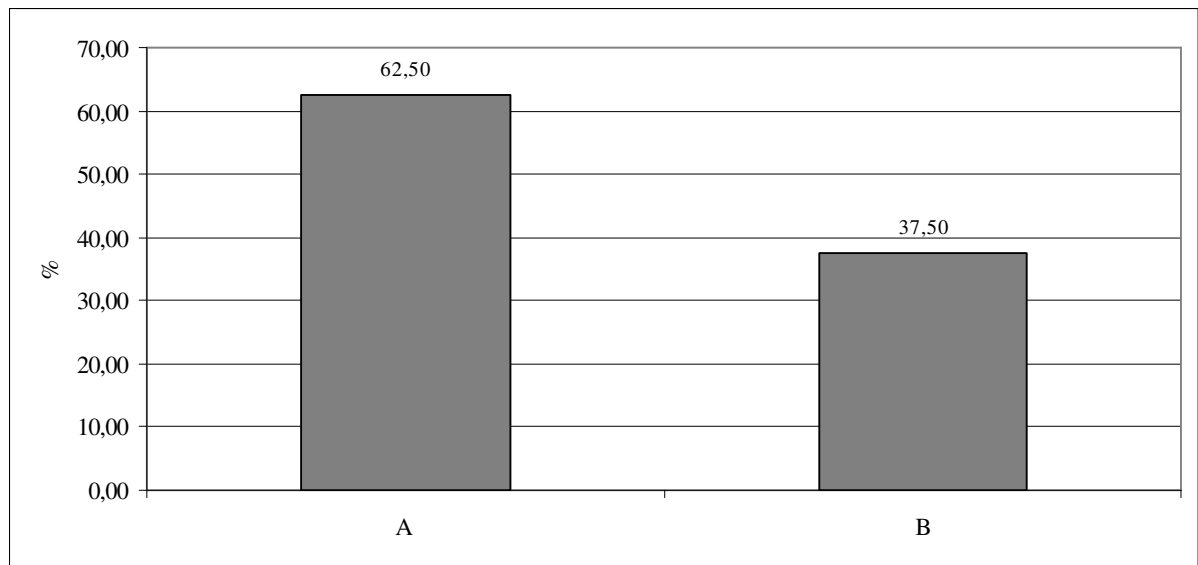


Figura 33 - Gráfico Tema 2 – Resultado Geral.

A análise por grupo mostrou que o resultado se inverte para o Alto Adrianópolis e a alternativa B é a que aparece com maior incidência. Para a Ladeira da rua Paraíba e para o Baixo Adrianópolis o resultado é o mesmo obtido com a análise geral, ou seja, a prevalência da alternativa A sobre a alternativa B.

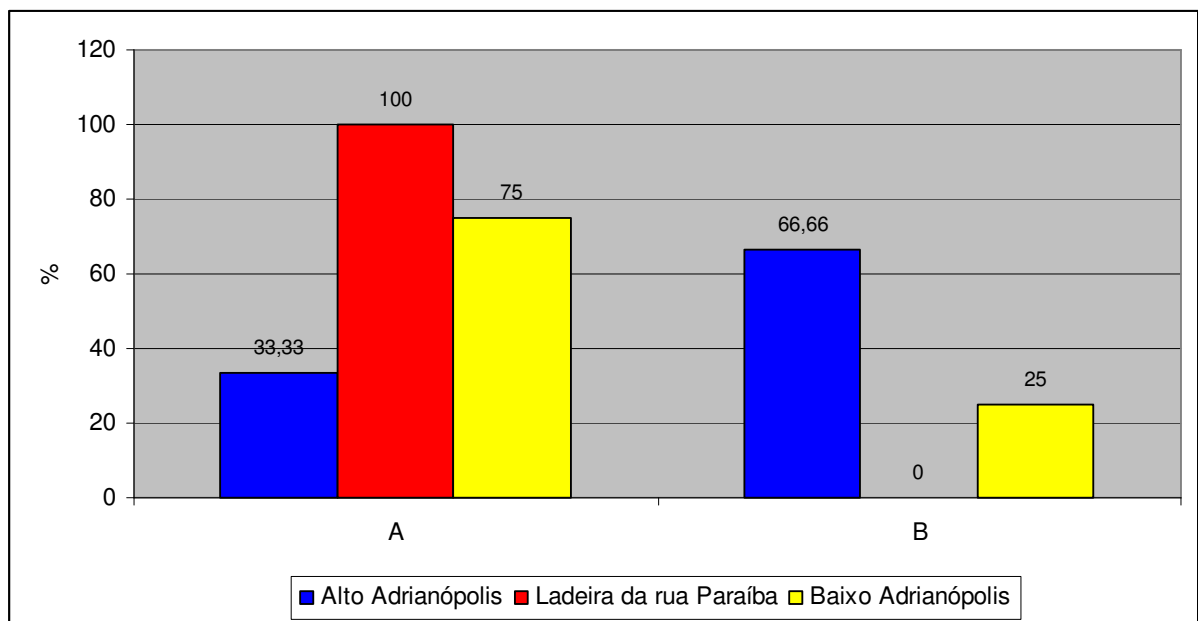


Figura 34 – Gráfico Tema 2 – Resultado por grupo.

TEMA 3 - Comente sobre o que o bairro tem de pior.

O **tema 3** reflete a percepção dos moradores sobre o que é considerado como problemático no Adrianópolis. Quatro idéias centrais foram recorrentes, quais foram:

- A – Falhas na infra-estrutura urbana;
- B – Pouco convívio social entre os moradores;
- C – Poucos comércios;
- D – Gosto de tudo.

Foram classificadas como falhas na infra-estrutura urbana todas as referências relacionadas com a ineficiência dos serviços comuns à estrutura urbana, como: transportes, segurança, saneamento básico, iluminação das vias públicas, lazer e cultura.

O comportamento, quando da análise geral dos resultados, foi: em primeiro lugar a alternativa A, em segundo lugar a alternativa B, em terceiro a alternativa D e com menos incidência apareceu a alternativa C.

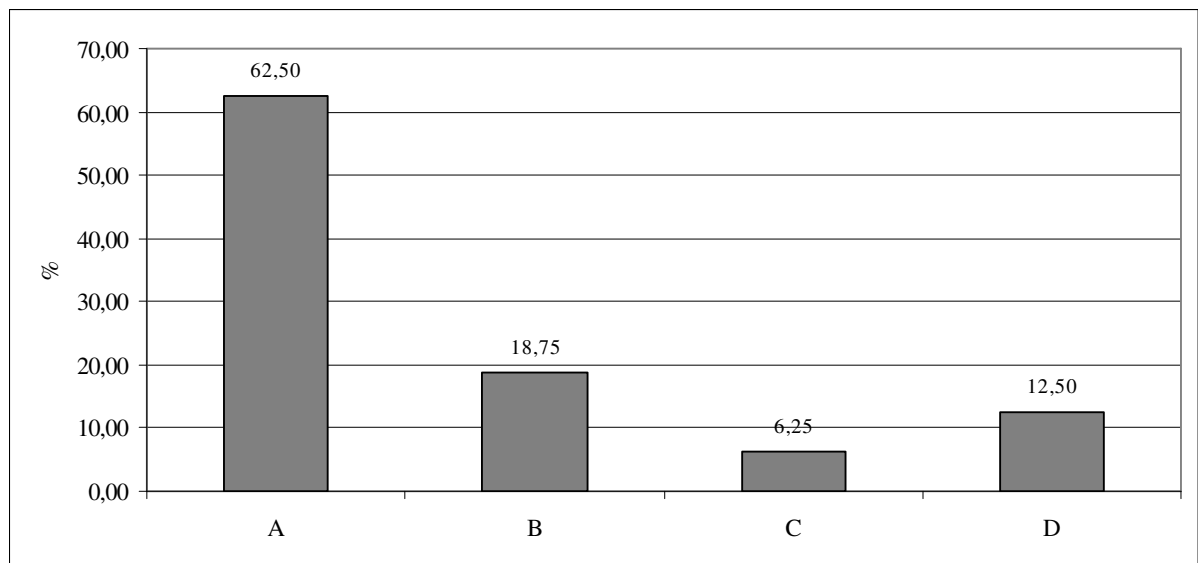


Figura 35 - Gráfico Tema 3 – Resultado geral.

O resultado por grupo apresentou-se bastante diverso do comportamento verificado quando da análise geral.

Quando o assunto é o que o bairro tem de pior, os moradores do Alto Adrianópolis apontaram o conjunto de elementos das alternativas A e B, que se igualaram na quantificação das respostas. As alternativas C e D apareceram em segundo lugar com a mesma incidência. Na Ladeira da rua Paraíba, os moradores também apontaram as alternativas A e B como os maiores problemas do bairro.

Apenas um morador do Baixo Adrianópolis declarou gostar de tudo no bairro. Todos os outros participantes desse grupo declararam ser a alternativa A o conjunto de elementos problemáticos do bairro.

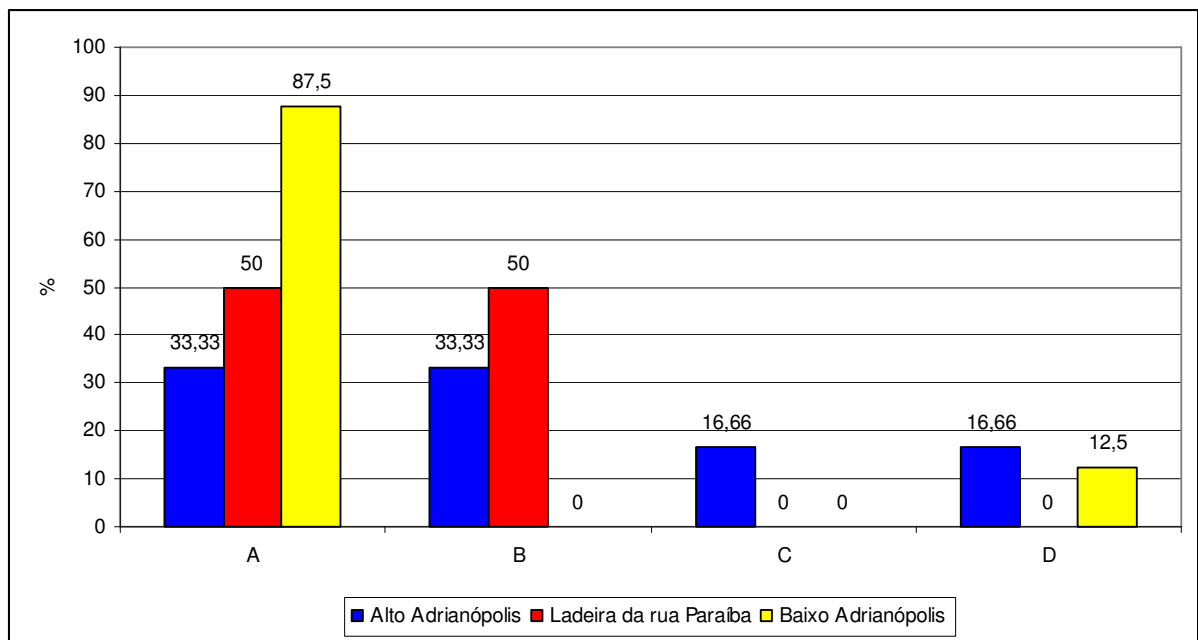


Figura 36 – Gráfico Tema 3 – Resultado por grupo.

A síntese dos dados permite observar que o termo “bairro de elite” ou expressões similares, como “bairro elitizado”, “bairro de categoria” ou “bairro aristocrata” foram recorrentes nos dísticos dos participantes dos três grupos. No entanto, apenas os participantes do Alto Adrianópolis e da Ladeira da rua Paraíba relacionaram o Adrianópolis com uma

imagem de médico simples e solidário do Dr. Adriano Jorge, que “[...] cuidava de todos, fosse quem fosse, sem pedir nada em troca, uma pessoa boníssima” (C.C.C./82 anos – moradora da Ladeira da rua Paraíba).

No Baixo, apenas um morador revelou essa mesma associação, trata-se daquela exceção, a qual foi mencionada. Morador há mais de 50 anos do Baixo Adrianópolis, A.B.F. é remanescente da classe operária do período da borracha, assim como os moradores da Ladeira da rua Paraíba. Isso explica o fato de suas percepções acerca do bairro se assemelharem com as dos participantes residentes na Ladeira.

A própria residência, como um elemento que distingue o bairro, foi mencionada por mais da metade dos participantes do Alto Adrianópolis e por dois moradores do Baixo Adrianópolis. Entre os participantes do Alto, o conjunto tranquilidade, amizades e segurança também, recebeu destaque como representantes da identidade do Adrianópolis.

A ineficiência dos serviços de infra-estrutura urbana (saneamento básico, iluminação das vias públicas, transportes, segurança, lazer e cultura) foi reclamada pelos três grupos como sendo a principal problemática do bairro.

A infra-estrutura urbana é condição essencial para a reprodução capitalista. É curioso o posicionamento dos moradores com relação às falhas na infra-estrutura do bairro, quando o que se observa é justamente o contrário: a oferta de infra-estrutura vem atraindo os promotores imobiliários para o bairro, como se vê na fala do vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-Am), Flauber Santos:

[...] os empreendimentos se concentram no bairro Adrianópolis porque além de ser uma área próxima ao centro da cidade, possui boa infra-estrutura urbana, o que viabiliza estrutural e financeiramente a implantação das obras. Por estarem numa área nobre de Manaus os preços de cada apartamento estão acima de R\$ 100.000,00. (Flauber Santos – Vice Presidente do Sinduscon/Am para o site: <http://www.sinduscon-am.com.br>. Acesso em: 03 de julho de 2007).

O comportamento dos moradores do Alto Adrianópolis e da Ladeira da rua Paraíba, com relação à demanda por infra-estrutura urbana, está relacionada com a socialização de ideologias que, sob a máscara da “qualidade de vida” ou sob a justificativa de “diminuir o déficit habitacional”, cria as oportunidades de expansão do capital.

É preciso que o governo estadual melhore a infra-estrutura urbana de outras zonas da cidade, atraindo para estes locais empreendimentos comerciais e habitacionais com preços acessíveis às camadas de menor poder aquisitivo. [...] um projeto imobiliário precisa levar em conta as vias de acesso, o sistema de abastecimento de energia e de água, entre outros. Com o governo fazendo seu papel, e nós, das empresas e sindicatos, fazendo o nosso, diminuiremos o déficit habitacional no País. (Flauber Santos – Vice Presidente do Sinduscon/Am para o site: <http://www.sinduscon-am.com.br>. Acesso em: 03 de julho de 2007).

Assim, quanto mais áreas receberem a infra-estrutura do Estado, mais o capital avança, modificando o “lugar” e criando novas espacialidades.

O aumento da violência foi o elemento mais citado entre os participantes do Baixo Adrianópolis. Notícias sobre a violência e a falta de segurança no bairro são frequentes nos meios de comunicação, denunciando as inquietações desses moradores acerca do assunto (Figuras 37, 38 e 39).

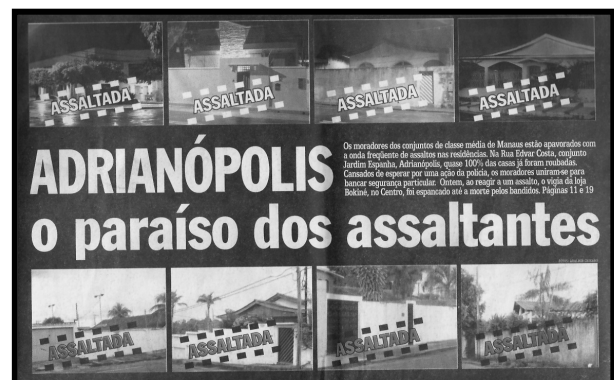
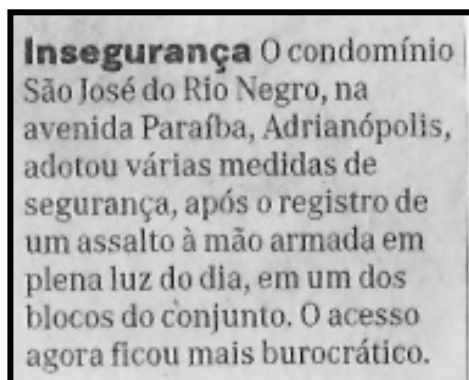


Figura 37 – À esquerda, nota publicada em: Jornal Acrítica, 21 de janeiro de 2007. À direita, reportagem publicada em: Jornal Correio Amazonense, 24 de setembro de 2005.



Figura 38 – Publicado em: Jornal Acrítica, 03 de julho de 2005.



Figura 39 – Publicado em: Jornal Acrítica, 24 de setembro de 2005. Grifo nosso.

A falta de convívio social também foi destacada entre os participantes do grupo do Alto Adrianópolis e da Ladeira da rua Paraíba.

Os três grupos sentem as transformações ocorridas no bairro e reclamam as consequências dessas transformações. Porém, o espaço resultante dessas transformações torna-se meio para a reprodução social no caso do Baixo Adrianópolis. Para os moradores do Alto e da Ladeira, ao contrário, o espaço transformado vem desapropriando os moradores de suas

condições de reprodução social. Para esses moradores o espaço não é mais o lugar do viver, enquanto que para os primeiros, as transformações no espaço possibilitam, a todo o momento, a expansão de sua dominação.

A análise dos resultados obtidos com a abordagem dos **temas 1, 2 e 3** mostrou que a expressão “bairro de elite” assume significados diferentes conforme o grupo considerado.

Para demonstrar a representação social do significado e da identidade do Adrianópolis, foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC (descrita no capítulo 4) para reunir as expressões-chave presentes nos dícticos dos moradores do Baixo Adrianópolis em um único discurso. O resultado é o que se segue:

DSC – Baixo Adrianópolis (Temas 1, 2 e 3)

O Adrianópolis sempre foi sinônimo de bairro de elite, bairro chique e aristocrata. É um símbolo de ocupação organizada, espaços amplos e de moradia tranqüila. Um bairro moderno, mas que tem um certo ar de vila francesa, daí o nome "Vila Municipal". Lembra também a homenagem que fizeram ao Dr. Adriano Jorge, morador ilustre do bairro, um intelectual, médico e grande orador.

Aqui era o bairro dos ricos. Eram casas enormes, terrenos gigantescos que pegavam quarteirões inteiros. A Família Nasser veio do Centro para o Adrianópolis. Aqui morava o desembargador André Araújo. Os Benchimol também moravam aqui. As famílias abastadas migravam do Centro da cidade para o Adrianópolis. Até hoje, é o bairro nobre da cidade. Quem mora aqui tem poder aquisitivo Alto.

Sem dúvida o que eu mais gosto aqui é a localização, o acesso, o transporte é acessível a tudo. A Paraíba (rua), por exemplo, é um local de passagem. É um local visível. Isso é bom para os comerciantes, porque os comércio adquirem um certo prestígio e "glamour" quando localizados no Adrianópolis, são empreendimentos “só para ricos”.

Quem mora aqui tem poder aquisitivo Alto, geralmente são famílias que procuram a tranqüilidade e as opções que o bairro oferece.

Também tenho que ressaltar que a prioridade pela segurança foi o grande diferencial na nossa escolha para morar no bairro, aqui é muito seguro. Não tem violência, a gente não vê isso por aqui. Apesar de toda a situação que a sociedade vive, em termos de insegurança, aqui ainda é um local mais seguro que o restante da cidade.

É claro que todas essas facilidades que o local oferece tem suas implicações. O trânsito as vezes atrapalha, o barulho da pista por causa dos carros, a poluição sonora e os engarrafamentos de carro. É ruim, mas eu já até acostumei. Não reclamo não. Além disso, acho que estão faltando no bairro opções de lazer e cultura. Há também uma deficiência na rede de esgoto que causa um mau cheiro horrível em toda essa região do bairro. Falta uma rede de esgoto pública, porque tudo tem que ser particular. Valorização estética

e limpeza urbana também deveriam ser priorizadas. Não cobro só do estado, mas também do cidadão, eu tenho que saber no que posso contribuir.

O “ideal” de moradia do Adrianópolis diminuiu bastante, mas ainda há uma preferência por moradias no bairro, em geral, por causa das oportunidades que o local oferece em termos de empreendimentos comerciais e residenciais.

Por tudo isso, Adrianópolis é o melhor bairro para se morar.

O conteúdo do discurso que reúne as expressões-chave dos dísticos proferidos pelos moradores do Baixo Adrianópolis, não deixa dúvidas quanto à percepção desses moradores com relação ao bairro: “quem mora aqui tem poder aquisitivo Alto”. Essa é a identidade do bairro para os moradores do Baixo Adrianópolis.

O DSC dos moradores do Alto e da Ladeira apresenta uma identidade diversa. As expressões-chave destacadas dos discursos dos moradores do Alto Adrianópolis e da Ladeira da rua Paraíba, reunidas em um só discurso, resultaram no seguinte texto:

DSC – Alto Adrianópolis e Ladeira da rua Paraíba (Temas 1, 2 e 3)

A Vila Municipal é saudade. Todas as lembranças boas da minha vida, tudo, foi na Vila. Eu tenho muita saudade daquela época.

Por volta da década de 40, a Vila Municipal foi transformada em Adrianópolis, devido à homenagem ao nome do Dr. Adriano Jorge, um médico antigo e pobre que morava aqui, onde é a casa dos padres, lá era a residência dele. Ele era boníssimo, muito caridoso, atingiu o bairro todo, na lama serrada, com um pauzinho na mão, para não cair ou escorregar na lama, ele ia atender qualquer uma casa pobre, todo mundo pobre. Ele ia atender fosse a hora que fosse de noite, de pijama. Dava remédio, dava alimentação e tem uma coisa: sem exames, de qualidade alguma, o diagnóstico que ele dava era aquilo e não seria outra coisa, era aquilo mesmo, o paciente chegava até morrer daquela doença. Ele era uma pessoa muito humana, uma pessoa boa como a gente hoje nem conhece mais uma pessoa assim. E isso não era a troca de nada, ele trabalhava por caridade e não por lucro ou dinheiro. Ele tinha esse dom de ajudar as pessoas e nesse tempo, era tudo muito carente por aqui.

Então, em homenagem a esse grande homem que foi Adriano Jorge, aí o bairro passou a ser A-dri-a-nó-po-lis.

Ah! O que eu amo mesmo daqui do bairro é a minha casa! Amo minha casa! É uma casa cobiçada, todo mundo que passa por aqui quer entrar aqui. Aqui os terrenos são tão grandes que toda a família mora no mesmo terreno. Gosto da minha casa, do meu quintal, o cheiro de quando a gente queima as folhas secas.

A gente queima e mistura com outras folhagens, sabe, pra fazer adubo. As crianças brincam aqui no quintal, tem muitas frutas, a gente come e dá pra outras pessoas. Temos dois jabutis que ficam andando aqui no quintal, soltos mesmo e também muitos passarinhos. Eles vêm, a gente joga pão pra eles, põe todo dia água pra eles. Pássaros diferentes, pomba galega, sem-açu, vários mesmo. É uma beleza!

A vizinhança também é boa. As pessoas são educadas e prestativas, apesar de tantas mudanças. Mas a gente continua com as amizades, aquelas antigas, da mocidade e que a gente ainda conserva. Eu gostava também das pessoas que eram muito amigas uma das outras, mas aí foram morrendo, outras foram saindo daqui, foram morar em outras partes. Agora a gente quase não conhece ninguém.

Hoje em dia a gente não tem mais convivência com as pessoas, aqui são todos muito fechados e eu nasci para viver em comunidade, aqui os vizinhos não se relacionam com as pessoas, ninguém fala com ninguém. Eu sinto falta disso. Aqui, nem na época do Natal o povo se cumprimenta. Antigamente não era assim, tinha o arraial, a festa aí na praça. Todo mundo vinha, se reunia, tinha as pastorinhas, que a gente fazia aquele teatro, essas coisas da época que hoje não tem mais.

Outra coisa que hoje tá horrível aqui é o trânsito. Os carros ficam aqui buzinando, buzinando, buzinando, fim de semana é ótimo, mas vem aqui às 6h... é um barulho enorme e um engarrafamento maluco. Já pensastes como vai ficar quando construírem esse shopping? Ninguém mais vai conseguir sair de casa, o engarrafamento vai ser horrível!

Eu gosto daqui. É um bairro muito sossegado e tranquilo. Ainda é um dos poucos lugares da cidade que se ouve o canto dos pássaros. Hoje em dia, nem se vê mais pássaro cantar. Tem criança que nunca viu um pássaro cantar.

Eu gosto de tudo daqui. Não tem nada daqui que eu não goste. Sinceramente. A vida aqui é muito boa, moro bem, graças a Deus (**Temas 1, 2 e 3** – DSC/Alto Adrianópolis e Ladeira da rua Paraíba).

No discurso-síntese dos moradores do Alto e da Ladeira, o bairro de Adrianópolis foi identificado e significado semelhante à identidade da antiga Vila Municipal. Não aquela Vila Municipal registrada na história oficial, como visto no capítulo 3, mas a Vila Municipal como realidade vivida, tão real e tão atual que ainda hoje as mangueiras e jaqueiras podiam ser vistas em abundância e seus frutos compartilhados de tanta fartura. Os desenhos (Figura 40), solicitados aos participantes, exprimem esse significado atribuído ao bairro.



Figura 40 - À esquerda desenho de M.G.S.M./58 anos – Alto Adrianópolis, com a inscrição: “Pés de mangueira é a recordação do plantio aqui no Bairro de Adrianópolis”. À direita desenho de R.C.R.S./56 anos – Alto Adrianópolis, com a inscrição: “Jaqueira”.

Diante da solicitação de desenhar algo que melhor expressasse o significado do bairro, a moradora da Ladeira da rua Paraíba C.C.C./82 anos desenhou a própria casa como sendo o bairro de Adrianópolis (Figura 41).



Figura 41 - À esquerda, foto da residência da moradora. À direita, desenho de C.C.C./82 anos – Ladeira da rua Paraíba. Título do desenho: “O bairro de Adrianópolis”.

Na representação, no plano superior da folha, está a casa de C.C.C., com linhas de traçado simples, em uma cor só, cercada de arranjos florais detalhadamente coloridos. No entorno da casa, do lado esquerdo, um extenso gramado e ao lado direito, inúmeras flores coloridas enfeitam o terreno em declive. À frente da casa, uma larga escada, também ladeada de grama com flores, leva à “Descida da av. Paraíba”, uma faixa larga, pintada de preto e

representada no plano inferior da folha. A casa é simples, mas o entorno do ambiente é cheio de detalhes coloridos. O desenho foi intitulado como: “O bairro de Adrianópolis”.

Além do desenho acima descrito, que revelou a sua representação do Adrianópolis, C.C.C. executou um outro, representando o aspecto da sua moradia há mais de 50 anos, quando estabeleceu residência no bairro. A moradora intitulou essa segunda obra como: “A minha Casa”. “Casa com C maiúsculo, porque a minha casa tem que ser com C maiúsculo”, advertiu a moradora.

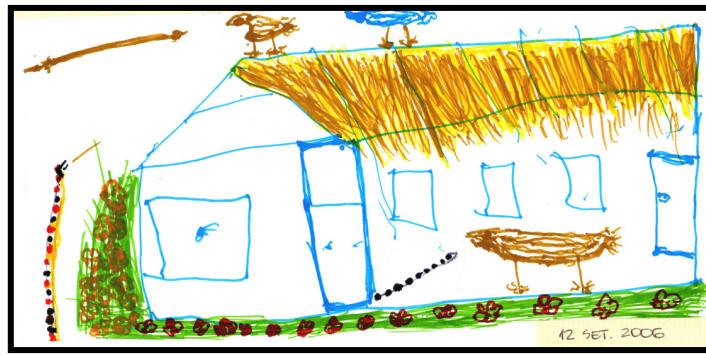


Figura 42 – Desenho de C.C.C. – 82 anos. Título: “A minha Casa”.

O desenho descreve, com detalhes, a vivência naquele lugar há mais de 50 anos. Uma casa com diversas aberturas, coberta de palha, cercada de grama e flores.

Mas o que chama atenção é a diversidade dos animais representados no desenho: cobras e aves de diversos tamanhos e cores.

No discurso proferido por C.C.C. durante a aplicação da técnica da história de vida, a moradora descreve, com detalhes, sua casa no momento em que se mudou para o bairro:

[...] A nossa casa era uma casa humilde, como eu já falei. Era uma casa pequena, era sala, um quarto e a cozinha [...] só a metade do telhado coberto, de palha, e só a metade da parede feita e a metade do piso. O resto tudo a gente tava na lama. [...] Aqui era um terreno só. Não tinha vizinho não. Era um terreno só, mato, mato, mato que Deus o livre. Cobra de toda espécie e qualidade. Aqui eu conheci tudo na minha vida de sofrimento. Tudo... É cobra coral, cobra bico de jaca, cobra de toda espécie e qualidade. Cobra cipó... você de noite tava ouvindo aquilo: tcheco, tcheco, tcheco

andando no telhado: era cobra andando no telhado, assim. Mas com a graça de Deus, do Divino Espírito Santo, nós nunca fomos ferradas por nenhuma. Cobra cipó? Ninguém botava o pé na porta assim. Era laco, laco, laço, elas dão. Porque elas chamam cipó, são da cor de folha seca. Ela está no meio das árvores, assim e dá na pessoa assim, a pessoa fica toda lapeada. E lapa assim com o rabo. Ela é fina, comprida assim.

[...] Tinha gato maracajá. No quintal amanhecia o dia cheio que eles soltavam aquele espinho deles amarelo, que aquilo é um veneno, e no mercado até vende isso e... não sei pra quê. Um homem lá que tem um negócio de índios assim, ele vendia todo esse negócio, espinho de gato maracajá e porco andu que solta aquele espinho venenoso. Tudo isso tinha aqui... Aqui era uma mata né, era uma mata. Ali onde é um prédio da Encol, esquina com a Belo Horizonte, aquilo ali era uma mata de caçador. Pegava veado ali, tudo isso [...] (C.C.C. – 82 anos)

O espaço, como produto dos que se contrapõem, apresenta-se diferente do todo, mas ele também é parte do todo. No entanto, não se reconhece no todo e nem o todo o reconhece como parte. Assim, é a Ladeira da rua Paraíba: não é nem todo e nem parte. Por que a parte não se reconhece no todo e o todo não reconhece a parte.

Bem diferente, é a percepção dos participantes do Baixo Adrianópolis. Para esses moradores, a Vila de outrora está morta ou mesmo nunca existiu. A realidade representada foi do Adrianópolis como “o bairro moderno” o lugar das oportunidades, o espaço de fluxos. Os desenhos abaixo demonstram as representações desses moradores acerca do significado e da identidade do bairro.



Figura 43 – Desenho de C.S.O./75 anos – Ladeira da rua Paraíba. Sem título.



Figura 44 – Desenho de F.E.D.P.B./54 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “Minha Vida”.

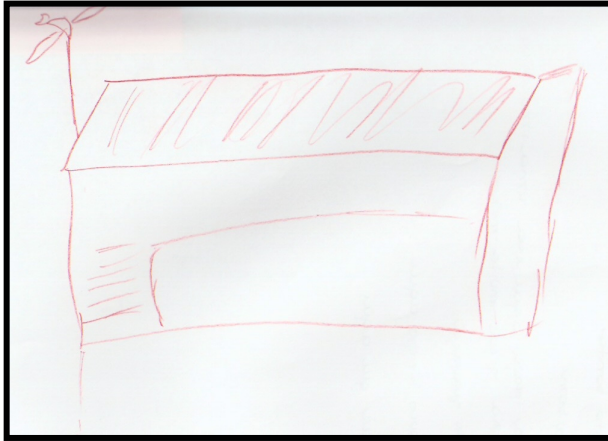


Figura 45 – Desenho de A.M.F.M.G./66 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “Utilidades”.



Figura 46 – Desenho de R.S.B./68 anos – Baixo Adrianópolis. Título: “O bairro moderno”.

A moradora C.S.O. é um dos participantes identificados no início deste capítulo como exceção. Sua residência está localizada no topo da Ladeira da rua Paraíba, próximo ao Alto Adrianópolis.

C.S.O. mora há 34 anos nesse local, ou seja, estabeleceu residência no local quando o bairro já era Adrianópolis, não viveu a Vila Municipal. Em termos de localização espacial, a residência de C.S.O. não está nem totalmente na Ladeira, nem totalmente no Alto. Ela mantém relações de amizade com alguns moradores do Alto e do Baixo Adrianópolis, porém sua melhor amiga mora na Ladeira. Essas especificidades constroem percepções diferenciadas do restante do grupo.

As representações de C.S.O. dividem-se entre os três grupos. Ora ela é Alto Adrianópolis:

Antigamente nós tínhamos mais convivência com as pessoas, hoje são todos muito fechados. Aqui, os vizinhos não se relacionam com as pessoas, ninguém fala com ninguém [...] Quando eu me casei, vim morar aqui. Era um bairro sossegado, tinha tantas mangueiras[...] (C.S.O./75 anos).

Ora ela é Baixo Adrianópolis:

[...] o bairro foi crescendo, se desenvolvendo... porque aqui não tinha nada. Depois é que foi crescendo, abriram estrada que liga aqui, o Aleixo, até o Japiim. E aqui

também onde tem muitos edifícios bonitos, muitas casas bonitas, muito comércio [...]
(C.S.O./75 anos)

E justifica à amiga C.C.C., moradora da Ladeira da rua Paraíba, o motivo de suas opiniões divergirem a respeito do bairro:

Eu moro aqui pela necessidade, não por amor. Não tenho boas lembranças daqui, aqui eu perdi minha filha, meu sogro, minha sogra, sabe... então, eu não tenho esses amores pelo bairro [...](C.C.C./82 anos).

No desenho de C.S.O. (Figura 43) aparecem árvores e pequenas, casas entre prédios e carros. É um desenho racional, com formas geométricas.

A vida real para C.S.O. é exatamente como seu desenho. A realidade percebida por ela não tem espaço para o emotivo. Afinal, as emoções não trazem boas lembranças para ela.

Mesmo sentindo que as transformações modificaram não apenas o espaço físico, mas sobretudo o modo de vida dos moradores, C.S.O. não se sente à vontade em demonstrar tais sentimentos. O que prevalece são as experiências no bairro.

No desenho de F.E.D.P.B. (Figura 44), a dinâmica do espaço tem lugar de destaque. Carros, prédios de serviços e comércios do Baixo Adrianópolis são os elementos que identificam o Adrianópolis, segundo a participante.

Na representação do bairro de A.M.F.M.G./66anos (Figura 45) está o supermercado DB. O título do desenho foi: “Utilidades”. Aqui fica claro o entendimento do espaço como mercadoria. O bairro identifica-se por sua “utilidade”. O valor do espaço está em sua utilidade, mas não na utilidade do valor de uso e sim na utilidade enquanto consumo. Para essa moradora do Baixo Adrianópolis, o bairro lembra consumo, e ao identificar-se pelo consumo, ele próprio passa a ser consumido enquanto mercadoria.

Para R.S.B. (Figura 46) os elementos que rememoram o Adrianópolis são os prédios da parte baixa da rua Paraíba. O canteiro central da referida rua aparece também em destaque. O prédio com estrutura horizontal, que aparece no canto direito inferior da folha, representa o supermercado do bairro, conforme declarou o participante.

Para esse morador, o Baixo Adrianópolis, com seus prédios e a rua Paraíba, com suas quatro faixas de circulação de veículos são os elementos que significam o bairro.

Note-se que os desenhos solicitados vêm a confirmar os resultados obtidos com os discursos proferidos nas abordagens da entrevista, a história de vida e as opiniões emitidas acerca das fotografias mostradas aos participantes.

Assim, para os participantes do Alto e da Ladeira, a idéia de “bairro de elite” atribuída ao Adrianópolis está relacionada ao espaço onde lhes são oferecidos os requisitos básicos para a reprodução social do grupo. Na opinião desses moradores, esses requisitos seriam: o convívio social, a solidariedade, a tranquilidade, a segurança e as amizades. “Aqui a vizinhança é boa. Apesar de tantas mudanças, mas a gente continua com as amizades [...]” (A.M.P./65 anos – Alto Adrianópolis) . A identidade do bairro está, para esses moradores, relacionada ao atendimento desses requisitos. O adjetivo “elitizado”, nesse caso, legítima ou, em alguns casos, denota a ausência do valor de uso do “lugar”.

Para os participantes do Baixo Adrianópolis o conceito associado à “bairro de elite” é o de classe social. Assim, para os moradores do Baixo, Adrianópolis é um bairro de elite porque “[...] é o bairro dos ricos” (R.S.B./68 anos – Baixo Adrianópolis). Aqui, o espaço confere valor às pessoas e objetos: “[...] os comércios adquirem um certo prestígio e ‘glamour’ quando localizados no Adrianópolis, são empreendimentos só para ricos” (J.L./52 anos Baixo Adrianópolis).

Ao colocar a própria residência como elemento identificador do espaço, os moradores do Alto Adrianópolis e da Ladeira da rua Paraíba reafirmam sua necessidade de apropriação

do espaço. Pois, como será visto no próximo capítulo, a cada transformação produzida pelos interesses da classe dominante, a dificuldade desses moradores em garantir a reprodução de suas representações e, por conseguinte a reprodução do seu espaço, aumenta ainda mais.

5.2 A relação espaço-sujeito: como os moradores relacionam-se com o Adrianópolis

Os **temas 4 e 5** reportam para o terceiro elemento constituinte da imagem ambiental, conforme Lynch (1999), a estrutura, ou seja, os elementos que demonstram a inter-relação espaço-sujeito.

No **tema 4**, questionou-se os participantes sobre as modificações pelas quais o bairro vem passando ao longo dos anos, enquanto que no **tema 5**, buscou-se compreender a relação dos sujeitos com esse espaço modificado.

No capítulo 3, foram abordadas essas modificações com base nos registros da história oficial. Agora, focaliza-se a memória dos sujeitos que viveram essas transformações ou parte delas.

Assim, a análise desses resultados buscou comparar a história oficial com a memória coletiva socializada pelos moradores. A seguir será exposto o que foi observado.

TEMA 4 - Comente sobre como era o bairro quando o sr.(a) veio morar aqui.

O **tema 4** objetivou apreender as mudanças mais significativas apontadas pelos grupos de participantes. Entre as expressões-chave dos dísticos dos participantes, dois conjuntos de elementos foram classificados como representantes das principais mudanças apontadas pelos grupos, quais sejam:

A – Mudanças nas relações sociais (valor de uso foi substituído pelo valor de troca), aumento da ocupação do espaço, do trânsito de veículos e da violência.

B – Não houve mudanças significativas. No entanto, os imóveis adquiriram maior valorização econômica.

Na análise geral a alternativa A foi a que apresentou maior incidência, ficando a alternativa B em segundo lugar.

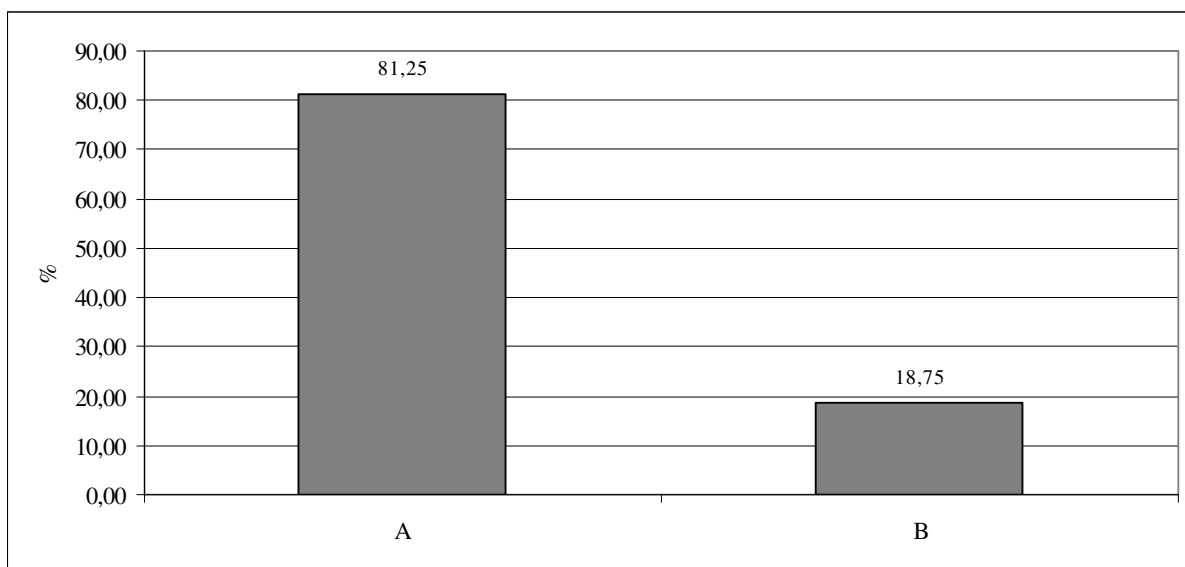


Figura 47 - Gráfico Tema 4 – Resultado geral.

Para o Alto e o Baixo Adrianópolis, o resultado geral se repete: em primeiro lugar a alternativa A.

Na Ladeira da rua Paraíba todos os participantes mencionaram elementos categorizados com a alternativa A, não tendo representação para a alternativa B.

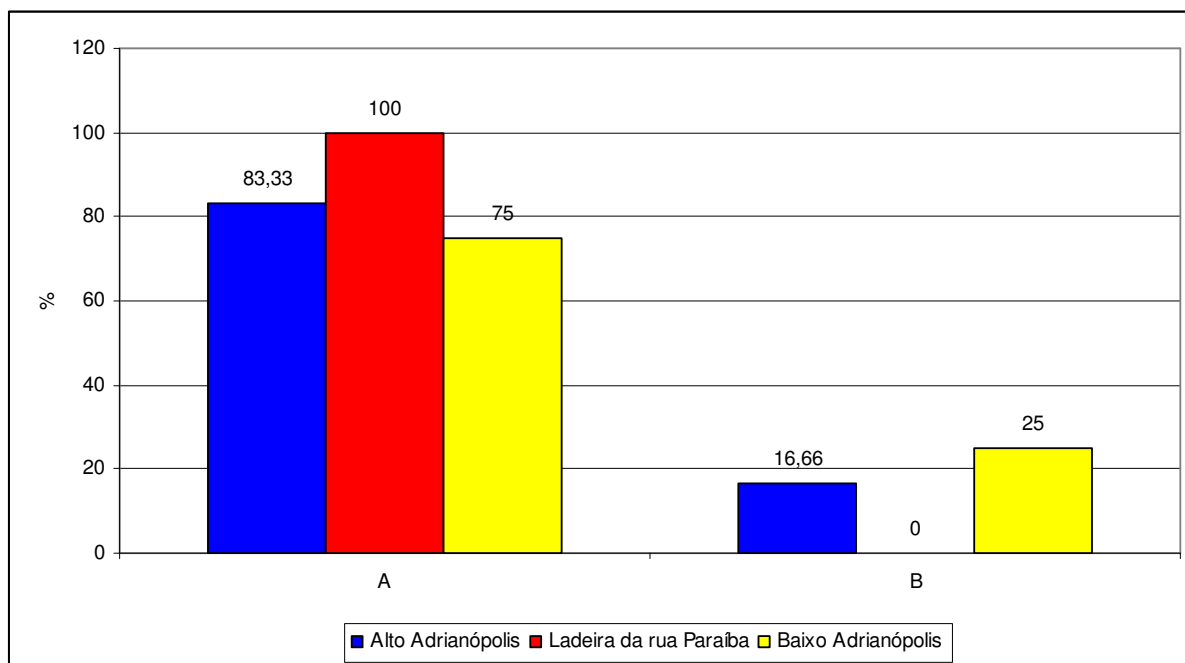


Figura 48 – Gráfico Tema 4 – Resultado por grupo.

TEMA 5 - No bairro há construções com diferentes formas (arquitetura das casas e dos prédios) e funções (residenciais e comerciais). Gostaria que o sr.(a) comentasse sobre essas diferenças.

A abordagem do **tema 5** buscou compreender como os grupos lidam com o espaço heterogêneo produto e produtor da diversidade de relações sociais que ali se desenvolvem. Cinco idéias centrais foram recorrentes, quais sejam:

A – As novas formas e funções do espaço no bairro são bem recebidas pelos moradores, desde que se adequem ao padrão "bairro de elite".

B – As novas formas e funções do espaço no bairro não são bem recebidas pelos moradores.

Na análise geral a alternativa A foi a que apresentou maior incidência, ficando a alternativa B em segundo lugar.

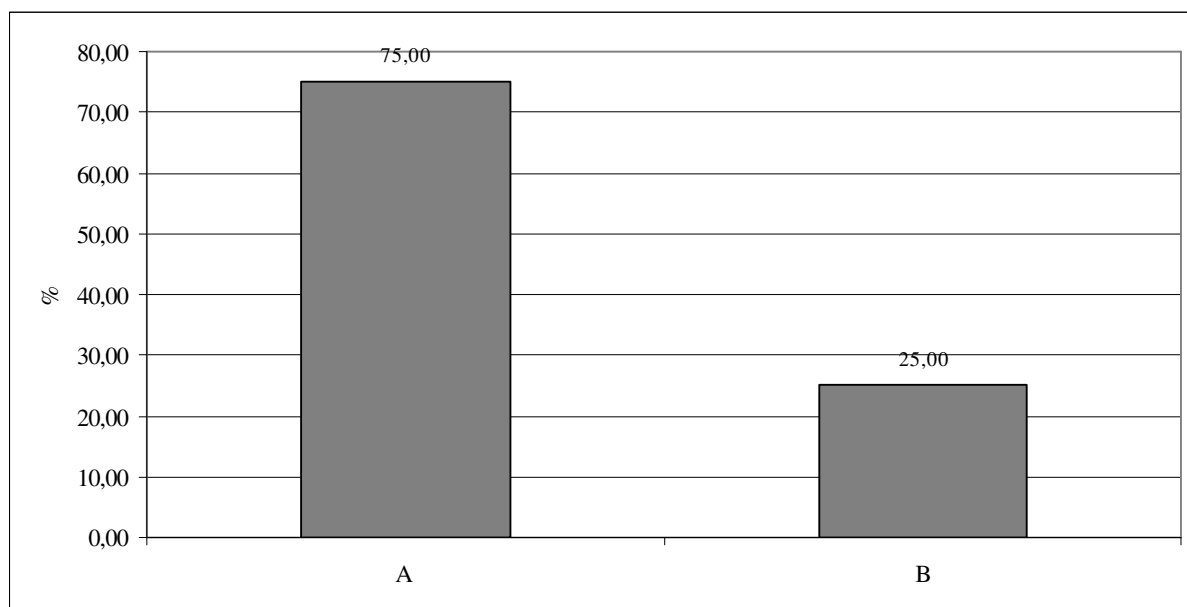


Figura 49 - Gráfico Tema 5 – Resultado geral.

Para o Alto e o Baixo Adrianópolis, o resultado geral se repete: prevalece a alternativa A.

Na Ladeira da rua Paraíba, as alternativas A e B têm a mesma incidência.

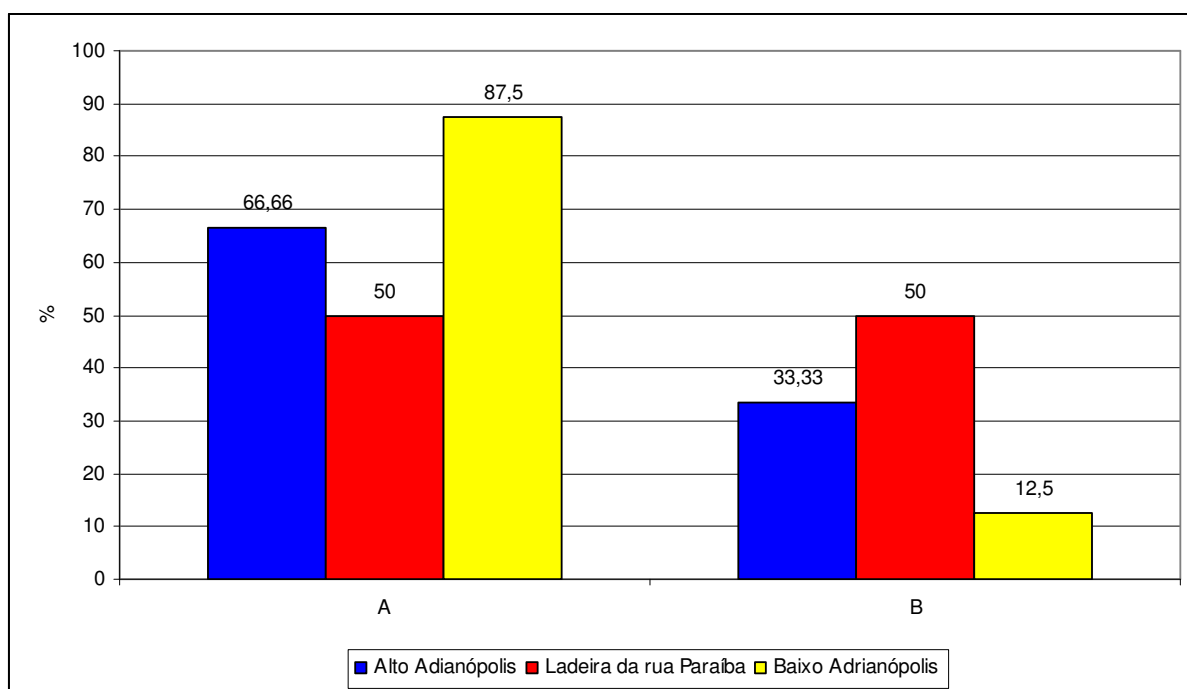


Figura 50 - Gráfico Tema 5 – Resultado por grupo.

A maior parte dos moradores do Alto Adrianópolis e da Ladeira revelaram em seus dísticos elementos que denunciam a transformação do espaço em mercadoria, evidenciando a prevalência do valor de troca em detrimento ao valor de uso.

O menor índice de participação nessa categoria foi no grupo do Baixo Adrianópolis, onde 25% dos participantes não identificaram mudanças significativas no bairro, embora tenham declarado que os imóveis valorizaram economicamente.

Os três grupos assumiram uma postura que remete à aceitação das modificações no espaço físico do bairro. Contudo, essa aceitação está associada, como foi visto no capítulo anterior, à idéia diferenciada de “bairro de elite” em cada grupo.

Assim, para os moradores do Baixo Adrianópolis, as relações sociais reproduzidas em espaços físicos que não se adequem aos padrões da alta classe social moradora do bairro devem ser removidas e o espaço por elas produzido, modificado e adequado ao ambiente físico e social dominante no bairro. Os dísticos abaixo revelam esse posicionamento:

A parte da Ladeira da rua Paraíba deve ter sido invasão, porque não tem calçada, é estreita. Eu caminho por aqui e é difícil circular por essa área, é uma calçada mais alta outra mais baixa. Isso tudo devia ser retirado. Está mal posicionado. Esse tipo de estrutura deve ser modificada num futuro bem próximo. Não dá pra fazer comércio, não dá pra fazer nada [...] (J.L./52 anos - Baixo Adrianópolis).

Na Ladeira da Paraíba, me dá aflição de ver essas casas. Estão muito juntas e quase no meio da pista. (A.D.C./48 anos – Baixo Adrianópolis)

[...] Essa mistura que há, de estruturas diferentes no bairro, acho interessante. Agora, por exemplo, aquela parte ali da Ladeira, deveria dar um toque ali. Tinha que organizar, arrumar aquilo lá, limpar. Não tem calçada. Não necessariamente mexer, mas arrumar, limpar. Ali na esquina da Paraíba com a Belo Horizonte, por exemplo, já até tá limpinho, só não tem calçada. Por que a prefeitura não lança uma campanha pra pintar, pra arrumar? Por que não alimentar no povo essa vontade de limpar, arrumar? Valorizaria pra todo mundo. (F.E.D.P.B./54 anos -Baixo Adrianópolis)

A lógica da acumulação capitalista transforma os moradores da Ladeira, primeiros moradores do local, em “invasores”. O espaço por eles produzido - e que também é meio de reprodução social - é visto pelos moradores do Baixo Adrianópolis como fruto de uma “invasão”. Como é possível que os moradores mais antigos, dos três grupos considerados, sejam vistos como “invasores” quando eles sempre estiveram ali?

Os “invasores” devem, portanto, “ser retirados” e o local, que se “apresenta sujo”, ou destituído da lógica capitalista, deve “ser limpo” para “valorizar pra todo mundo”. A “invasão” é representada pela resistência ao capital. E a barreira contra a expansão capitalista deve ser vencida, deve “ser removida”, abrindo caminho, “limpando o local” para o capital se instalar e transformar o espaço em mercadoria, “valorizando pra todo mundo”, beneficiando os proprietários dos meios de produção.

Para os moradores do Alto Adrianópolis o discurso ganha nova conotação:

[...] Tão invertendo, né, onde eram casas antigas agora estão fazendo comércios ou prédios. Eles tão fazendo mais moderno. Antigamente era um tipo mais trabalhado, mais minucioso, agora eles fazem mais simples, não sei, parece assim uns caixotes, né. Esses prédios são muito esquisitos, né? Acho que eles deviam ter feito de outra maneira, acho que falta mais criatividade (A.M.P./65 anos - Alto Adrianópolis).

Aqui, antigamente, era proibido abrir qualquer tipo de estabelecimento comercial. Se abrisse, era fechado. Não podia. Só tinha residências. Colégio, o único era o Ida Nelson, não tinha mais nenhum. Aqui tudo era residência. Depois é que o pessoal começou, nas próprias casas, construir comércio. Os moradores antigos morrem e os novos vão construindo comércio. A Vila Municipal era residencial, mas o Adrianópolis é residencial e comercial, já é misturado (D.T.B./59 anos - Alto Adrianópolis).

Na Ladeira a sensação é de total perda de identidade:

Minha filha, eu já não conheço mais nada aqui. Tá tudo mudado. Não conheço mais o bairro (C.C.C./82 anos - Ladeira da rua Paraíba).

Quando questionada sobre as mudanças ocorridas no bairro, C.C.C. moradora da Ladeira, utilizando apenas uma cor, o marrom, e valendo-se novamente da casa para explicar sua percepção sobre o tema questionado, desenhou o que intitulou como: “A casa agora”. Uma casa simples, pintada de marrom e aparentemente sem cobertura. “Ah, minha vida acabou... eu nem sei mais quem eu sou. Às vezes eu acho que eu morri...” (C.C.C./82 anos, ao executar o desenho que representa as mudanças no bairro):

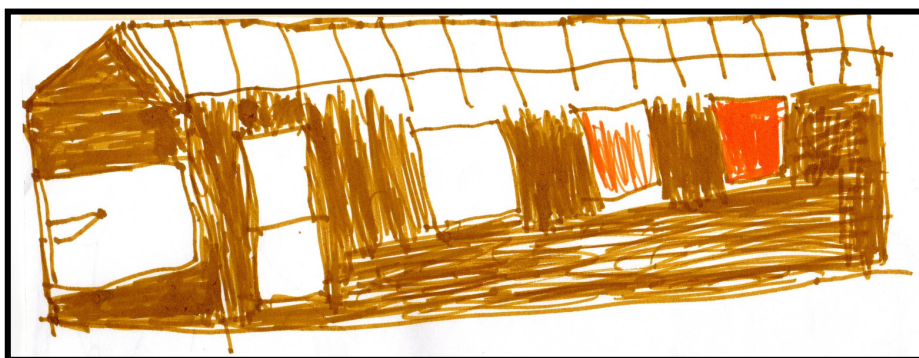


Figura 51 – Desenho de C.C.C. – 82 anos. Título: “A casa agora”.

A “casa agora” de C.C.C. não possui cobertura, não há piso, não há entorno, não há vida. A proteção necessária para o viver não existe mais. É evidente o sentimento de insegurança da moradora perante as transformações sócio-espaciais ocorridas no bairro.

O passado com origem na alta sociedade dos mercantilistas do período da borracha permitiu a permanência dos moradores do Alto Adrianópolis no local, mas o mesmo não ocorreu com os remanescentes da classe operária desse mesmo período. Poucos foram os que resistiram às pressões da expansão capitalista e às modificações sócio-espaciais por ela produzida.

O espaço produzido pelos moradores da Ladeira da rua Paraíba não pertence à imagem que é atualmente socializada do bairro de Adrianópolis, o bairro de alta classe social, o bairro dos ricos. A imagem da Ladeira é outra. A relação tempo-espaço vivida no Alto Adrianópolis e na Ladeira é diferenciada como mostra o DSC abaixo:

DSC – Alto Adrianópolis e Ladeira da rua Paraíba (Temas 4 e 5)

Na década de 30 e pouco, só existiam em Manaus três bairros na cidade: Educandos, São Raimundo e Cachoeirinha e o Adrianópolis, que se chamava Vila Municipal.

A nossa região, aqui, é que era a Vila Municipal. A Vila Municipal era toda com terrenos grandes, não era uma casa encostada na outra não.

Na Ladeira da Paraíba (rua) era só mato. Uma casinha aqui e acolá de algum carvoeiro e só. Apareciam vários bichos por aqui, preguiça, macaco, gato maracajá, porco andú, tudo isso tinha aqui. Era uma mata. Ali, onde é um prédio da Encol, esquina com a Belo Horizonte (rua), aquilo ali era uma mata de caçador. A mamãe, numa ocasião, encontrou-se com uma onça, mas não ofendeu ela não, só assustou.

Quando eu vim pra cá não era "bairro", era "barro". Mas mesmo sendo só barro, o pessoal queria vir morar aqui. A maior parte das casas aqui eram chácaras com fruteiras. A do Dr. Adriano Jorge era assim, eu cansei de ir lá fazer visitas, e trazia muito abricó de lá. Era um bairro rico de frutas, de frutas que a gente pedia a Deus.

Não tinha asfalto, não tinha estrada, era só uns caminhos de terra. A gente tinha um carrinho, "pé duro", que ia lá pro Aleixo, pra plantação que tínhamos por lá. Era o tempo dos bondes, não tinha ônibus e os bondes iam só até a igreja N.Sra. de Nazaré.

Ali na praça tinha um abrigo, todo rústico. Era todo de palha, os bancos de pedra, todo rústico, bem característico. Ali a gente esperava o bonde. Nós o apelidamos de "bangalô" e era ali a reunião da rapaziada pra bater papo e tudo.

No meio da praça tinha um coreto de pedra. No tempo dos arraiais, que naquela época era muito famoso, era um momento de diversão com a família. Era um arraial bem tradicional, com roda gigante e brincadeiras. A banda de música vinha tocar e a igreja colocava aqueles bancos compridos para os músicos sentarem, lá no coreto. Os músicos tocavam e animavam todo o pessoal. Todo mundo ia, era uma coisa inacreditável a frequência do pessoal. Os bondes vinham que só faltavam virar de tanta gente, porque o pessoal vinha sentado, mas quem não cabia sentado vinha em pé mesmo, segurando nos estribos, quando ficava muita gente para um lado só, parecia que o bonde ia virar. Era uma coisa de louco o arraial da Vila Municipal, não tinha outra atração naquele tempo, aquele arraial era tudo. O pessoal ficava dançando, passando um pelo outro até onze horas da noite, era assim, pois é... a Vila... que saudade...

Ah, tinha o jogo de bola no campo de futebol. A única coisa de lazer que tinha aqui no bairro era o jogo de bola e o arraial. Mas graças a Deus que não tinha essas bandalheiras por aqui.

A gente participava muito das atividades da igreja aqui da Vila. Era desde o colégio que ficava ali ao lado da igreja até os grupos de jovens, o arraial em outubro. Ali era a nossa vivência, ali a gente brincava, namorava, estudava. Era tudo ali. É essa lembrança que eu tenho. Muitas aventuras, boas lembranças...

Tinha o "geleiro", o camarada que vendia gelo para o pessoal. Era uma carroça, coberta, tipo um baú, o burro puxava aquilo e o gelo vinha ali dentro. O geleiro parava na praça e o pessoal ia lá: "me dá 2 kg de gelo", "me dá 3 kg de gelo", era assim...

Nesse tempo, a pessoa ou usava lenha, ou tinha fogão à carvão, e os carvoeiros naquele tempo ganhavam um dinheirão. O carvoeiro colocava os cambitos no cavalo, enchia de saquinhos de carvão e saía vendendo. Tinha saco de todos os tamanhos. Quem não podia comprar um maior, comprava um menor. Mas

era um preço acessível, era para os pobres mesmo, era o primordial, o utilitário, porque todo mundo usava. Não tinha fogão a gás, aí todo mundo tinha que comprar. Tinha aqueles saquinho menores pra quem não tinha poder aquisitivo, era assim... os carvoeiros... Leite, pão, carvão tudo isso vinha aqui na nossa porta, era umas pessoas boas, umas pessoas humildes, que serviam a gente, um ajudava o outro. Era uma beleza...

Na Paraíba (rua) tinha um igarapé enorme e a Ladeira era muito alta, era muito alta mesmo. Quando a gente vinha de lá, chega vinha rezando pra subir a Ladeira. Eu tinha medo de ficar por ali mesmo, de não conseguir sair dali, de tão perigoso que era essa Ladeira.

A Belo Horizonte (rua) era mais transitada por carvoeiros que moravam pra cá. Não tinha esse movimento todo. Era esporadicamente um morador aqui outro lá. Na esquina onde era a Beta, tinha uma senhora Ladeira. Eu descia com um saco de pano, pra juntar tucumã. Tinha muita tucumã, eu trazia o que meu peso dava pra agüentar. Isso na década de 40 mais ou menos.

A estrada do Parque Dez era só barro também, não tinha asfalto, não tinha nada, no verão era o pueriu, vinha de carro pegando poeira até chegar lá, e no inverno era lamentoso, porque era só lama.

O Boulevard (bairro próximo ao Adrianópolis), ali onde tem o Roma (supermercado), era um barranco Alto, com as casas lá em cima. Lembro da inauguração da igreja N. Sra. de Nazaré, quando lançaram a primeira pedra. Eu fui, eu estava lá e vi tudo isso. Aquela praça de N. Sra. de Nazaré, daquele lado da Recife para o Ramazzoti, era a pracinha que se convivia. Aquele lado, que vai da Santa Cláudia lá pra baixo, aquilo ali ninguém transitava, era só mato, não tinha condições.

O Dr. Adriano Jorge fazia caridade para os pobres, porque aqui eram mais pessoas humildes que moravam aqui. Os melhores, a família de mais riqueza que tinha era a que morava aqui na chácara São Saturnino. Era um terreno enorme, uma chácara, tinha uma mansão lá, pessoas muito caridosas também. Acabaram com tudo, um dia desses derrubaram o que sobrou da chácara.

Os padres foram quem fundaram este grande colégio: Ângelo Ramazzoti, que foi um bispo italiano. Foi o primeiro colégio daqui. E era assim: Grupo Escolar Nossa Senhora de Nazaré. Os professores eram os padres e as freiras, mas aí o governo veio pra tomar posse. O povo daqui do bairro deve isso aos padres, porque eles que fundaram escola aqui, não foi nada de governo não, foram os padres. Ali tinha pré-escolar, tinha jardim de infância, tinha maternal, tudinho, mas quando virou colégio do Estado, acabaram com tudo, porque nas escolas públicas, não dão maternal, não dão pré-escolar, não tem alfabetização, não sei se hoje já tem, mas antes não tinha. Os pais não podiam pagar particular e isso prejudicou o povo. E daí, quem tinha mais ou menos dinheiro, continuou com as freiras lá na casa delas, dando uma coisinha pouquinha, mas pagava. Mas os pobres não podiam. Toda a história do Ângelo Ramazzoti é assim. E é uma grande escola. Mas foi os padres que fundaram!

Onde é a Escola de Enfermagem, era a residência de um inglês, moravam ele, a esposa e a filha. De manhã cedo, as 5:00h da manhã, eram três cavalos: ele num, a esposa noutro e a filha noutro. Super, super natural com as pessoas. Era cumprimentando todo mundo passeando a cavalo. Pra você ver como era aqui na rua Paraíba. Eles andavam o bairro todinho e vinham por ali pra entrar na Teresina, que era a residência dele e que hoje é a Escola de Enfermagem. Em frente ao Ida Nelson, tinha a Vila Tocaia. Era de um inglês, o Sr. Greenfield. Ele era diretor geral da Manaus Harbour. Já nem sei se ainda é a Vila Tocaia ali. Antigamente tinha mais árvores, aqui era o bairro que tinha mais mangueiras e jaqueiras. O pessoal de todos os bairros vinha pedir fruta aqui. Agora não tem mais nada.

As ruas daqui eram todas gramadas, grama nativa, sabe aquela grama nativa? Nós quarávamos roupa lá fora, no chão, na grama. As pessoas que tinham doença de pulmão vinham pra cá para o bairro pegar o ar puro para se curar. Depois, os soldados não pediram nem licença, cortaram a grama todinha, arrancaram tudo das ruas, pra gramar não sei o quê lá no quartel deles. O que a gente pode fazer, né?

Muitas coisas mudaram nesses anos. Antigamente, a gente costumava fazer, em aniversário ou qualquer coisa assim, uma fogueira enorme na calçada. Vinha tanta gente. Matava porco pra comer, e o porco era criado no quintal, aqui nesse quintal, a carne era deliciosa porque o porco era criado com castanha do Pará, milho, casca de banana. Então ali, todo mundo passava na fogueira, comia mungunzá, tacacá, pamonha. Era uma festa. A fogueira era aí no meio mesmo, não passava nenhum carro. Hoje ninguém vê mais isso. Então, aí é que eu digo que o progresso acaba com tudo. Agora, em todo canto que você vai já é tudo asfaltado, não tem mais quintal, não tem mais terreno pra fazer nada.

Agora tá tudo diferente. A Maceió (rua) está cheia de prédios, consultórios médicos, tudo ali... e é assim...

Ali onde é a Santa Cláudia, a fonte de água Santa Cláudia, ali eram umas nascentes de água abandonadas que depois eles transformaram em água mineral, que hoje em dia é a água Santa Cláudia, e é assim...

Aqui era muito mais tranqüilo que agora, porque antigamente não tinha esse fluxo de carro como tem agora. A tranqüilidade já não se tem mais. Os assAltos estão demais, as pessoas vivem rodando aqui, a gente tem que tá com a casa fechada e antigamente não era assim.

O convívio com as pessoas está acabando, a gente quase não fala mais com ninguém por aqui. Antes a gente tinha mais liberdade de ficar na porta, de conversar, de ficar no convívio com os vizinhos. Agora tá mais difícil, não é como era há alguns anos quando a gente não precisava desconfiar de todo mundo. A gente até atende as pessoas, mas fica com medo. Não é que a gente queira ser maldoso, mas já é uma sobrevivência. De primeiro, a gente recebia todo mundo, conhecido, não conhecido, não tinha problema.

A gente sente muito essa diferença, mas dizem que é o pagamento do progresso. O progresso é muito bom, mas é uma "faca de dois gumes", vai terminando com certas coisas, entende? Trouxe muita poluição, ladrões, galeras não existia nada disso antes. O progresso está alarmando as pessoas, a tecnologia é uma "faca de dois gumes".

Eu quase não ando mais por aquelas bandas, mas dizem que o igarapé do Mindú está reduzido a nada hoje em dia. Quando aquele igarapé enchia, nossa senhora! Era um rio, limpinho que era, chega a gente via os peixinhos, podia chegar e beber água ali de tão limpo que era potável, boa. Hoje em dia tá aquele córrego, todo poluído.

Todos os terrenos daqui tinham árvore, agora vão fazendo esses prédios e vão acabando com tudo, a vegetação pra eles não vale nada. Vão acabando com toda a vegetação e depois tão chorando porque tá muito quente.

Nós estamos vivendo de um jeito que aqui vai acabar residência. Aqui a gente conta residência familiar, é só prédio, é construção, é comércio, comércio, comércio.

Minha prima tinha uma casa na esquina da rua Paraíba com a rua Belo Horizonte. Ela deu esse terreno para uma construtora e ganhou em troca três apartamentos em um prédio lá pra Darcy Vargas (rua).

Construíram um prédio no lugar da casa dela. Ela não pegou dinheiro nenhum, saiu perdendo em muito. Devia ao menos ter exigido que os apartamentos fossem aqui no bairro e não lá pra longe. Isso aqui pra trás é muito grande, eles aproveitaram tudo e ela saiu perdendo muito, foi enganada.

A rua Paraíba está perdendo aquele conceito da Vila Municipal. Há pouco tempo, vi no jornal que vão construir um shopping na rua Paraíba. Tudo tem suas vantagens e desvantagens. Eu acho que Adrianópolis tem uma característica residencial. Um shopping aqui vai mais atrapalhar do que ajudar, o trânsito vai ficar ainda pior do que já está.

O progresso em parte é bom, mas a gente que nasceu e se criou aqui vendo isso tudo arborizado, fruta tinha tanta que ninguém dava valor. As frutas estragavam de tanta quantidade que era, biribá, tucumã, tudo... manga era lama aqui nesse chão, jaca era outra fruta que fazia lama. Mas agora não adianta mais pensar na Vila Municipal, né? Agora é Adrianópolis, tudo diferente.

O espaço atual do bairro de Adrianópolis não apresenta mais condições para a reprodução das relações sociais dos moradores do Alto e da Ladeira. O espaço para eles não é mais meio e nem produto de suas relações sociais. A frase “já não existe mais” foi repetida dezenas de vezes por esses participantes.

Em contrapartida, o atual Adrianópolis é vendido como ambiente construído, servindo às finalidades da produção e do consumo do espaço. Nesse processo, as implicações relacionadas à “vizinhança” assumem um papel fundamental, visto que, parte do valor do espaço está condicionado às condições que o rodeiam.

É assim que, levados pela ideologia do “bairro de elite” como sinônimo de alta classe social, os moradores do Baixo Adrianópolis passam a se sentir extremamente incomodados com as formas e funções que não se adaptam à nova conformação do espaço, padronizada pelo capital que procura definir a qualidade de vida vinculada ao valor de troca. O espaço passa ser produzido para o lucro e não para o uso.

Como foi possível que essas representações se tornassem dominantes no bairro de Adrianópolis a ponto de produzir um determinado espaço físico e social? É o que será abordado no próximo capítulo.

5.3 A socialização das representações: o poder de transformar o espaço

Sabe-se que a relação do indivíduo em sociedade influencia em sua percepção do real. Mas até que ponto isso acontece e por que alguns indivíduos parecem tão “atualizados” em suas ações enquanto outros têm uma percepção do real calcada, quase que exclusivamente, no passado, é a questão central da abordagem deste capítulo.

O modo de produção capitalista e suas conseqüentes ideologias têm Alto poder de penetração social modificando, em muitas vezes, a própria natureza dos processos sociais. A produção e re-produção do espaço é um exemplo de processo social que sofre grande influência das imposições capitalistas.

Segundo Harvey (2005, p.43), o sistema capitalista é dinâmico e inevitavelmente expansível, criando forças permanentemente revolucionárias, que incessante e constantemente reformam o mundo.

Dessa forma, a sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de expansão, de criação de novos espaços em sintonia com as finalidades do capital. O caminho dessa expansão tende a seguir sempre por onde a resistência é mais fraca, descobrindo os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação ininterrupta e aproveitando-se dessas fragilidades para produzir novos espaços apropriados à acumulação.

Nesse processo, o capital ganha então um aliado de considerável poder: o Estado, que entra como o legitimador das representações da classe dominante, garantindo a reprodução das relações sociais mantidas por essa classe e, portanto, a reprodução do capital. O Estado criado pela e para a sociedade transforma-se no Estado para a classe dominante, o grande representante de seus interesses.

5.3.1 A produção sócio-espacial da política estatal

Marx, em a Ideologia Alemã (1970, p.53-54), expõe uma concepção do Estado como “uma força independente” que surge do conflito de interesses entre o indivíduo e a comunidade. Porém, a ação do Estado como mediador está claramente associada à estrutura das relações sociais já consolidada no espaço, nas quais há sempre uma classe dominante.

Conforme foi abordado no capítulo 3 dessa pesquisa, as relações sociais dos moradores do Baixo Adrianópolis foram forjadas, no final da década de 60, pelo capital industrial na figura da Zona Franca de Manaus, estando, portanto, em acordo com as finalidades da acumulação capitalista. As representações desses moradores, em conjunto com a ação do Estado, criam as condições apropriadas para reprodução do capital, o qual passa ser representado na forma de uma paisagem física criada à sua própria imagem e com valor de troca.

Portanto, é o Baixo Adrianópolis quem comanda o cenário sócio-espacial atual do bairro. É ele, ou as relações mantidas nele e por ele, quem estabelece as “regras do jogo” num processo de dominação de suas representações sobre as demais. “Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade” (Marx, 1973 citado por Harvey, op.cit, p.58).

Esse processo não é livre de contradições. Harvey (op.cit.) destaca que, ao ter como objetivos a eficiência e a racionalidade do mercado, ou seja, os objetivos da classe dirigente, o Estado entra numa contradição relacionada com o ideal de “justiça social”. Uma forma de superar essa contradição está na capacidade de transformar os interesses da classe dirigente em interesse comum a toda sociedade, universalizando as idéias dominantes.

Entre os interesses privados (de um grupo social) e os interesses comuns há o Estado, que se coloca normalmente como o detentor do poder político, defensor da “justiça social”. Assim, configura-se a separação entre o poder econômico e o poder político. Mas a separação

configura-se apenas no âmbito do simbólico, pois, na prática, ela é vencida pelo poder econômico. “O dinheiro permite que o indivíduo carregue seu poder social, assim como seu vínculo com a sociedade, em seu bolso” (Marx, 1973, p.157, apud Harvey, op.cit., p. 84).

Harvey (op. cit., p. 86-87) chama de “liberdade ambígua” o compromisso da “democracia social burguesa” com as funções mínimas do Estado. Assim, a economia capitalista de troca, com base no mercado, ao mesmo tempo em que inclui a liberdade de consciência, de expressão e de emprego, incorpora também a liberdade de explorar, de monopolizar os meios de produção e de obter lucro privado às custas do Estado.

A relação entre a classe dirigente, detentora do poder econômico, e o poder político, com a finalidade de manter os privilégios e incentivos do Estado, torna-se um atrativo para controvérsias e irregularidades.

A classe dirigente exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político, o qual é capaz de controlar mesmo que de modo indireto. No Brasil, essa prática é comumente observada, como mostra o artigo de Josias de Souza:

[...] O empresariado nacional reclama do chamado “custo Brasil”. Queixa-se dos portos ineficientes, das estradas esburacadas, da burocracia governamental, disso e daquilo. Mas cultiva um estrepitoso silêncio em relação ao “custo pilhagem”, que inclui, além de propinas e de financiamentos eleitorais obscuros, a sonegação descarada de impostos.

[...] do outro lado do balcão de malfeitorias, encontra-se a mão do empresariado. E não se diga que são mãos inexpressivas [...]

[...] O Congresso é bancado pela grande empreita. Só nas eleições do ano passado, as construtoras injetaram nas campanhas de deputados e senadores, nove fora o caixa dois, R\$ 27,3 milhões.

[...] Qualquer análise das estatísticas oficiais sobre educação, saúde e segurança pública permite verificar os efeitos do “custo ladroagem”. Recaem, naturalmente, sobre a malta. Os responsáveis pela rapina matriculam os filhos em escolas privadas, passam longe das macas do SUS e erguem muros Altos em torno de seus condomínios fechados. Enquanto os holofotes forem seletivos, toda indignação será

à toa. A pilhagem vai continuar. (“‘Custo pilhagem’ trava o empreendimento brasileiro”. Josias de Souza 02/06/2007. <http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br/>).

Harvey (op.cit, p.79) assinala que, atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado. Para garantir a reprodução da acumulação capitalista, o Estado utiliza-se de vários instrumentos ideológicos, como: a legislação, o poder de tributação e o poder de coação. Em cada um desses aspectos, ou pela combinação deles, o capitalismo é capaz de criar uma nova oportunidade para a acumulação.

Ao estruturar um espaço com os requisitos necessários para os meios de produção, o Estado possibilita a expansão do capital conforme o mesmo é reinvestido. Porém, não basta a oferta dos meios de produção (nesse caso, a infra-estrutura urbana) para que o capital possa ganhar território. São necessárias, ainda, a força de trabalho e a demanda de consumo da mercadoria produzida. Aqui, o Estado também tem uma contribuição essencial ao utilizar seus instrumentos para atrair as construtoras e os promotores imobiliários, por meio de diversos incentivos fiscais e ou modificações na lei de uso e ocupação do solo, além de criar demandas e novas necessidades de consumo do espaço.

A suspensão da alta de juros e as medidas de desoneração tributária são exemplos de como o Estado pode fomentar a acumulação capitalista. Pode-se citar como exemplo a Medida Provisória nº 252, de 2005, conhecida como “MP do Bem”, que dispõe, entre outros assuntos, sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Empresas exportadoras, setor de construção civil, pessoas que pretendem vender um imóvel residencial ou comprar um computador, além de micro, pequenos e médios investidores de todos esses perfis foram os beneficiados com a medida provisória. O mercado imobiliário de Manaus comemorou o incentivo e “fez a sua parte”:

As medidas anunciadas pelo governo na semana passada - incluídas na 'MP do Bem' - devem aquecer o mercado imobiliário local. As empresas do setor projetam um crescimento de até 50% neste ano em comparação a 2004, tanto em relação aos negócios com imóveis de terceiros quanto lançamentos na praça de Manaus.

[...] Anteriormente, se cobrava 15% de IR sobre os ganhos na venda de imóveis. O setor imobiliário criticava essa cobrança e dizia que ela induzia a venda de imóveis por valores inferiores aos preços de mercado como tentativa de fugir do IR sobre ganho de capital.

Com a MP, todas as operações envolvendo imóveis residenciais ficaram livres da cobrança desde que o valor da venda seja utilizado na compra de outro imóvel em até 180 dias.

[...] Segundo o gerente comercial da Nortimóveis, Ailton Cordeiro, o incentivo do governo para o setor da construção civil deve auxiliar a empresa a alcançar a meta para este ano da imobiliária a atingir um incremento em 50% no faturamento versus 2004. [...] De acordo com o gerente comercial, no mês de maio, a empresa teve um crescimento de 30% em aluguel, venda e administração contra o último abril. 'Os investidores voltaram a acreditar em imóveis e as construtoras voltaram a ganhar credibilidade', salientou.

[...] Na opinião do gerente comercial, as áreas mais valorizadas continuam sendo a Morada do Sol, Adrianópolis, Parque Dez, Vieiralves e Ponta Negra. Outra particularidade apontada pelo representante da Nortimóveis é a preferência dos compradores de imóveis pelas construções verticais, devido às questões de segurança, conforto e comodidade. Para atender a demanda, a imobiliária disponibiliza aos seus clientes duas equipes de corretores, somando 20 profissionais.

[...] O gerente de vendas da Global Imóveis, Lenine Gomes, destacou que houve um crescimento de 10% nos negócios da imobiliária nesses cinco primeiros meses de 2005 em relação ao mesmo período de 2004. Segundo dados da empresa, 80% dos negócios são movimentados pelos lançamentos das construtoras Embrancont, Aliança e Cristal. ("Mercado imobiliário busca isenções com 'MP do Bem' Economia". Adriana Costa para o Jornal do Comércio - 2º Caderno, 28 de junho de 2005. Grifo nosso).

Em 2005, o prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, reduziu as taxas cobradas pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), além do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), incentivando assim, a indústria da construção civil.

[...] Entre as ações de 2005 pleiteadas pela classe empresarial e atendidas pelo poder municipal, Serafim destacou a redução da burocracia para abertura de novas empresas, das taxas do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb) e da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS), tributo devido pelo prestador de qualquer natureza, de 5% para 2% em setores de atividades de hotelaria, gráfica, saúde e educação.

As medidas desburocratizantes e incentivos concedidos em 2005 vão refletir no ‘boom na construção civil’ em 2006, disse o prefeito. O total de projetos aprovados em 2005, explicou, corresponde à área de 3,6 milhões de metros quadrados, onde serão erguidas obras no decorrer do ano pela iniciativa privada. Na esfera pública, a prefeitura terá execução de três viadutos, da Nova Maceió, a reforma dos parques Ponte dos Bilhares, Lagoa do Japiim e Parque do Mindu.

[...] Segundo o presidente da FIEAM, José Nasser, tudo o que configurava preocupação para os empresários, principalmente para os da construção civil, foi solucionado. ‘Sempre entendemos que eram questões simples de serem resolvidas e precisavam apenas de boa vontade e compreensão’, afirmou. (“Serafim garante ‘boom na construção civil’”. FONTE: www.fieam.org.br/noticia0015.php Acesso em: jun./2007. Grifo nosso).

Além do incentivo da diminuição dos tributos, a desburocratização na declaração dos impostos por meio da informatização do processo, representa um fomento de grandes proporções para o setor.

As medidas tomadas pela prefeitura possibilitaram uma redução de até 40% no valor no metro quadrado da obra. No entanto, nem sempre essa economia com a construção do imóvel determina a redução no valor de venda da propriedade. A mais-valia sobre a venda do espaço é comumente utilizada como forma de aumentar a acumulação capitalista. E é sob o olhar e com o aval do Estado que todo o processo acontece.

Toda essa “contribuição” do Estado aos interesses capitalistas processa-se de maneira a atender às condições mínimas da reprodução da força de trabalho. Assim, algumas vezes, é necessário que a classe dirigente faça algumas concessões que não são de seu interesse econômico imediato, mas que possibilitarão a obtenção do consentimento da classe subordinada, evitando processos anárquicos que minariam a expansão capitalista.

Dessa forma, o Estado precisa fornecer os requisitos básicos para a reprodução da força de trabalho, ou seja, os meios de consumo coletivo necessários à acumulação capitalista, mesmo que o consumo desse meios de produção não sejam rentáveis na lógica capitalista, embora representem a socialização dos meios de consumo coletivo indispensáveis à reprodução da força de trabalho e por conseguinte do capital. A intervenção estatal é, portanto, a forma mais elaborada da resposta capitalista à necessidade de socialização das forças produtivas.

As reivindicações registradas nos depoimentos dos participantes da pesquisa, em especial dos moradores do Baixo Adrianópolis, acerca das falhas na infra-estrutura urbana do bairro estão diretamente relacionadas à reivindicação por condições de reprodução social. Assim, os moradores reivindicam o que eles consideram como essencial para garantir seu bem-estar físico e social de forma a possibilitar a reprodução de suas relações sociais com a finalidade de acumulação capitalista.

Além das reivindicações dos moradores, os promotores imobiliários também fazem seu papel reclamando infra-estrutura para tornar os espaços rentáveis na lógica capitalista.

A lucratividade dos espaços com características sócio-espaciais específicas é fator preponderante na expansão capitalista.

No caso do Adrianópolis, além da dinâmica sócio-espacial característica, o bairro ainda agrega o capital simbólico herdado da antiga Vila Municipal, que marcou para sempre a memória coletiva do lugar. A moradia dos europeus, arborizada e de clima ameno é, a todo o momento, rememorada com objetivos de atrair investidores imobiliários para o local em busca de explorar o monopólio caracterizado pelo ambiente físico e social do bairro.

Essas singularidades e particularidades do Adrianópolis se apóiam nas narrativas históricas com forte conteúdo simbólico das memórias coletivas. Ao serem re-apresentadas

pelos “guardiões” da história do bairro, essas percepções são desenvolvidas com força e, freqüentemente, são também transformadas em mercadoria e revestidas em lucro.

É assim que os promotores imobiliários, cientes da atração exercida pelo passado de ocupação européia do bairro, desenvolvem suas campanhas publicitárias ancoradas no jargão da “qualidade de vida”.

O poder do capital simbólico (Bourdieu, 2003), isto é, o poder dos marcos especiais de distinção, confere ao lugar um poder de atração importante em relação ao fluxo de capital. Isso implica em grandes vantagens econômicas por parte dos promotores imobiliários.

O capital simbólico torna-se extremamente importante na valoração do espaço do Adrianópolis (Figura 52).

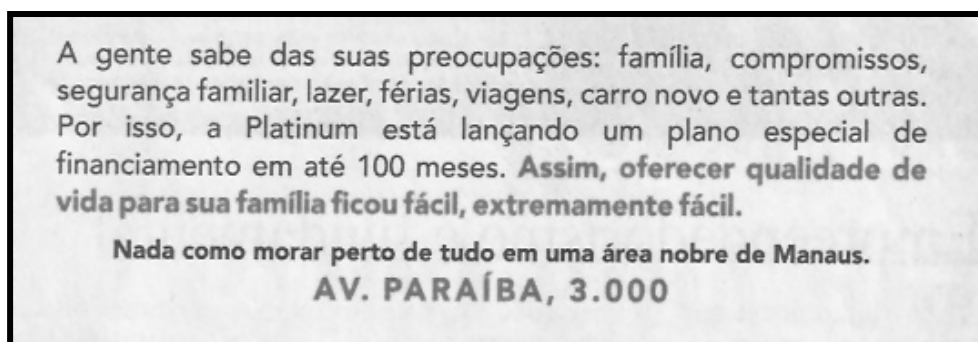


Figura 52 – Jornal Correio Amazonense, 06 de novembro de 2005 (grifo do autor).

Porém, o capital simbólico sozinho não sustentaria a demanda necessária para o consumo do espaço no Adrianópolis. Do novo espaço, transformado pela produção capitalista em espaço de fluxos, emergem características igualmente atrativas.

A barreira do “local distante e de difícil acesso”, característica da Vila Municipal do início do século XX, foi vencida pelo crescimento urbano que engoliu o Adrianópolis e continuou crescendo na direção norte da cidade. Agora o Adrianópolis é um “bairro central”,

“perto de tudo”. Essa particularidade também não passa sem ser notada pela lógica do capital.

O espaço “central” é vendido com grande lucro (Figuras 53, 54 e 55).

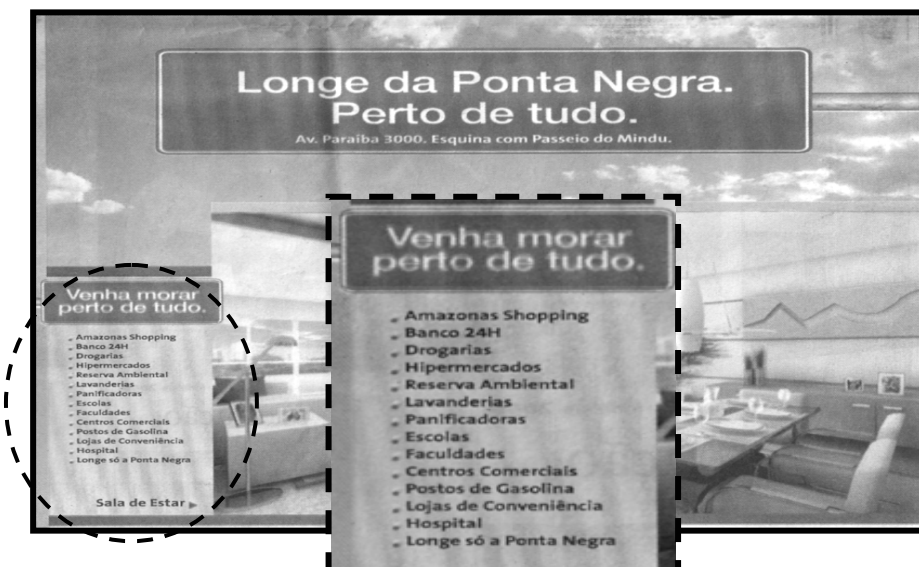


Figura 53 – Anúncio publicado no Jornal Correio Amazonense, 09 de abril de 2006. Grifo nosso.



Figura 54 – Propaganda em impresso do empreendimento: *The Future – Manaus Flat*. Impresso em: março de 2001.

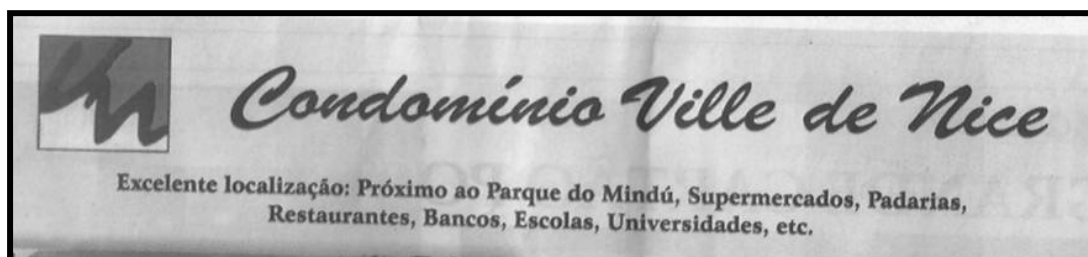


Figura 55 – Anúncio de empreendimento localizado no bairro de Adrianópolis. Publicado no Jornal Folha Imobiliária, 11 a 17 de novembro de 2005.

O capital simbólico, sustentado pela memória coletiva dos moradores do Alto Adrianópolis, aliado à infra-estrutura ofertada pelo Estado e ao capital econômico dos moradores, garantem a valorização imobiliária do local, principalmente no que diz respeito a novos empreendimentos.

Não obstante os moradores da Ladeira da rua Paraíba possuírem um capital simbólico considerável, o capital econômico desses moradores não permite que os mesmos participem do que foi pré-estabelecido socialmente como “bairro de elite”, portanto são excluídos do processo.

Já os moradores do Baixo Adrianópolis, participantes ativos e dominantes do processo, apesar de não serem detentores do capital simbólico, visto que a ocupação do lugar é posterior à Vila Municipal, possuem Alto capital econômico, garantindo uma posição de destaque no espaço social do Adrianópolis. A Figura 56 sintetiza as posições dos grupos no espaço social do Adrianópolis segundo a posse do capital simbólico e do capital econômico.

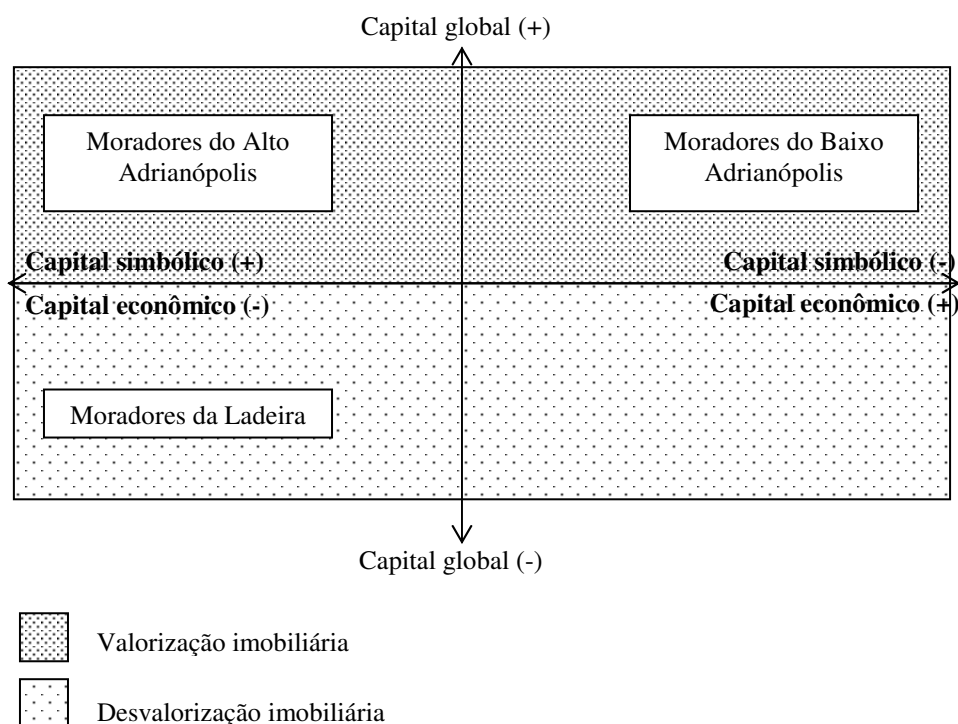


Figura 56 – Esquema do modelo do espaço social do bairro de Adrianópolis.

A formação social materializada no espaço físico é historicamente contextualizada. A sociedade está em constante mudança e mudam também as idéias conforme os interesses predominantes em cada época. No entanto, as ideologias da classe dominante continuam a prevalecer e a abrir seu caminho rumo à sua socialização.

É assim que, por exemplo, um bairro que em uma época atraía pela suas características climáticas e geomorfológicas, em outra, passa ser atraente pela sua localização geográfica. Ou, um bairro que antes era tido como essencialmente de uso residencial, agora começa a ser comercial. Ou seja, os “produtos” da sociedade assumem formas e funções conforme a estrutura social se estabelece.

A trilogia que forma a alma dialética do materialismo histórico serviu de instrumento para analisar uma realidade historicamente produzida. Foi uma forma de retratar a realidade que não seria possível captar se repartida em pedaços, como na análise positivista.

A **tese** do local de difícil acesso, nos “arrebaldes da cidade”, gerou sua própria antítese: o local perto de tudo, a centralidade. A Vila Municipal buscou sua própria superação alcançando sua **antítese**: o bairro de Adrianópolis. A **síntese** resultante: Adrianópolis centralizado, espaço de fluxo (características da antítese da Vila Municipal) que, porém, resgata características como o local de clima ameno, tranquilo, familiar (a tese da Vila Municipal).

O resultado não é nem o novo, nem o velho. Nem a Vila, nem o Adrianópolis. É a síntese da dualidade. O Adrianópolis necessita das características da Vila Municipal para continuar o seu propósito, qual seja, atrair investidores imobiliários. Tal qual, a Vila Municipal precisa do Adrianópolis para se manter segura e familiar, já que do contrário, continuaria nos “arrebaldes” da cidade sujeita à violência de toda sorte. Nada mais que uma tese em busca de sua superação, sua antítese, para recomeçar o ciclo: tese, antítese e síntese.

A síntese da produção social do espaço do bairro de Adrianópolis é a representação de toda a produção histórica, de toda a produção social daquele espaço físico, o bairro de Adrianópolis.

Essa pesquisa buscou compreender a reprodução sócio-espacial do bairro de Adrianópolis. A abordagem sistêmica permitiu que se partisse das partes para se chegar ao entendimento do todo.

Percepção, representação e reprodução do espaço. Esse foi o caminho trilhado na busca pela explicação da forma e das funções do espaço físico do Adrianópolis além da compreensão da configuração das relações sociais produto e produtoras desse espaço.

O esquema a seguir sintetiza a compreensão desse processo, tal qual acontece no Adrianópolis:

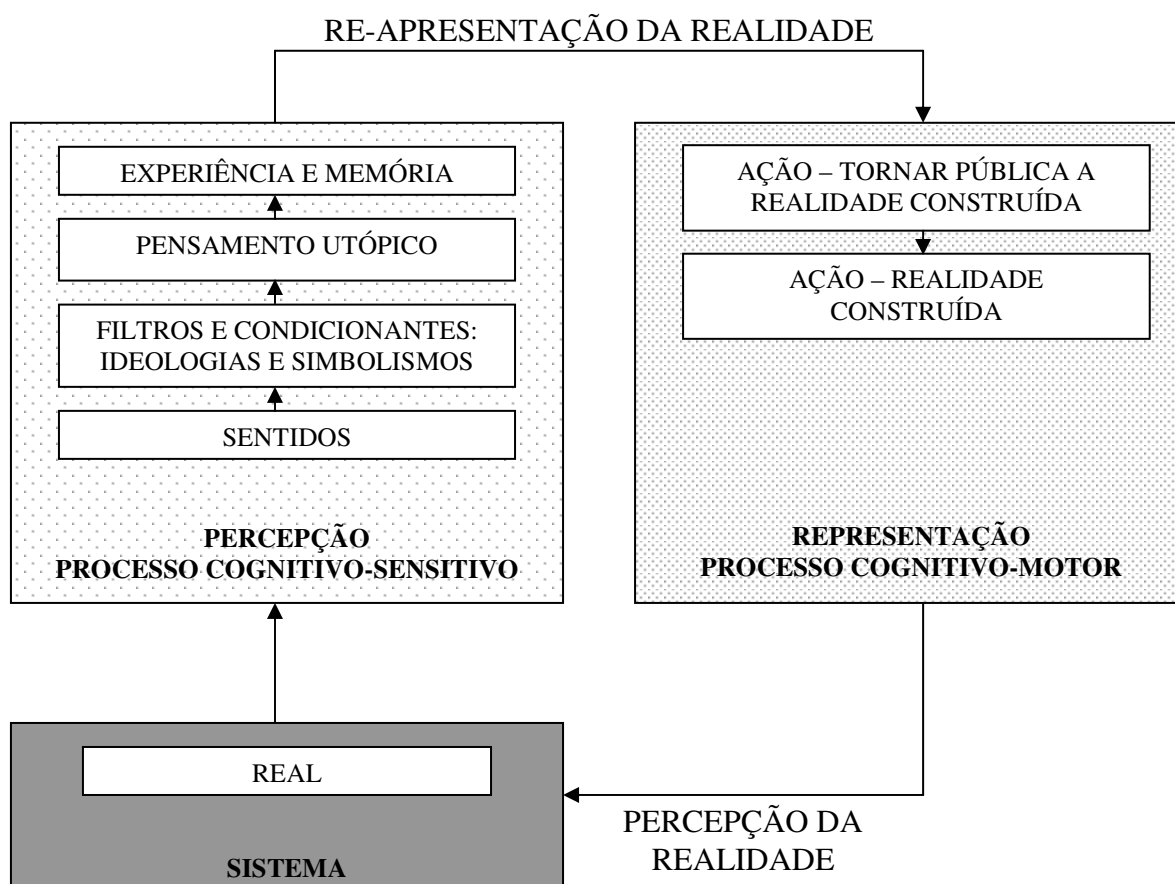


Figura 57 – Esquema do processo de re-construção social da realidade: da percepção a representação.

O processo cognitivo-motor é coletivo. O cognitivo-sensitivo é individual, porém influenciado pelo coletivo.

É no processo cognitivo-motor que os agentes sociais, incluindo o Estado, cumprem seus papéis e produzem efetivamente o espaço. O espaço produzido não é um objeto passivo, ele é antes de tudo um agente transformador das relações sociais que nele se desenvolvem.

Nessa pesquisa, buscou-se nas memórias colhidas a configuração das relações sociais produtoras do espaço físico do Adrianópolis. Abaixo estão sintetizados os resultados:

- os moradores do Baixo Adrianópolis comandam as relações sociais que dão forma e função aos espaços físicos do Adrianópolis. Adequados à lógica do capital, não possuem o valor simbólico, resultado da ocupação recente, porém a posse do valor econômico lhes coloca em posição de destaque no espaço social do bairro;
- os moradores do Alto Adrianópolis são remanescentes da classe mercantilista do início do século XX. Possuidores tanto do capital econômico, como do capital simbólico, resistem a todo custo à pressão da expansão capitalista que transforma o espaço, meio de produção desses moradores, em espacialidades voltadas para os objetivos de acumulação capitalista. Representam a resistência ao avanço do valor de troca que pouco a pouco subordina o valor de uso às suas finalidades. Porém, essas resistências estão sendo enfraquecidas por diversos fatores. Na ausência dos representantes da memória coletiva, o grupo torna-se alvo fácil das ideologias da classe dominante;
- os moradores da Ladeira da rua Paraíba são extirpados de todos os meios para sua reprodução. Não obstante a posse do capital simbólico, fortemente ancorado na memória coletiva, esses moradores não resistirão por muito mais tempo. O pouco, ou quase nada, de capital econômico não os permite participar das “regras do jogo”, estão excluídos da produção do espaço.

- a Ladeira da rua Paraíba apresenta-se como rugosidades nos tempos atuais. Na visão dominante do mundo social, são percalços no meio do caminho. Na visão dos remanescentes o espaço é como uma ruga esculpida no tempo, cheia de significados e que conta história, é a memória da Vila Municipal. Até quando essas “rugosidades” contarão a história da Vila Municipal? Receia-se que não por muito mais tempo.

Alguns dias após conceder entrevista para essa pesquisa, a participante C.C.C./82 anos que foi citada quando da análise dos temas, moradora da Ladeira, apresentando hematomas por várias partes do corpo e fratura em um dos braços, sem nenhuma lembrança do que possa ter ocorrido, precisou ser hospitalizada. C.C.C. mora sozinha e chegou a comentar durante a entrevista que freqüentemente atendia desconhecidos que apareciam na porta de sua residência ameaçando-a para que deixasse o local. A família de C.C.C. suspeita que a mesma tenha sido agredida em sua própria casa pelos desconhecidos que realizavam as estranhas visitas. Um ano depois do ocorrido, C.C.C. não voltou mais para sua casa. Foi morar com a filha em outro bairro. Sua casa, agora abandonada, foi saqueada e parcialmente destruída.

Mesmo longe há mais de um ano, C.C.C. não esquece o “lugar”: “Eu, como não tenho assunto, falo o que está no meu coração: Alí está toda a minha vida, longe dali eu não sou nada, sou um papel em branco...”. Foi com essas palavras que C.C.C./82 anos definiu seus sentimentos depois que deixou sua residência na Ladeira da rua Paraíba, bairro de Adrianópolis.

As palavras de C.C.C./82 anos sintetizam nossa análise da compreensão do processo de produção sócio-espacial: o espaço como pré-condição da existência humana e sobretudo produto das relações nele produzidas no tempo histórico.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi buscar compreender o processo de produção social do espaço no bairro de Adrianópolis (Manaus/AM). Para tanto, buscou-se desvendar as representações sociais dos moradores que dão forma física e social ao espaço do bairro de Adrianópolis.

A hipótese que se confirmou neste trabalho foi estruturada com base na integração dos conceitos de percepção, representação e reprodução do espaço e mostrou a inter-relação desses processos num todo sistêmico, numa intrínseca relação com suas partes: relações sociais, experiências, pensamentos, memórias e com o todo, o resultado da produção, o ambiente produzido.

O bairro de Adrianópolis serviu como cenário para a verificação da hipótese acima mencionada. Seus moradores foram os atores escolhidos. E, como num espetáculo, a história do bairro foi tomando forma, foi sendo re-apresentada. Para a surpresa de todos, não foi a forma da história oficial do bairro que prevaleceu, ao invés disso, diversas formas urbanas reivindicaram seu lugar, sua importância na memória de Adrianópolis. A história vivida, a história informada, foi ela a protagonista do espetáculo, foi ela quem brilhou como nunca neste trabalho.

A estratégia metodológica desse estudo baseou-se numa abordagem inovadora que reuniu a abordagem sistêmica, ao considerar o fenômeno em toda a sua complexidade, e a *práxis* do materialismo histórico-dialético, ao aproximar-se da realidade por meio da contextualização histórica das relações sociais no bairro, ao mesmo tempo em que considerou as manifestações do vivido por meio do levantamento da percepção ambiental, ou seja, a realidade cognoscível, aquela apresentada à consciência pelos sentidos.

As experiências vividas foram cuidadosamente relatadas, tecidas ponto a ponto, remendadas com contribuições de outras pessoas onde a memória já não podia alcançar. Revivendo os acontecimentos, entristecendo-se com o que antes não parecia tão sofrido e alegrando-se com o que outrora tanto causou sofrimento, os atores do espetáculo “Adrianópolis” revelaram como e porquê a Vila Municipal ainda persiste em Adrianópolis.

A análise dos dados mostrou que, não obstante a re-apresentação que produz e molda a realidade, é necessário um complexo processo que vai desde o contato com uma realidade (socialmente construída e re-construída) e a percepção sensorial que a distorce, até finalmente materializar-se em uma re-apresentação grupal do que lhes foi antes apresentado e apreendido: a interpretação da realidade percebida, a qual dará forma e função para o espaço vivido.

A construção das representações sociais dos moradores, moldadas na lógica do capital, é refletida na re-produção do espaço. Assim, os moradores do Adrianópolis re-produzem, no espaço físico, o espaço social constituído pelas contradições próprias da acumulação capitalista.

Ao verificar na prática o conceito marxista de espaço como meio, produto e produtor das relações sociais, esse estudo trouxe também o entendimento da inter-relação homem-natureza, pois se o homem, por meio de suas relações sociais, modifica a natureza é igualmente modificado por ela, pois é a natureza que antes impõe os limites dessa relação com as condições físicas da realidade apresentada aos sentidos.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; MANAUS – Prefeitura Municipal; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento Humano em Manaus – Atlas Municipal**. 2006. Volume I.

AUGÉ, M. **Os não lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

ANDRADE, Moacir. **Manaus: ruas, fachadas e varandas**. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Florianio de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Disponibiliza os acervos de domínio público da Biblioteca Pública do Amazonas, Biblioteca Arthur Reis e Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, além de outros documentos elaborados especificamente para o site. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em 29 out. 2005

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3ª São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico do Brasil**. v. 24. Rio de Janeiro, 1963.

_____. Apresenta informações sobre os dados do censo demográfico de 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 08 fev. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética da intervenção do conhecimento**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira et.al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGELS, Frienderich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Porto: Afrontamento, 1975.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental.** 2ª ed. São Paulo: USP, 1999.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Trad. Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade.** Campinas: Papirus, 2006.

GOOGLE EARTH. **Base de dados.** Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

HALLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Trad. Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2005.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto et al. **Percepção Ambiental do viver na cidade.** Do minicurso ministrado na reunião regional da SBPC em Manaus, 27 a 29 set 2007.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** Trad. Ruy Jungmann; Consult. Renato Lessa. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 mar. 1987.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Trad. De Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999

_____. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O pensamento marxista e a cidade.** Póvoa de Varzim: Ulissea, 1972.

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos).** 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Trad. Jaefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MANAUS, Prefeitura Municipal. **Base cartográfica**. Manaus, 2000.

_____. **Plano Diretor da Cidade**. Manaus, 2002.

MENDONÇA, Roberto. **Centenário da Vila Municipal**. Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/91_municipal.php>. Acesso em: 10 mai. 2007.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Arquitetura: tratado sobre a evolução do prédio amazonense**. Manaus: Mário Ypiranga Monteiro, 2006.

MOREIRA, Antônia Silva Paredes (org.) OLVEIRA, Denize Cristina de (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª ed. Goiânia: AB, 2000.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Attitudes and opinions**. *Annual Review of Psychology*, 14, p.231 – 260, 1963.

_____. **Representações sociais: investigação em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Gelson; TEIXEIRA, Pery. **Análise da mortalidade por homicídios no município de Manaus segundo sua evolução histórica e fatores sócio-econômicos, institucionais e espaciais de determinação**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_859.pdf> Acesso.23 mar. 2007

NORTE: uma região a ser melhor explorada. **Rotina Imobiliária**, 02 fev. 2006. Disponível em: <www.rotina.com.br/noticias_interna.asp?pk=57>. Acesso em: 05 mar. 2007

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERSPECTIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Disponibiliza dados sobre indicadores populacionais da cidade de Manaus. Disponível em: <http://www.perspectiva.inf.br/novo/indicadores_populacionais.php#9>. Acesso em: 10 jan. 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudos Históricos*, vol. 2. Rio de Janeiro, 1989

PROJETO GEO CIDADES. **Relatório ambiental urbano integrado: informe GEO:Manaus**. Supervisão: Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, Samyra Crespo;Coordenação: Rui Velloso. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jany. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Led Mria de (org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: UFPE, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. **Carta topográfica e das bacias hidrográficas**. Rio de Janeiro, 2002

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editusf, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel EDUC, 2000.

YIN, Robertk. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.